UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS-FFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA CLARA PORTO LIMA

Conciliando Interesses:
As relações político-mercantis entre chineses, portugueses e japoneses no Mar da China (Séc. XVI-XVII)

Salvador
2020

MARIA CLARA PORTO LIMA

Conciliando Interesses:
As relações político-mercantis entre chineses, portugueses e japoneses no Mar da China (Séc. XVI-XVII)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do título de Mestre em História.

Salvador
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal da Bahia e ao Programa de Pós-Graduação em História pela oportunidade de aprimorar meus conhecimentos. Sou grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que possibilitou a concessão de bolsa de estudo, favorecendo a construção deste trabalho.

Agradeço a professora Drª Ana Paula Medicci pela orientação durante a graduação e por ter aceitado continuar a trabalhar comigo no mestrado. Sua disposição em me ajudar e sua paciência permitiram que eu chegasse até aqui. Obrigada pelas indicações de leitura, os empréstimos de livros e as correções dos meus textos. Devo a você o caminho que essa pesquisa tomou, obrigada.

Agradeço a Associação Nipo-Brasileira de Salvador - ANISA, pelas orientações que me deram quando estava traduzindo os documentos. Agradeço, principalmente, aos professores Naoya Takae e Miriam Kanzaki por me ajudarem a entender expressões antigas e pela paciência em me contar o que sabiam da história do Japão e da Ásia.

Não posso esquecer de agradecer a professora Drª Lina Aras Brandão pela ajuda e incentivo durante a graduação e no mestrado. Mesmo não sendo minha orientadora oficial, sempre me ajudou no que podia, especialmente nos choques de realidade, tão necessários durante a pesquisa.

Meu agradecimento aos professores Drª Maria Manso de Deus e Dr. Evergton Sales Souza por aceitarem participar da banca de qualificação e na defesa final da dissertação, muita obrigada pelas orientações.

Agradeço minha família pela paciência e dedicação que tiveram comigo durante o mestrado. Agradeço, principalmente, minha mãe Neuda Porto Lima pelo incentivo e por me ajudar com as transcrições e traduções dos documentos.

Por fim, agradeço meus amigos Murila Ayala Carneiro, Gerluce Uzeda, Igor Reis, Rafaela Almeida, Geórgia Lopes, Cristiane Silva e tantos outros que fizeram parte dessa trajetória acadêmica contribuindo para o meu crescimento e pelas palavras de incentivo nos momentos difíceis.

A todos, minha mais sincera gratidão.

SUMÁRIO

Resumo_____ p.01

Abstract_____ p.02

Lista de Figuras_____ p.03

Introdução_____ p.05

Capítulo I – China e Japão às vésperas dos portugueses_____ p.14

1. As políticas de comércio marítimo no último século Ming_____p.15

1.1. Relações de fronteira e o conceito de defesa costeira

1.2. A Lei e a ordem vs. os Interesses locais

1. 3. Um ambiente marítimo regulamentado

2. Japão: o fim da Era Sengoku e o início da Era Edo_____p.39

2.1 Período Muromachi: um país em guerra consigo mesmo (1333–1568)

2.2 Período Azuchi-Momoyama: reunificando o país (1568–1600)

2.3 Comércio, manufatura e crescimento das cidades

Capítulo II – A presença portuguesa em Macau: agentes e instituições_____ p.58

1. A construção e a organização da cidade_____p.59

2. Agentes e Instituições_____p.73

3. A questão de Nagasaki e a sua relação com Macau_____p.94

Capítulo III – A rede comercial China-Macau-Nagasaki: estabelecimento e consequências político-econômicas_____ p.99

1.China e Japão: relação marítima conflituosa_____p.100

2. A questão monetária chinesa e o comércio com Macau_____p.108

2.1 O sistema monetário Ming e a prata

2.2 Troca da seda pela prata

3. A expulsão dos jesuítas do Japão e o futuro do trato comercial no Mar da China_____p.127

Considerações Finais p.140

Glossário p.143

Referências p.145

RESUMO

O presente trabalho “Conciliando interesses: as relações político-mercantis entre os portugueses, chineses e japoneses no Mar da China (XVI-XVII)” tem como objetivo analisar as questões políticas existentes entre a China Ming e o Japão e a mediação comercial portuguesa. Estabeleceu-se como principais pontos para este estudo as informações apresentadas pelas documentações sínicas e nipônicas, como também portuguesas, e pelo uso de uma bibliografia especializada tanto nas questões asiáticas quanto ibéricas. O recorte cronológico parte um pouco antes da chegada dos lusitanos nas feiras de Cantão em 1519 até a expulsão dos mesmos do arquipélago japonês em 1640 e o derradeiro fim da rota Macau-Nagasaki. A discussão é pautada na análise das políticas costeiras do governo chinês e nas proibições comerciais impostas ao vizinho japonês, fragilizado pelos conflitos internos. Tanto a China quanto o Japão dependiam muito do comércio marítimo para o desenvolvimento econômico e social dos seus territórios. O Japão importava boa parte dos produtos chineses, enquanto exportava algo de extrema importância para a China Ming, prata. Com as constantes proibições do comércio marítimo, os dois países ficavam impossibilitados de obter o que queriam, eis então que surge um terceiro grupo que resolve essas questões: os lusitanos. A partir de então foram mais de 100 anos de conciliação de interesses entre estes três elementos que, durante o período estudado, transformou o Sudeste Asiático em um dos pontos comerciais mais lucrativos no Império Português.

Palavras-chave: Comércio Marítimo, Império Português, Dinastia Ming, Japão, Sudeste Asiático.

ABSTRACT

The present work “Reconciling interests: political-market relations between the Portuguese, Chinese and Japanese in the China Sea (XVI-XVII) aims to analyze the political issues existing between China Ming and Japan and Portuguese commercial mediation. The main points for this study were established as information by the Sinic and Japanese documents, as well as Portuguese, and by the use of a specialized bibliography both in Asian and Iberian issues. The chronological cut starts just before the arrival of the Lusitanians at the Canton fairs in 1519 until their expulsion from the Japanese archipelago in 1640 and the final end of the Macau-Nagasaki route. The discussion is based on the analysis of the Chinese government's coastal policies and the commercial prohibitions imposed on the Japanese neighbor, weakened by internal conflicts. Both China and Japan depend heavily on maritime trade for the economic and social development of their territories. Japan imported a good part of the products found in sinic, while it exported something of extreme importance to China Ming, silver. With the constant prohibitions of maritime trade, the two countries were unable to get what they wanted, then a third group emerges that solves these issues: the Portuguese. Since then, there have been more than 100 years of conciliation of interests between these three elements that, during the studied period, transformed Southeast Asia into one of the most profitable points in the Portuguese Empire.

Keywords: Maritime Trade, Portuguese Empire, Ming Dynasty, Japan, Southeast Asia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1[1] – Mapa do Sudeste Asiático (2020)_____p.4
Figura 2 – Mapa da Dinastia Ming_____p.15
Figura 3 – Mapa do Japão (2020)_____p.40
Figura 4 – Mapa da província de Cantão (1646)_____p.60
Figura 5 - Planta de Macau desenhada por Barreto de Resende (1635)_____p.62
Figura 6 – Macau no final do século XVI_____p.63
Figura 7 – Fachada da Igreja de São Paulo em Macau (2014)_____p.89
Figura 8 – Sul do Japão (2020)_____p.123
Figura 9 – Rotas usadas pelos portugueses_____p.125

[1] As figuras 1, 3 e 8 são mapas atuais, utilizadas aqui para visualização da localização das regiões citadas retirados do site de mapas do Google (http://maps.google.com).

Figura 1 – Mapa do Sudeste Asiático

INTRODUCÃO

Entre os séculos XV e XVII nascia uma nova política de intercâmbio com elementos importantes que transformaria as estruturas de vida do mundo moderno e marcaria o futuro, indo além do âmbito econômico, com a compra e venda de alimentos e bens de consumo. Os portugueses sendo os vanguardistas nessa nova empreitada mundial, substituíram o mundo islâmico pelo cristão colocando a Europa no centro da revolução espacial, que já no século XVI tinha sob o seu comando potentados comerciais nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico. A ampliação das trocas e o estabelecimento de novas rotas entre o Ocidente e o Oriente influenciaram também as relações sociais dos povos envolvidos com a circulação de costumes, livros e filosofias. Entretanto, para alguns autores como Pierre Chaunu (1984) e Sanjay Subrahmanyan (1995), diferente da América e da África, as quais tiveram suas histórias profundamente marcadas pela presença europeia, as sociedades asiáticas continuaram com seus costumes tradicionais e suas vidas, vendo diferenças somente na superfície de suas estruturas sociais.

O auge da atuação portuguesa nesse movimento se deu entre os séculos XV e XVII. A substituição do mundo islâmico pelo cristão colocou a Europa no centro da revolução espacial empreendida pelo Estado português que já no século XVI tinha sob o seu comando potentados comerciais nos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico. A expansão marítima elevou os portugueses à condição de Mensageiros do Mundo (BARRETO, 1997), pois eram eles os mais novos intermediários do planeta. Diferentes tipos de portugueses, dos mais diversos grupos sociais (navegadores, comerciantes, soldados, missionários, aventureiros), tornaram-se os veículos de contato da Europa na África, Ásia, América e Oceania (e vice-versa).

Porém, não foi fácil conquistar tais espaços. Desde sua chegada em Goa, os navegantes portugueses usaram toda sua competência diplomática para conseguir o que queriam, mas quando sua tentativa “pacífica” era ignorada pelos poderes locais, rapidamente era substituída por uma violência desmedida. Charles Boxer (2011) ainda coloca que os lusitanos sabiam usar a rivalidade local em benefício próprio, fator que os ajudou a conquistar pontos cruciais das rotas marítimas na Ásia. Ao chegarem na Índia e em Malaca, por exemplo, os portugueses procuraram apoiar sultanatos rivais ajudando-os a tomar o poder, pedindo em troca o direito de estabelecer ali portos de assistência para

a rota Lisboa-Ásia. Mas quando chegaram na China, foi necessário a formulação de outras estratégias para garantir sua permanência, o que gerou muitos problemas para os dois lados.

Por que a Ásia? Mais especificamente, porque o extremo da Ásia? Marco Polo, depois do lançamento de seu livro "As Viagens"[2], se tornou um importante locutor das maravilhas que existiam no extremo oriente. De fato, ele não foi o primeiro europeu a pisar ali – o comércio da Eurásia[3] já existia (BARRETO, 1997) -, mas foi o primeiro a escrever sobre o assunto e, principalmente, a alimentar o imaginário europeu sobre a região. O italiano foi membro da Corte do neto de Gengis Khan durante 20 anos e em seu retorno escreveu o livro que serviria de incentivo para as descobertas marítimas que viriam a acontecer séculos depois.

Mais do que um simples fascínio sobre uma região repleta de mistérios e fantasias, os portugueses tinham interesses políticos e econômicos. O comércio de especiarias e outros itens de luxo oriundos da Ásia era bastante lucrativo, tanto que se fazia interessante possuir um potentado que lhes garantisse o monopólio sobre tal mercado. Seria ainda mais interessante se em meio a isso fosse possível expandir os domínios do Império português, que, desde a conquista de Ceuta, em 1415, até a chegada ao Japão em 1543, conquistou uma grande rede de feitorias e fortalezas essencialmente marítimas, reforçadas pelas missões religiosas em terra, fazendo de Lisboa o grande "empório" da Europa.

Dessa forma, o Império Marítimo Português foi se caracterizando pela construção de uma rede de fortalezas e feitorias espalhadas no mundo que garantiam o apoio necessário para a sua gente que saía do reino em busca de mercadorias e riquezas. A este empreendimento somava-se, também, o trabalho feito pelos missionários, que tinham por missão propagar a fé cristã e evangelizar o mundo. Neste proselitismo encontravam forças e fé para enfrentar o mundo desconhecido, algumas vezes agressivo, permeado por outras

---

[2] O livro *As Viagens de Marco Polo* foi publicado no final do século XIII e foi a fonte de inspiração para a expansão marítima empreendida no início do XV. A obra é uma espécie de diário dividido em quatro livros, nos quais é possível acompanhar todo o caminho feito por Polo, da Rota da Seda até a China. Nele é possível ver também, histórias que envolvem a África, o Japão, povos do Oriente Médio, a Índia e parte do Sudeste Asiático.

[3] Rotas terrestres que buscavam as especiarias nas Índias, assim como a seda e a pólvora na China, já eram exploradas pelos europeus. Comércio este que já podia ser observado desde a Idade Média, tendo os Árabes como principal ponto intermediário.

crenças e costumes. A combinação destes dois propósitos, estabeleceu o Império Português no Extremo Oriente de forma tão profunda que até os dias de hoje é possível perceber a herança lusitana em algumas regiões, a exemplo de Goa e Malaca.

A área circundante do Mar da China estava habituada à presença de diferentes povos como árabes, persas, armênios, chineses, apenas para citar alguns, elementos fundamentais no jogo das trocas no Mar da China e possuidores de uma experiência já secular nessa matéria. Tudo isso conferia ao dito espaço um carácter de enorme flexibilidade. A aceitação dos portugueses e até dos espanhóis, visto que estes se estabeleceram nas Filipinas, foi rápida e fácil, perante a convivência que os asiáticos mantinham entre si. A dita aquiescência era condicionada pelos mecanismos mercantis que, no Mar da China, se sobrepunham a outras diferenças, fossem elas religiosas, políticas ou culturais.

Porém, apesar de, num primeiro momento, a imagem das relações políticas na Ásia possa parecer pacífica, a região do Mar da China vivia em constante alerta por causa dos ataques dos piratas que, embora identificados como japoneses nos documentos oficiais da Dinastia Ming, podiam ser membros desgarrados de qualquer parte do Sudeste Asiático, inclusive da China. Para lidar com este tipo de atividade tida como criminosa pelas fontes chinesas, o governo sínico impôs diversas vezes o sistema de proibição comercial impedindo sua gente de comercializar com estrangeiros, com exceção somente de Cantão que, por ficar em uma zona estratégica que facilitava sua defesa, era a única região que recebia as embarcações autorizadas pelo governo central de Pequim.

Como veremos no primeiro capítulo, a China possuía uma política de relações exteriores muito rigorosa, que diversas vezes gerava proibições de contato caso algum país “súdito” descumprisse com o combinado. Os povos autorizados a comercializar com a China deveriam fazer parte do “sistema de tributos”, que era a política usada pelo governo chinês para garantir a submissão dos países vizinhos. O que estes queriam era a oportunidade de comprar os produtos chineses e para isso, dentro de um período de tempo determinado pelo governo Ming, levavam presentes e pagavam tributo para, no fim, receberem o selo autorizando suas entradas nas feiras de Cantão. O propósito das missões de e para a China e entre seus vizinhos, abrangia todo o espectro das relações diplomáticas: oferecer boa vontade, discutir protocolos, formar alianças para a guerra, fazer a paz, delinear fronteiras, espionar, negociar feiras conjuntas, para solicitar ou

arranjar casamento, para pedir livros e remédios, para felicitar no dia de ano novo ou aniversário, para indagar sobre saúde, para anunciar uma entronização ou morte, para condolências e sacrifícios, para contribuir para as despesas do funeral, para comparecer a um enterro, conferir títulos póstumos e transmitir presentes testamentários. Assim, a primeira parte do primeiro capítulo destina-se a explicar as políticas chinesas voltadas para o comércio marítimo e alguns dos conflitos em que os agentes nomeados para os postos responsáveis se envolveram, principalmente no que diz respeito à corrupção, pirataria e 'desobediência' dos países vizinhos para com as ordens do Império Ming.

A segunda parte do mesmo capítulo discute as questões políticas dentro do Japão, para talvez explicar - ou justificar - algumas das questões envolvendo o comércio entre portugueses, chineses e japoneses, bem como as dificuldades que os lusitanos encontraram nesse caminho. Assim, antes de falar das questões comerciais e de algumas das políticas exteriores do governo nipônico, é preciso narrar os conflitos políticos que cercavam o arquipélago na época. Durante os séculos XV, XVI e XVII o Japão passava por duas eras históricas, o Muromachi-Sengoku e o Azuchi-Momoyama, períodos estes que foram marcados por intensas batalhas pelo poder. Por anos, senhores feudais japoneses tentaram o golpe de estado deixando o governo instável e suas relações internacionais desgastadas, o que para alguns autores pode vir a explicar, por exemplo, as possíveis brechas quanto ao comportamento de mercenários agindo como piratas no Mar da China.

A proposta de apresentar as questões internas dos dois países antes do seu encontro com o europeu, é porque normalmente se discute os motivos que levaram Portugal a procurar espaços no além-mar, mas raramente vemos de forma mais profunda os motivos que levaram os chineses ou japoneses a agirem de maneira informal, ou marginal, nas áreas costeiras, burlando as leis de proibição comercial com o estrangeiro. Entender, também, porque em meio a todos os conflitos internos e a preocupação de unificar o país o Japão, mesmo com a perceptível irritação com os missionários, ainda permitiu que os lusitanos usassem a região de Nagasaki por tanto tempo. Estes e outros pontos só podem ser respondidos se olharmos primeiro para as questões internas das duas nações asiáticas.

O segundo capítulo trata do estabelecimento português em Macau. Durante o processo de pesquisa e escrita do presente estudo, ficou claro que a história da fundação

e organização da cidade precisava ser apresentada de forma mais profunda e detalhada, mostrando seus agentes e instituições. Ela é o ponto chave para todo o empreendimento comercial lusitano no extremo da Ásia. Por vários anos, os portugueses tentaram encontrar ao longo da costa chinesa um lugar onde pudessem fazer as logísticas necessárias para enfrentar o Mar da China, tais como secar carga, reparos de navios ou simplesmente descansar da viagem, mas a tarefa só foi finalizada quando encontraram um pequeno povoado na região de Xiangshan, ao sul da China.

O êxito do empreendimento de Macau gerou a ideia de que a cidade tivesse sido uma oferta, como recompensa dos serviços prestados pelos portugueses em combate à pirataria na costa chinesa, ideia que se perpetuou durante muitos anos na sociedade portuguesa e que, nos dias de hoje, já foi posta em causa. Na realidade, o êxito militar não teve grande significado para a fundação da cidade portuguesa. A aceitação da comunidade lusa em território chinês se deveu ao fato da Dinastia Ming não comercializar com os reinos vizinhos e os portugueses, apesar de terem de se submeter a algumas das leis chinesas, era um grupo externo que o poder central de Pequim precisava manter sob controle, mas que permitia o prosseguimento da compra e venda de produtos que os chineses não podiam comercializar, pelo menos não de forma direta. Desta forma, o capítulo discute a importância de Macau para o desenvolvimento do projeto mercantil português no Extremo da Ásia, os malabarismos que sua população teve que exercer para se manter fiel aos propósitos da metrópole portuguesa, sem ferir o ego do governo Ming, muito mais próximo e, por isso, muito mais perigoso.

O terceiro capítulo discute as consequências do relacionamento comercial e político entre a cidade de Macau, a China Ming e Nagasaki. Essa parte começa analisando os conflitos entre a China e o Japão, tendo como ponto-chave a atividade dos wakôs, ou piratas japoneses, que aterrorizavam o Mar da China por séculos, mas que precisamente entre os séculos XVI e XVII, devido ao banimento total imposto pela China à sua costa, viu sua população de “criminosos” aumentar de forma considerável. Apesar de muitas das embarcações ilegais não serem constituídas somente por japoneses, o governo chinês culpava os nipônicos pelos atos de pirataria em sua costa. Entretanto, neste mesmo momento, a dinastia Ming passava por problemas no setor monetário e, consequentemente, financeiro. A prata que faltava na China, sobrava no Japão e os portugueses estavam mais do que dispostos a trocá-la por produtos chineses.

Começa, assim, uma das mais lucrativas rotas do Império Português, Macau-Nagasaki, na qual os lusitanos compravam a seda com a prata que vinha não só do Japão, mas também do Novo Mundo, movimentando a economia interna chinesa. Porém, nada dura para sempre e surgem alguns problemas após a unificação japonesa, quando tanto os lusitanos quanto os espanhóis são expulsos do porto de Nagasaki e proibidos de chegar perto do arquipélago, pondo um ponto final na troca da seda pela prata e iniciando o processo de decadência da cidade de Macau e da importância da mediação comercial portuguesa no Mar da China.

No que se refere aos pressupostos teóricos e metodológicos, esta pesquisa pretendeu ir além do contexto da História Colonial que, desde meados do século XX, já estava sendo questionada, com as mudanças de paradigmas e o surgimento de novas abordagens históricas. Desta forma, os grupos de colonialistas começaram a pensar em novos temas, procurando respostas e inspirações em horizontes mais amplos do que aqueles trazidos pela historiografia colonial. Em 2013, por exemplo, dois pontos foram acrescentados a esta discussão: a aula inaugural no *Collège de France* do historiador indiano Sanjay Subramanyam e a tradução para português da obra de Kenneth Pomeranz, *A Grande Divergência: China, Europa e a Construção da Economia Mundial Moderna* (2013), lançado originalmente em inglês em 2000.

O primeiro fez um resumo da genealogia do que ele chamou de História Global, trazendo exemplos de autores que desde a Antiguidade se debruçavam sobre sociedades que não as suas de origem, mostrando que a prática, mesmo que difícil, não era impossível. O segundo, deu um novo sentido para a "grande divergência" de Samuel Huntington, que antes descrevia de forma simplista o porquê do Ocidente ter ficado com a hegemonia de mercados após a industrialização no século XVIII. O autor levanta documentações tanto chinesas quanto europeias para, através do trabalho comparativo, explicar de uma forma global e mais profunda as razões que levaram, no século XIX, a Europa Ocidental a ultrapassar a China e transformar estruturalmente sua economia.

Tanto o trabalho de Pomeranz, quanto os de Sanjay Subrahmanyam, são importantes porque influenciam debates historiográficos sobre os mais variados temas e problemas. As Histórias Conectadas, proposta por Subrahmanyam e Serge Gruzinski, por exemplo, traz abordagens que pensam os movimentos e os agentes nas rotas coloniais muito além da relação de submissão das colônias para com as metrópoles. Citando o texto

que ele apresentou na aula inaugural, Subrahmanyam fala da dívida que os historiadores têm para com Fernand Braudel em seu estudo sobre o Mediterrâneo, que serviu como ponto de referência para a produção científica posterior. Segundo ele, o francês ensinou aos pesquisadores como abordar a história dos Impérios e suas rivalidades na Idade Moderna, mas, em contrapartida, confundiu muitos historiadores que entenderam a "história global" como um sinônimo da "história total", ou seja, tinha a intenção de cobrir todos os aspectos do objeto estudado, como o político, o social, o econômico e o cultural. Sendo assim, o que o historiador indiano propõe com a "história global" não é a construção de uma "história total", assim como era pregada no início do século XX, mas sim um processo de histórias conectadas, no qual nenhuma história seria ignorada.

Por isso ele cita a questão da prática da xenologia. O que para as ciências naturais seria o estudo das relações entre os parasitos e seus hospedeiros, para a história – e consequentemente para as ciências humanas em geral – seria o estudo de todos os grupos envolvidos nos acontecimentos históricos, que no caso do além-mar, por exemplo, seria tanto estudar o ponto de vista do europeu, quanto o do não europeu. Ele cita o exemplo do historiador e antropólogo francês Nathan Wachtel, especialista na história da América Latina, que ao escrever sobre o processo de conquista americana propõe fazer um estudo sob a "visão dos vencidos", trazendo para a superfície a perspectiva do indígena sobre o processo. De certo que nem todas as civilizações estudadas podem ser colocadas como "vencidas", mas quer dizer que a indiferença com relação a certas histórias precisava ser rapidamente substituída e que novas narrativas precisavam emergir.

Daí a necessidade de se praticar uma xenologia da história como colocado por Subrahmanyam. A História de Portugal é um grande exemplo em relação e indiferença sobre "outras histórias" e, durante muito tempo, ignorou o lado Oriental do seu Império. O historiador indiano indica que, diferente de outros povos, os ibéricos na totalidade eram limitados por suas fraquezas em matéria de xenologia por sempre colocarem o *"contexto das suas explorações em uma narrativa que girasse em torno de sua pátria"* (SUMBRAMANYAN, 2013. p.230). Nessa questão concordo com Subrahmanyan quando no primeiro capítulo do seu livro sobre o império lusitano diz que "para entender as ações portuguesas na Ásia [...] é preciso ir mais longe do que descrever o palco asiático no qual foram atores" (1995, p.13), é preciso considerar que a Ásia que os portugueses encontraram não era estática e nela já existia uma comunidade milenar com seus próprios costumes e meios de empreender a política e o comércio.

Pensando dessa forma, este trabalho se dedicou a estudar fontes chinesas e japonesas, estas quando disponíveis, além de fazer largo uso de autores que analisam o ponto inverso da relação Ocidente-Oriente. Saliento, assim, que a intenção não é criar um ponto comparativo entre os dois espaços geográficos, mas observar o fenômeno expansionista português sob a perspectiva, na medida do que foi possível, oriental. Por isso a centralidade do trabalho está na relação daqueles lusitanos radicados em Macau com seu "senhorio" a China e o que foi, durante um certo tempo, seu principal ponto comercial, Nagasaki.

No que diz respeito às fontes, uso as cartas escritas pelos vice-reis de Goa e capitães responsáveis pelo Senado de Macau enviadas a Portugal e vice-versa, documentos estes que se encontram devidamente digitalizados no Arquivo da Torre do Tombo. Dos relatos portugueses uso *A Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto que de forma analítica, e um tanto crítica, narra a presença dos portugueses no Mar da China e a suas interações com os povos que ali circulavam. Além de Pinto, também uso o livro *Tratado das Cousas da China* escrito pelo frade Gaspar da Cruz. O texto é o resultado da observação feita pelo missionário dominicano durante sua estadia em Cantão, descrevendo em detalhes a organização política, social e econômica da China, transformando o livro em uma espécie de inventário das 'cousas" chinesas. Dos textos religiosos, uso algumas cartas escritas pelos missionários que estiveram na região, sobretudo para o Japão. Aqui destaco as cartas e os trabalhos do padre Luís Fróis que morou 34 anos no Japão, dos quais alguns foram vividos na residência do senhor feudal Oda Nobunaga, e escreveu em detalhes suas impressões sobre as tradições e a cultura japonesa, bem como o comportamento da gente lusa com os asiáticos. É importante dizer aqui que também uso a documentação oficial como os regimentos e leis emitidas pela coroa portuguesa que às vezes chegavam a interferir com o dia-a-dia da comunidade macaense.

Da parte asiática, a chinesa é a mais rica em relação a fontes. A medida que a pesquisa foi se desenvolvendo, ficou evidente a diferença existente entre as fontes de origem chinesa e as japonesas. Apesar da distância geográfica e da limitação linguística, a China procura incentivar a digitalização e a tradução para o inglês das suas principais fontes, enquanto o Japão ainda não possui um projeto de digitalização e muito menos de tradução dos seus documentos históricos, restando somente pequenas citações em textos de pesquisadores que tiveram acesso físico à documentação. E ainda sobre a

documentação japonesa, outro problema é apresentado: a inexistência de fontes anteriores ao século XVIII, que foram queimadas, ou destruídas de diversas outras formas, durante os séculos XVII-XIX, principalmente àquelas relacionadas ao estrangeiro ibérico - espanhol e português.

Quanto às fontes chinesas, como disse anteriormente, a quantidade é interessante e algumas podem ser encontradas na Biblioteca Digital Mundial, mantida pela UNESCO, como os memoriais de oficiais do governo Ming e outros documentos. A outra parte, foi conseguida junto aos arquivos digitais das universidades de Hong Kong e Pequim e do Arquivo de Macau, como artigos régios e os Anais da Dinastia Ming. Alguns desses documentos, felizmente, podem ser encontrados com tradução para o inglês, mas para outros foi necessária ir atrás de tradução própria, as pessoas que me ajudaram em tal empreitada têm minha eterna gratidão.

Por fim, a intenção do presente estudo não é o de esgotar o tema sobre as relações portuguesas com a China e o Japão, mas sim entender como se deram essas ligações e quais foram as razões para que ela acontecesse. Porque a China e o Japão ajustaram seus interesses com um grupo estrangeiro, permitindo-o dominar, por um curto período de tempo, o comercio marítimo no Mar da China e influenciando, direta ou indiretamente, o relacionamento entre os dois países.

CAPITULO I
China e Japão às vésperas dos portugueses

1. As políticas de comércio marítimo no último século Ming

Geograficamente falando o espaço controlado pela Dinastia Ming é próximo do que hoje conhecemos como o território chinês. Começando a partir da Grande Muralha e indo até a costa do oceano Pacífico, a China Ming fazia fronteira com outros reinos como o de An-Nam (Vietnam) e a Coréia e Champa (região central que hoje se divide entre a Tailândia e o Vietnam) ao sul, enquanto que ao norte viviam os mongóis. Por seu tamanho tanto geográfico como político e militar, países do interior da Ásia e até mais distantes, como o Japão, pagavam, regularmente ou não, tributos ao governo Ming reconhecendo o imperador Ming como seu soberano.

Figura 2 – Mapa da Dinastia Ming[4]

Quando a Dinastia começou, em 1368, com Hong Wu até 1420, a capital do império ficava em Nanquim, localizada ao sul da China. Nesse período a futura capital

[4] A parte amarela do mapa mostra a área controlada pela Dinastia Ming. Imagem retirada do site Aurora Oriental. Disponível em: <https://auroraoriental.wordpress.com/2017/02/19/37-a-ascensao-da-dinastia-ming/>. Acessado em 28/10/2020.

Pequim estava em processo de recuperação pós-domínio mongol. Em 1403 quando a pacificação ainda estava sendo feita, a então província de Pequim foi organizada para servir de Área Metropolitana do Norte, responsável por gerir todos os assuntos do norte do país, enquanto que a partir de Nanquim se geria todo o território. Porém, quando a pacificação e a transferência do governo foram concluídas, a província passou a ser chamada de Pequim e se antes era chamada de Área Metropolitana do Norte, agora era somente Área Metropolitana. Nanquim, antiga Área Metropolitana, foi dividida em duas províncias e passou a ser responsável somente pelas questões do sul.

A visão que as autoridades das capitais imperiais, primeiro Nanquim depois Pequim, tiveram de outras nações sempre foi sino-cêntrica. A agricultura foi considerada a atividade econômica adequada e fundamental que proporcionou uma base sólida para a sociedade. Por esse motivo, o Estado não apoiava o empreendedorismo comercial em empresas gerais e marítimas, em particular de forma sustentável. Em contraste com seus colegas europeus, que se aventuraram a descobrir e explorar novas terras a partir do século XV, os chineses desenvolveram sua cultura independentemente, formando um "culturalismo" chinês egocêntrico. Sempre foi uma das principais prioridades do Estado lutar pela autossuficiência na agricultura e fornecer comida suficiente para sua grande população. A única forma de comércio exterior reconhecida pelo estado confucionista foram as transações realizadas no âmbito tributário (HUANG, 2008).

Apesar da ideologia de estado e da orientação política e econômica serem tradicionais, as atividades marítimas na verdade têm uma longa história na China, especialmente na costa sudeste. Houve momentos em que até o próprio governo se entregara ao comércio marítimo, como foi, por exemplo, o caso da Dinastia Sung do Sul[5] para a qual os 'negócios no mar' se tornaram o principal objetivo da economia nacional. O grande escopo de contatos comerciais no exterior durante esse período persistiu até o estado chinês se fechar novamente após a fundação da dinastia Ming. Após um breve período de 28 anos, iniciado em 1405, o estado iniciou sete expedições marítimas sob o comando de Zheng He, até que a porta para o mundo marítimo fosse novamente fechada com a imposição de uma estrita proibição marítima (haijin).

Foi exatamente no momento em que a política de proibição de navegação marítima estava em vigor que Fujian na costa sudeste da China estava embarcando em

[5] Ver Lo Jung-pang, "The Emergence of China as a Sea Power during the Late Sung and Early Yüan Period", *Far Eastern Quarterly* vol.14, n.4. p 497–519.

atividades marítimas em números cada vez maiores. Muitos dos seus habitantes até navegaram para o exterior ou migraram; outros se envolveram em pirataria. A segunda metade da dinastia Ming, entre os anos 1522 - o início do longo reinado do imperador Jiajing (1522-1566) - e 1644, quando o governo entrou em colapso, foi um período de marcantes contrastes com a dinastia anterior.

Embora o despotismo estivesse em seu auge, o domínio dinástico estava em declínio. No entanto, em resposta a novos desafios, diversas mudanças estavam ocorrendo, especialmente na economia tradicional. Entre esses novos empreendimentos estavam os esforços para melhorar as técnicas agrícolas com a introdução de mais modernos implementos, uma melhor compreensão do uso de esterco e a introdução de novas plantas. O progresso técnico também foi alcançado nos campos de tecelagem e irrigação. Estudiosos utilitaristas ou estatais, como Xu Guangqi (1562-1633) e Song Yingxing (1587-1666)[6] ocuparam-se com práticas que poderiam contribuir para o bem-estar do país. Além dos limites das ocupações tradicionais, houve um aumento na produção de mercadorias e no comércio inter-regional doméstico.

No sul de Fujian o terreno acidentado formava uma costa irregular, repleta de muitas baías e bons portos, mas deficiente no quesito terras aráveis e férteis. Após mil anos de desenvolvimento anterior ao período Ming, acompanhado pelo crescimento da população, a utilização da terra havia atingido seus limites. Mesmo as melhorias e inovações agrícolas mencionadas anteriormente não poderiam fazer nada para reverter a adversidade. Catástrofes naturais, embora não fossem novas na história da agricultura chinesa, tornaram-se fatais nesta terra de baixa produtividade da qual a população dependia profundamente. Além das dificuldades econômicas, a opressão social intolerável levou o povo ao sul de Fujian a depender de práticas tidas como ilícitas pelo governo central. A região tornou-se um lugar-comum no campo que testemunhou as más práticas dos shijia (famílias proeminentes locais) e dos shihao (pessoas poderosas), de mãos dadas com oficiais locais corruptos em seus esforços para explorar os já indefesos xiaomin (pessoas pequenas), que eram os que mais sofriam com as condições socioeconômicas desfavoráveis. Um ditado popular chinês descreve os casos de extrema

[6] Xu Guangqi, funcionário de alto escalão e agricultor, foi o autor de Nongzheng quanshu [Um registro completo da agricultura]. Song Yingxing, uma autoridade local, esteve em muitas regiões durante o final da dinastia Ming e se esforçou para melhorar o país através de estudos práticos. Ele foi o autor de Tian gong kai wu [A exploração das obras da natureza], uma importante obra sobre tecnologia no final da China imperial.

pobreza: “Para os ricos, os divisores de campo se estendem um após o outro; para os pobres, não há nem mesmo espaço para desabafar [...]”. Sempre que surtos de fome aconteciam, as pessoas desesperadas formavam grupos menores ou maiores aqui e ali nas encostas das montanhas e nas margens dos rios, para se envolverem em levantes esporádicos (GEISS, 2008).

Nem todos recorreram a uma resposta às margens da lei. Um número considerável de pessoas do sul de Fujian procurou soluções positivas para sua situação, participando de pequenos negócios, ignorando o que o estado defendia como uma postura adequada. Eles se envolveram em empreendimentos comerciais, não apenas em outras regiões chinesas, mas também no exterior. A presença de estrangeiros como japoneses e portugueses no litoral deu origem a novas oportunidades nas atividades marítimas. Sua participação voluntária no comércio com eles criara um ambiente favorável que, por sua vez, atraía visitas mais frequentes de outros comerciantes e aventureiros estrangeiros que queriam se juntar a eles em atividades comuns. À medida que o tráfego marítimo floresceu, tornou-se lucrativo construir navios para atender à crescente demanda. Ao escrever durante a transição de Ming-Qing, Gu Yanwu (1613-1682) disse: "[Em 1547] todas as famílias de Yuegang, na província de Zhangzhou, construíram embarcações marítimas e comercializaram para Sião, Folangji (Malaca) e alguns outros países"[7], por exemplo, Coréia, Ilhas Ryukyu (Okinawa), Luzon e Annam (Vietnam). Pescadores e produtores de sal locais mudaram para a nova ocupação do comércio marítimo porque “seu lucro é dez vezes maior”[8] e ainda diziam que, “somente aqueles que tinham uma mente inferior e uma força fraca permaneciam nos empregos antigos”[9].

Segundo alguns autores (BOXER, 1974; HUANG, 2008; WADE, 1994), ao ver do governo chinês, os novos tratos comerciais e marítimos constituíam uma violação dos valores confucionistas, ultrapassando os limites de ocupações aceitáveis. Ironicamente, a proibição imperial das atividades marítimas nunca havia sido uma política convincente aos olhos do povo, porque o estado continuava a manter o shibo (postos de supervisão de comércio e navegação marítimos) aberto a estrangeiros, sob o pretexto de receber seu tributo, impedindo, ainda, que seus próprios súditos negociassem com estrangeiros. De um modo geral, mesmo os servidores do governo não conseguiam ser unânimes entre si

[7] Gu Yanwu Tian, Tianxia junguo libin shu [Problemas e desafios em várias regiões da China], em Siku shanben congshu [A biblioteca completa dos quatro tesouros], vol. 26, p. 6b.
[8] Mao Yuanyi, Wubei zhi [Compilação das defesas militares] 214: 21–22.
[9] Ibid. p.22.

nas questões relacionadas às atividades marítimas e a maioria dos funcionários locais tentava de forma muito superficial aplicar as leis proibitivas que, muitas vezes, poderiam comprometer sua renda extra (HUANG, 2008). Tanto a elite intelectual local quanto os moradores da região de Fujian que ocupavam altos cargos na Corte se opuseram fortemente às rígidas restrições aos empreendimentos marítimos. A discussão a seguir explora as complexidades sociais e políticas dessa situação, estudando a política do governo Ming e as posições contestadas sobre assuntos marítimos.

1.1 Relações nas fronteiras e o conceito de defesa costeira

Um breve estudo da política de fronteira Ming a partir do momento em que foi estabelecida ajudará a compreender a atitude do governo Ming em relação aos assuntos marítimos em geral e o envolvimento do sul da Fujia em atividades marítimas em particular. O melhor ponto para começar é a partir das políticas da época de Zhu Yuanzhang, o imperador fundador da dinastia. Segundo Ray Huang (1974), logo após a reunificação da China, o imperador decidiu seguir a abordagem tradicional de abster-se do uso desnecessário da força contra países estrangeiros, uma vez que isso não beneficiaria o estado. Ele decretou:

> Os bárbaros que cercam a China estão todos localizados em áreas remotas com barreiras naturais formadas por montanhas e mares. Mesmo se os ocupássemos, seus recursos limitados nunca poderiam apoiar nossa administração, e seria difícil assimilar seu povo ao nosso governo. Se perturbarem imprudentemente nossas áreas de fronteira, serão punidos pela autodestruição natural. Se eles nunca nos causarem problemas e enviarmos expedições precipitadas contra eles, seremos confrontados com maus presságios. Meus descendentes devem se restringir para sempre de usar a força para realizar operações militares sem uma razão, causando assim baixas desnecessárias por apenas um sucesso militar temporário. No entanto, deveríamos treinar nosso exército constantemente e estar em guarda contra os bárbaros Hu [que residem no nordeste da China], os Yong [no oeste] e os da fronteira norte [Di], pois estão intimamente ligados à China. travaram guerras com a China por gerações.[10]

Huang (1974) salienta que esta abordagem de Zhu Yuanzhang também fora guiada por considerações políticas. Sua prioridade era vigiar a ameaça dos remanescentes das forças mongóis. Ele havia aprendido a lição da dinastia anterior (Yuan), enfraquecida por seu amargo fracasso em suas expedições ao exterior contra o Japão e Java. Em termos de defesa de fronteiras, ele concentrou sua atenção no norte e não no sul, nas condições do

[10] Mingchao kaiguo wenxian records [Registros documentais da Dinastia Ming em seu período de fundação], ed. Wu Hsiang-hsiang, vol. 3, pp.1588-1591.)

interior e não na fronteira costeira. Diante da ameaça da pirataria japonesa ao longo da costa, como punição, ele simplesmente encerrou a chegada de suas missões tributárias fechando todo o shibo em Ningpo, Quanzhou e Cantão em 1373 (HUANG, 1974).

Seis anos depois, Hu Weiyong, seu primeiro-ministro, foi acusado de conluio com os japoneses e de permitir que comercializassem na costa. Indignado com esse incidente, o imperador pediu que as futuras gerações não tivessem contato com o Japão sob nenhuma circunstância[11]. Em 1381, ele endureceu sua posição e decretou uma rígida proibição marítima conhecida como haijin, para impedir que seu povo se envolvesse em qualquer atividade marítima[12]. Essa política foi reforçada diversas vezes durante o período Ming. Os principais regulamentos da Proibição do Mar eram os seguintes:

1. Qualquer pessoa que embarque cavalos, gado, material militar, ferro, moedas de cobre, cetim, brilho, seda e algodão ou se dedique ao comércio marítimo estará sujeita à punição com cem golpes de bambu pesado. Qualquer pessoa que transporte ou ajude a transportar os artigos mencionados acima deve ser submetida à mesma punição, mas um grau mais leve. A carga, embarcações e carros em questão estarão sujeitos a confisco. Os delatores têm direito a uma recompensa de 30% do valor [dos bens] confiscado. Qualquer pessoa que embarque armas ou pratique atividades marítimas estará sujeita à morte por enforcamento. Qualquer pessoa que divulgar informações locais para fora da lei será punida com a decapitação. Os oficiais que atuam como cúmplices estarão sujeitos à mesma punição.
2. Os funcionários que usarem suas posições para se conectarem com o comércio não autorizado estarão sujeitos a punições que se estenderão a toda a família.
3. Os comerciantes estrangeiros que praticam comércio marítimo devem declarar suas cargas para fins fiscais imediatamente após sua chegada aos portos de escala. Se não o fizerem, serão punidos por cem golpes de bambu.
4. Qualquer oficial que receber suborno por permitir a entrada de navios de carga e se conectar a essas transações que levem a atividades de pirataria, será condenado à morte se ele for o principal e banido à fronteira se ele for o cúmplice.

[11] Zhang Xie, (1574-1640), Tong xi yang kao [Uma investigação sobre os assuntos dos oceanos oriental e ocidental] capítulo 6.4a.
[12] Ming shilu: Taizu chao [Registros verdadeiros da Dinastia Ming: Reinado Taizu], capítulo 139.7a.

5. Qualquer oficial ou civil que venda armas proibidas a portadores de tributo, estarão sujeitos a punição por decapitação.
6. Os navios só podem ser colocados no mar com uma autorização oficial. Qualquer civil ou oficial que construir embarcações com três ou mais navios grandes (mais tarde, com dois navios e acima) sem autorização, transportar qualquer carga proibida por via marítima e comercializar em países estrangeiros, mantiver comércio secreto com piratas e atuar como um guia para saquear os cumpridores da lei, serão sujeitos à sentença de morte por decapitação e os outros membros de sua família serão banidos para a fronteira. Qualquer pessoa que construir um tipo proibido de embarcação e a vender para estrangeiros sofrerá da mesma punição.
7. Qualquer civil ou funcionário que negocie com Woguo (Japão) estará sujeito à pena de morte por decapitação.
8. Qualquer civil que comprar carga estrangeira de portadores de tributo antes de se reportar à estância aduaneira ou coletar carga proibida para os estrangeiros será banido para a fronteira.
9. As famílias influentes e ricas que fornecem capital para comprar cargas e enviá-las para o mar por meio da agência de pessoas más, mesmo que não tenham se envolvido pessoalmente nessas atividades, também estarão sujeitas a banimento na fronteira. A carga será confiscada.
10. Quem abrigar comerciantes maus ou ocultar sua carga e transportá-la para o mar será acusado de roubo e condenado a usar o jiá (枷)[13] por dois meses. Vizinhos ou oficiais insignificantes que estão cientes de tais eventos, mas não informam as autoridades, serão igualmente culpados e sujeitos a punição pelo uso da lata por um mês[14].

Como mencionado anteriormente, a política de Proibição do Mar que impedia o povo chinês de se envolver no comércio marítimo existia ao lado do sistema de tributo e comércio. Este último era na verdade uma extensão do modelo shibo dos Sung que

[13] O jiá era um tipo de armação de madeira que era amarrada no corpo do prisioneiro como forma de humilhação no Extremo Oriente. O prisioneiro tinha as mãos amarradas a cada braço da armação de madeira. Este tipo de punição era semelhante ao jugo europeu, com a diferença de que o movimento das mãos do prisioneiro não era tão restrito e que a tábua usada não era fixada a uma base e tinha de ser carregada pelo prisioneiro (NG, 2017,p.90)

[14] Ch'en Wen-shih, Ming hongwu jiajing jian de haijin zhengce [A política de proibição no mar durante os reinados de Hongwu a Jiajing], p. 35–38; Zhang Zhaoyuan, Haifang tu yi [Discurso Ilustrado das Defesas Costeiras], p. 41–43.

persistiu até a ascensão do Imperador Jiajing ao trono em 1522 (HUANG, 1974). Posteriormente, uma mudança foi introduzida nos assuntos marítimos em resposta à presença dos portugueses, dos piratas japoneses e outros aventureiros na costa.

Durante o período Ming, com exceção dos primeiros anos do primeiro imperador, o shibo ssi (supervisores do comércio e navegação marítimos) encarregou-se do comércio exterior em Guangzhou, Quanzhou (posteriormente removido para Fuzhou) e Ningpo. Durante a dinastia, Guangzhou foi o porto de escala para estrangeiros de Champa, Sião e outros países do "Oceano Ocidental", Quanzhou para os Ryukyus (Okinawa) e Ningpo para Kyushu (Japão). Guangzhou quase sempre foi mantido aberto, mas os outros dois foram fechados de forma intermitente em resposta à situação preocupante no litoral.

Sob o sistema shibo, uma vez que um país estrangeiro fosse aceito como um país tributário, uma licença especial seria emitida para permitir que ele se envolvesse em um comércio limitado e supervisionado após sua chegada. O número de navios e pessoal a bordo e a frequência das missões de homenagem eram especificados de acordo com o tamanho ou status de cada país. Sua carga era autorizada a ser vendida sob supervisão no porto de escala ou na capital nacional por apenas três a cinco dias[15]. O sistema de tributo era realmente um componente importante nas relações externas tradicionais. A dinastia pretendia usar tais medidas para atar e apaziguar os povos fronteiriços agressivos. Em seus projetos, Zhu Yuanzhang não era diferente dos governantes das dinastias anteriores, que suprimiam intencionalmente atividades comerciais, especialmente entre os civis. Ele até adotou leis discriminatórias contra comerciantes, proibindo-os de usar roupas de seda[16]. Essa atitude foi usada por seus sucessores até ser abolida depois das revoluções do século XX.

Segundo John Langlois (2008), existiram duas razões levaram a um controle mais rígido das atividades de tributo e comércio. Como o sistema de tributo era considerado principalmente como um meio de aumentar o prestígio imperial e manter a boa vontade entre países estrangeiros, especialmente aqueles ao longo das fronteiras, o lucro foi reduzido a uma consideração secundária. Em outras palavras, o Estado não tinha intenção de lucrar com o comércio, mesmo que esse empreendimento fosse considerado uma prerrogativa exclusiva do Estado. A Corte Imperial aceitava o tributo e, por sua vez, concedia presentes generosos aos portadores, resultando em uma troca que raramente era

[15] MSL - Shen-zong capítulo 48.8a (In. WADE, 1994, p.2200-2201).
[16] MSL - Shen-zong capítulo 48.8a (In. WADE, 1994, p.2200-2201).

a favor da dinastia. O dilema da Corte é expresso no memorial a seguir por um funcionário Ming:

> Seu humilde servo percebe que o Tribunal sofrerá danos reais por vanglória se não limitar tributos estrangeiros…. Embora demonstrem algum tipo de sinceridade e respeito, viajam para a China porque são cobiçosos com produtos chineses e os venderam a outros países por um lucro considerável. O Tribunal deve limitar a frequência da homenagem ... na medida em que ainda possa alcançar o objetivo de criar boa vontade e, simultaneamente, salvar nosso povo do cansativo serviço de cuidar das missões de homenagem dos portos de escala da capital nacional.[17]

Outros problemas também surgiram. Atraídos pela promessa de grande lucro, os comerciantes costeiros ainda negociavam com os estrangeiros, violando as leis de proibição, subornando os oficiais do porto. Os países que prestavam homenagem também estavam insatisfeitos com o comércio restrito. Ou seja, para além do comércio de tributos, que beneficiava apenas as autoridades locais e algumas famílias poderosas, o comércio ilegal começava a florescer através da velada colaboração entre os "portadores de tributo", autorizados ou não autorizados, os comerciantes e funcionários portuários bem conectados. Os regulamentos estaduais existiam apenas no papel.

Mesmo com todas as atividades 'ilegais' na costa, a Corte não incentivou o comércio privado nem relaxou seu controle estrito dos assuntos marítimos, mesmo durante o reinado de Yongle, no qual foram iniciadas as expedições sem precedentes de Zheng He, quando se podia esperar que a inclinação desse imperador fosse mais favorável à abordagem marítima (BOXER, 1953). De fato, não foi o caso. Uma das primeiras ações tomadas pelo imperador em 1404 foi o restabelecimento da proibição de construir embarcações de alto mar. Sabe-se que a frota de Zheng He suprimiu incansavelmente os comerciantes chineses e alguns grupos de piratas no sudeste da Ásia, numa tentativa bem-sucedida de restaurar a lei e a ordem em nome dos regimes locais[18]. A questão era mostrar que o controle real sobre comércio havia se tornado mais rígido e mais eficaz do que nunca, fator que só dava resultados quando o poder central era mais forte. Uma vez que o poder da dinastia diminuiu, o povo do litoral imediatamente se aproveitou da situação, contornando as leis proibitivas. Eles organizavam numerosas comitivas para negociar no exterior. Foi exatamente isso que aconteceu no reinado de Jiajing (1522 a 1566)[19], durante o qual os ricos forneciam o capital e os pobres arriscavam suas vidas em

[17] MSL - Shen-zong capítulo 48.8a (In. WADE, 1994, p.2200-2201).
[18] MSL - Shen-zong capítulo 48.8a (In. WADE, 1994, p.2201).
[19] MSL – Zhang-xie capitulo 47.1B-3a. (In. WADE, 1994, p.1933-1934)

empreendimentos marítimos[20]. Até os enviados reais para os países estrangeiros traziam comerciantes com eles ou se envolviam pessoalmente no comércio privado[21]. As transações mais notórias foram aquelas financiadas pelos eunucos que assumiam o controle do sistema shibo[22].

Essa situação pode ser atribuída à conscientização do estado de suas próprias limitações para exercer controle total sobre a situação marítima, agravada pelo fato de que haviam sinais de prontidão por parte do governo para relaxar a proibição antes mesmo da ascensão do Imperador Jiajing ao trono. Infelizmente, dois incidentes simultâneos frustraram a possível mudança na política. A primeira foi o colapso das relações sino-portuguesas. Antes, Wu Tingju, então comissário da Administração Provincial de Cantão (Guangdong), havia sugerido o relaxamento da proibição por dois motivos: evidentemente, a escassez de suprimentos de especiarias se tornou grave como consequência direta da política de proibição; segundo, a receita portuária havia caído consideravelmente desde que a restrição desencorajara as visitas de navios estrangeiros. Uma questão talvez grave que também foi apontado pelo comissário era que as rações das tropas militares seriam seriamente afetadas (HUANG, 1974; NG,2017).

Em resposta, a Corte aprovou as sugestões de Wu[23] e, consequentemente, a missão portuguesa sob o comando de Fernando d'Andrada foi bem recebida pelas autoridades de Cantão, em 1517, e sua embaixada foi autorizada a ir à capital para procurar uma audiência com o Imperador[24]. Enquanto a embaixada ainda estava na capital, algumas notícias lançaram uma luz diferente sobre os recém-chegados ao Tribunal Ming. Diziam respeito a Simon d'Andrada, irmão do comandante, que havia cometido atos de pirataria perto do porto de Guangzhou. A crescente violência e conduta agressiva de seus homens levaram a hostilidades abertas neste porto localizado na região sul. Posteriormente, os oficiais locais recorreram a medidas militares e expulsaram os navios portugueses do Rio das Pérolas pela força[25]. Depois disso, eles foram proibidos de entrar nos portos chineses. Quando Alphonso de Mello apareceu em Guangzhou em 1522, ele foi prontamente

---

[20] Ibid., p. 1933.
[21] MSL - Shi-zong capítulos 488.2b-3a; 520.3b e 525.1b.
[22] MSL - Shi-zong capítulo 550.1ª-b (In. WADE, 1994, p. 2162-2163).
[23] MSL – Wu-zong capitulo 149. 9a (In. WADE, 1994, p. 1973-1976.).
[24] MSL – Wu-zong capitulo 149. 9a (In. WADE, 1994, p. 1973-1976.).
[25] Chang Wei-hua, “Mingshi Folanji Lusong Helan Yidali zhuan zhushi” [Um comentário sobre os quatro capítulos sobre Portugal, Espanha, Holanda e Itália na história dinástica padrão do Ming], em Yenching Journal of Chinese Studies: série de monografias n ° 7 (Peiping: Harvard-Yenching Institute, 1934), p. 12. Também sob um novo título, veja Chang Weihua, Ming Shi Ouzhou, siguo zhuan zhushi [Comentários sobre os capítulos de quatro nações européias na história dinástica padrão de o Ming] (Shanghai: Shanghai Guji chubanshe, 1982).

atacado e derrotado por uma força naval chinesa, alguns membros da sua tripulação capturados e executados como piratas[26].

Nesse mesmo período, a comitiva japonesa responsável por levar o tributo à Pequim atacou uma região próxima da cidade de Ningpo, concluindo de forma desastrosa a retomada das "missões de tributo" do Japão em 1523. A área foi severamente devastada e até o comandante-chefe costeiro chinês foi morto[27]. Esse incidente chocou o governo Ming, como comentou um oficial:

> A responsabilidade pelo comportamento notório do Wo deve ser colocada à porta das autoridades locais. Eles ficaram perplexos ao saber como lidar com o surto e não conseguiram suprimi-los quando a violência se soltou. Sua incompetência permitiu que os anões (os japoneses) conseguissem trazer calamidades às pessoas inocentes, ocupando cidades, pilhando tesouros, queimando escritórios do governo e matando funcionários. Que humilhação nacional! Minha investigação mostrou que, em um esforço para fugir à responsabilidade, os funcionários envolvidos tentaram encobrir os fatos […] Além disso, o número de Wo que devastaram com sucesso toda a região das subprefeituras de Ning e Shao, onde a população está nada menos que um milhão não era mais do que cem.[28]

Esses dois incidentes sufocaram a tentativa de curta duração de relaxar a restrição marítima. O governo Ming fechou as portas da sua costa, tanto para portugueses, quanto para outros países do sudeste asiático. O que faria os portugueses e os demais países da região evitarem Guangzhou e seguir a costa até o norte, onde encontrariam uma maneira de negociar informalmente com o povo ao sul de Fuchien.

A cidade de Ningpo só seria encontrada pelos portugueses vinte anos depois do início dos contatos com os chineses (1542), e, apesar de inicialmente terem sido autorizados a negociar, em parte porque os oficiais do porto optaram por ignorar o evento desagradável anterior para lucrar com sua chegada, a história não tardaria a se repetir. Assaltos e assassinatos de pessoas na cidade e nos arredores se tornaram comuns. A ousadia dos portugueses chegou a tal ponto que eles começaram a construir um forte em terra, alarmando as autoridades chinesas que até então os haviam perdoado em benefício dos lucros pessoais que obtinham com o comércio. E assim como aconteceu nos outros momentos da interação sino-portuguesa, o estabelecimento português em Ningpo também teve um fim abrupto e violento[29]. Experiência esta que seria repetida em quase todos os

---

[26] MSL – Shi-zong capítulo 24. 8a-b (In. WADE, 1994, p. 1988)

[27] Li Chengxun, “Kanchu wokou shiqing yi shen guowei shu” [Investigação dos incidentes dos Wokou para fortalecer o prestígio nacional], em Ming jingshi wenbian [Ensaios coletados sobre estatística do Ming Dinastia], comp. Chen Zilong; Xu Fuyuan, (1599-1665), 109: 19b a 26a; referências aos distúrbios também são encontradas em MSL - Shi-zhong capitulos, 227. 2b; 234. 4b e 349, 4.

[28] Consequentemente os regulamentos rígidos contra contatos com estrangeiros foram reforçados; ver MSL – Shi-zhong capitulo 38.4b – 5a.

[29] Para uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, ver Chang T’ien-tse, Sino-Portuguese Trade from 1514 to 1644 (Leiden: E.J. Brill, 1969).

espaços onde os portugueses chegavam, como o exemplo da cidade costeira de Quanzhou em 1549, onde também no início foram bem recebidos, mas depois se mostraram intoleravelmente agressivos, sendo, no fim, expulsos à força. Foi nessa época que os ocidentais ganharam o apelido depreciativo de fanguei (demônios estrangeiros) (BOXER, 1953).

Os distúrbios que ocorreram ao longo da costa sudeste na década de 1540 provocaram discussões acaloradas, tanto na corte quanto na região. Pela primeira vez, funcionários do governo e estudiosos começaram a prestar mais atenção a questões relacionadas à defesa costeira, dividindo, assim, os círculos nobres da sociedade Ming em dois grupos: os defensores da lei e da ordem, que enfatizavam a importância da aplicação da Proibição do Mar; e os defensores do comércio, formado especialmente por agentes interessados nos lucros adquiridos com o trato.

Os defensores da lei e da ordem sustentavam a proibição marítima existente como a melhor maneira de restaurar a paz e a estabilidade nas regiões costeiras. Eles culpavam a turbulência marítima como parte do maior problema de fronteira, acreditando que a melhor solução era seguir a política tradicional que havia sido uma prática geral durante as dinastias anteriores. Antes do governo Ming, as ameaças externas eram um fator constante, quase sem exceção, ao longo da fronteira. O vasto oceano a leste e sudeste era considerado uma barreira natural intransitável. Portanto, a defesa nacional foi pensada como um meio de repelir os nômades da costa chinesa[30].

O memorial a seguir, publicado em meados do século XV por um oficial do governo, nos mostra como funcionavam as relações nômades e levemente ilumina a política tradicional de fronteira na China Ming:

> Uma vez houve funcionários nomeados pelo governo para se encarregarem das transações nas fronteiras. Todos os oficiais militares e civis [...] observaram os estritos regulamentos [estabelecidos] e não ousaram se envolver em comércio privado com os bárbaros. Portanto, esses bárbaros [...] não se aventuraram a cometer más ações. Em períodos posteriores, esses oficiais militares e civis ignorantes ao longo da fronteira ... frequentemente ... negociavam com os bárbaros [...] Consequentemente, os bárbaros fizeram uso das panelas de ferro e damascos de algodão que receberam para fabricar armas, jaquetas militares e similares e começaram a assumir uma atitude agressiva. Às vezes discutiam sobre os preços nas transações e até matavam os comerciantes chineses que negociavam com eles. Por se tratar de transações ilícitas, os sobreviventes não ousaram relatar esses assuntos às autoridades superiores. Com medo de retaliação, os bárbaros não se aventuraram mais a negociar. Por isso, eles recorreram à pilhagem. Esta foi a situação que deu origem aos problemas. Sendo cobiçosos por presentes, as pessoas

[30] Dun J. Li faz uma boa observação sobre esse assunto no capítulo 3 do seu livro The Ageless Chinese (1978). No MSL – Shi-zhong capitulos 376. 1a-3a, 4b-5a e 378. 3a, temos alguns exemplos da situação da Corte em 1551.

> que permaneceram perto da fronteira e tiveram relacionamentos conjugais ou contatos frequentes com os bárbaros, até enviaram um falso tributo em vez dos bárbaros. Sua intimidade com os bárbaros os levou a espionar a inteligência das fronteiras e a denunciou aos estrangeiros. Como resultado, a política de pacificação do governo se tornou mais ineficaz em relação aos bárbaros de fronteira. Os distúrbios acabaram sendo mais graves e ocorreram saques e mortes frequentes. Sem restrições severas, provavelmente todas as outras tropas de fronteira [no futuro imediato] agirão da mesma maneira e se envolverão no comércio com bárbaros[31].

De forma previsível, os defensores da lei e da ordem, entre os funcionários do governo e a nobreza, passaram a aplicar o método tradicional de defesa da fronteira marítima. Para eles era a melhor forma de lidar com um dos maiores problemas: os wakous (piratas japoneses). Sustentavam que a China não precisava importar nenhum produto, porque o seu território já os supria com o necessário.

Assim, o povo da "fronteira" recebia permissão para negociar somente quando satisfizesse os interesses dos chineses. Nessa época, segundo Charles Boxer (1953), a China acreditava estar em uma posição superior aos demais países e que poderia, portanto, se dar ao luxo de jogar com seus rivais. O historiador Ray Huang acrescenta dizendo que, para os chineses, o comércio se apresentava mais com uma arma política, que muitas vezes não tinha importância econômica. Para eles era mais significativo que os comerciantes estrangeiros demonstrassem um comportamento adequado respeitando as leis locais e reconhecendo a soberania Ming através da simbologia do “pagamento de tributo”. Se não o fizessem, a China não hesitaria em impor um embargo a eles[32]. O grupo dos defensores da lei e da ordem considerava o contrabando e a pirataria ao longo da costa sudeste da mesma forma que a ameaça nômade no interior. O contrabando porque ameaçava diretamente a região de Jinling (Nanjing), capital do sul e fundadora da dinastia. E a pirataria porque ameaçava o vale do Yangzi e parte da área sudeste, duas das regiões mais ricas do país, sendo assim os assaltos colocariam em risco a segurança da economia nacional.[33]

1.2 A Lei e a ordem vs. Interesses locais

Entre os defensores da lei e da ordem, Zhu Wan (1492-1549) destacou-se como o maior combatente do contrabando e da pirataria na costa chinesa, além de ser firmemente

---

[31] MSL – Wu-zong capitulo 62. 18a-19b. (In. WADE, 1994, p. 1960-1961).

[32] Essa afirmação é feita em Chouhai tubian [Estratégia do mar ilustrada: um trabalho sobre defesa costeira], comp. Hu Zongxian, Zheng Ruozeng, capitulo 2.33b.

[33] Essa teoria pode ser encontrada no memorial de Hu Zongxian (MSL – Wu-zhong capitulo 17. 112a). O autor foi um famoso comandante anti-pirataria durante o reinado de Jiajing (1522 a 1566).

contrário ao comércio exterior. Sua nomeação como governador de Zhejiang e, ao mesmo tempo, inspetor geral da Defesa Marítima de Zhejiang-Fujian em 1547[34], deu-lhe um trabalho desafiador e o colocou em uma situação bastante frágil. Dois grupos poderosos que tinham interesses no comércio marítimo estavam ansiosos para saber qual seria seu próximo passo. Um deles era a camarilha do eunuco. Quando a dinastia Ming foi fundada, os eunucos foram designados para assumir o comando do sistema shibo, mas na maioria dos casos eles eram notoriamente corruptos. Interviam em funções do governo fora de suas alçadas e procuravam expandir sua esfera de influência, alcançando postos lucrativos como os cargos que controlavam o comércio de tributos. Em 1509, por exemplo, o superintendente Eunuco Pi Zhen solicitou a permissão do Tribunal para se encarregar do shibo. Embora a Junta de Ritos tenha recusado o pedido, Liu Jin, o eunuco mais influente da Corte, concedeu essa permissão. Apesar do término nominal de seu poder durante o reinado de Jiajing, os eunucos continuaram representando o poder burocrático da coroa chinesa, sem mencionar a reaplicação de seu status na esfera financeira no final do século XVI (GEISS, 2008).

O outro grupo eram os shihao locais (pessoas poderosas), que também tinham participação nos negócios marítimos e por isso tentavam de qualquer maneira barrar qualquer ordem de restrição severa à atividade. Para eles, Zhu Wan era um incômodo intolerável e para o comandante os shihao eram piores do que contrabandistas e ladrões:

> É fácil exterminar ladrões de terras estrangeiras, mas é difícil livrar-se dos de nosso país. É relativamente fácil extirpar os ladrões em nossa costa, mas é realmente difícil eliminar aqueles ladrões disfarçados que pertencem à classe nobre no nosso país.[35]

Além disso, ele listou cinco fatores prejudiciais que agravavam o problema marítimo: a falta de rações para o exército, a ausência de uma força de defesa bem treinada, a negligência da defesa da cidade, o baixo moral e a relutância em eliminar as más práticas. Pessoas influentes e ricas sempre atrapalhavam qualquer tipo de reforma. Temendo ofender essas pessoas, as tropas de defesa não podiam fazer nada para melhorar a situação.

---

[34] Seguindo uma sugestão em 1529 do então Ministro Militar, Li Chengxun, um oficial de alto escalão foi nomeado Inspetor Geral Itinerante (xunshi) para salvaguardar a segurança marítima das Províncias de Zhejiang e Fujian. Quando Zhu Wan (também pronunciado Zhu Huan) assumiu o cargo com o título em 1547, seu poder foi fortalecido por causa da deterioração da situação na costa. [In. Zhu Wan P, Piyu zaji [Coleção de escritos diversos, 1587 ed.], capitulo 2.10a. A coleção contém 12 capítulos dos memoriais de Zhu Wan e outros escritos. Há citações também no MSL - Su-zhong capitulos 104.14a-b, 324. 7a-b e 325. 2a.

[35] Zhu Wan acusou o grupo de nobres de “bandidos que usam chapéus e roupas no estilo burguês” (yiguan zhi dao) em Ershiwu shi [Vinte e cinco histórias dinásticas padrão], capitulo 205.2b.

Se fizessem, seus comandantes ficariam em uma posição complicada[36]. Em seu memorial à Corte, Zhu escreveu:

> Seu humilde servo pessoalmente [...] inspecionou as condições de defesa marítima em Zhangzhou e ficou muito chocado e preocupado com a situação angustiante de lá [...] Os ocupantes do cargo seguem a rotina sem pensar e cumprem seus deveres de maneira superficial para evitar problemas [...]] A opinião pública local (entre os nobres) tornou-se o único poder decisivo e influente. Por exemplo, o comandante anti-anão, Li Xiu [...] não conseguiu nem responder minhas perguntas sobre o número de soldados e navios [sob seu comando]. As tropas do governo estacionadas na capital Zhangzhou wei (uma unidade militar) e Zhangzhou fu (prefeitura) não eram pagas há três meses e, em outros lugares como Tongshan, por vinte meses. Quanto ao número de navios da marinha, apenas um navio estava disponível no campo de Tongshan dentre os vinte registrados oficialmente, quatro em vinte na Baía de Xuenzhong, treze em quarenta no campo de Wuyu, e a maioria desses navios precisa de reparo imediato antes que possamos colocá-los em serviço .... Ao longo da área costeira de Zhangzhou [...], eu encontrei apenas trezentos e setenta e seis arqueiros dos novecentos e cinquenta originais, e em Quanzhou, seiscentos e setenta e três dos mil quinhentos e sessenta. A defesa marítima depende apenas de tropas, rações e embarcações. Agora não podemos contar com eles para nada.[37]

Zhu Wan ressentiu-se muito com a elite ao sul de Fujian. Ele os chamou de “jianhao” (valentões traiçoeiros)[38] por terem se aliado com os estrangeiros intrusivos e suprido os bandidos (jieji) com suas necessidades diárias. Por esse motivo, ele acreditava firmemente que, assim que as autoridades se livrassem dessas pessoas, não haveria mais invasores estrangeiros. O que mais o incomodou foi a influência da elite intelectual da nobreza local na Corte Imperial e do medo que todos tinham em ofendê-los. As autoridades locais até ignoravam as instruções dos superiores porque, como Zhu Wan colocou, "o verdadeiro poder autoritário já havia mudado para a opinião pública local"[39]. Com o apoio dos eruditos locais, piratas e estrangeiros entravam no porto abertamente sem o menor medo.

O comandante ficou especialmente irritado com dois incidentes considerados por ele como ultrajantes. No primeiro caso, os piratas realizaram uma grande festa para celebrar o casamento entre um de seus membros e uma garota local, segundo ele contra sua própria vontade, a apenas alguns quilômetros da sede do governo. Em outro caso, os portugueses tiveram seus dois navios reparados na localidade depois de concluírem suas transações, como se as autoridades locais não existissem[40]. No mesmo memorial, Zhu Wan atacou sem piedade o mandarinato-nobreza local, citando seus nomes. Entre eles

---

[36] Zhu Wan, “Yueshi haifang shu”, [Inspecionando a defesa costeira], capitulo 205.5a-10a.
[37] Ibid. capitulo 205.5b
[38] Zhu Wan, Piyu zaji, 2: 15a–16b; também em MSL - Su-zhong capítulos 347.5a–6a e 350. la–2a.
[39] Memorial de Zhu Wan, em Ming Jingshi Webian, Vol. 14, capitulo 205.5a–10a.
[40] Zhu Wan, Piyu zaji, capitulo 2.19a.

estava Xu Fuxian, que possuía o mais alto grau de jinshi[41] imperial e é conhecido por ter ficado rico com o casamento da sua irmã com um pirata (primeiro caso).

Zhu Wan também atribuiu a culpa pela ilegalidade local a Lin Xiyuan, um importante estudioso confucionista do sul de Fujian, acusando-o de chantagear as autoridades locais. Dizia-se que Lin costumava escrever e enviar novas biografias de seus antecessores escritas, o que implicava que a reputação de tais funcionários, até mesmo suas carreiras, dependia em grande parte do que ele pensava deles. Ele também foi considerado culpado de interferir nos deveres oficiais ao linchar o acusado enviado a ele e fazer instruções públicas sobre assuntos locais sem a devida autoridade. Acima de tudo, Lin construía embarcações proibidas para transportar contrabando e para ajudá-lo nas suas transações com estrangeiros[42].

Qual era o lado de Lin Xiyuan na história? Durante a disputa entre as duas partes da lei, da ordem e do comércio marítimo, Lin criticou cruelmente as táticas pesadas de Zhu Wan em suas negociações com os comerciantes marítimos. Ele também expressou seu ressentimento com a ação anti-portuguesa. Ele argumentou que os portugueses eram comerciantes bem-comportados que se envolviam em atividades comerciais legítimas às quais sua presença nos últimos cinco anos testemunhava[43]. Eles importavam especiarias e todos os tipos de produtos Nanhai e realizavam o comércio de maneira justa e direta. O povo do litoral beneficiava-se com sua presença, fornecendo artigos de uso diário, incluindo alimentos.

A natureza de suas atividades não era semelhante à das pessoas de fronteira que vendiam seus cavalos no noroeste ou aos estrangeiros do sul que negociavam especiarias em Guangzhou? Como estas duas últimas categorias de comerciantes nunca tiveram obstáculos, por que os portugueses não foram tratados da mesma maneira? Além disso, foi um exercício de futilidade para as autoridades tentarem impedi-los, porque esse objetivo estaria além de seu alcance. Embora os portugueses numerassem apenas seiscentos, as autoridades sofreriam grandes perdas de vidas se os atacassem. Mesmo se

---

[41] Título de “doutor” concedido aos aprovados no Exame do Palácio – exame mais alto na hierarquia dos exames públicos chineses – permitindo-os aceder aos cargos mais elevados da administração pública. Este título tinha três sub-graus que eram, por esta ordem, jinshi chíti, jinshi zhusheng e dong jinshi zhusheng. Os três melhores candidatos recebiam os títulos especiais de zhuangyuan (状元), bangya (榜眼) e tanhua (探花). Na era das dinastias Ming e Qing somente 30 eram licenciados (um de cada três mil) nos Exames da Capital e de Palácio obtinham o título de doutor.

[42] Memorial de Zhu Wan, em Ming Jingshi Webian, Vol. 14, 205: 5a–10a. Também há referências no Zhu Wan, Piyu zaji, capitulo 2.20b.

[43] MSL - Su-zhong capitulo 349.6a (In. WADE, 1994, p.2095-2106)

eles dessem esse passo, não haveria garantia de vitória para as tropas do governo. Lin também apontou que em várias ocasiões os portugueses haviam ajudado o governo a reprimir os piratas costeiros. Por fim, ele se sentiu totalmente perplexo com a acusação de sua colaboração com os portugueses que Zhu Wan lhe dirigia, mas não continuou explicando por que pensava assim[44]. Sendo um firme defensor das relações comerciais com os portugueses, Lin também era a favor da repressão do governo à pirataria desenfreada na costa de Fujian. Ele propôs o envio de tropas para eliminar os grupos de piratas[45], tendo em mente que os membros desses grupos eram na maioria desesperados xiaomin[46], que olhavam para o mar como uma saída para sobreviver.

No fim fica complicado saber se alguém aceitou a acusação de Zhu Wan contra Lin Xiyuan, mas sabemos que o segundo era de fato uma parte interessada no comércio marítimo, o que, talvez, explique suas razões para defender o que ele acreditava serem contatos comerciais legítimos com os portugueses. De acordo com as fontes lidas e alguns autores, não houve contradição na posição hostil que ele adotou em relação aos piratas, uma vez que eles eram provavelmente um dos muitos grupos concorrentes que infligiram danos aos seus próprios interesses comerciais. Infelizmente, as poucas informações disponíveis nos impedem de chegar ao fundo do assunto e verificar as direções tomadas com as acusações e o que foi feito delas.

Enquanto isso, um momento propício para Zhu Wan agir se apresentou quando uma briga eclodiu entre portugueses e chineses perto de Ningpo, causando um distúrbio fatal e crescente. O incidente foi de tal proporção que chamou a atenção da corte. Zhu Wan aproveitou a oportunidade e solicitou ao Tribunal o poder absoluto, independente do Censor Inspetor (xun'an yushi), a fim de evitar conflitos entre as duas autoridades no trato dos assuntos marítimos[47]. A aprovação do Tribunal abriu o caminho para uma observação rigorosa dos regulamentos de proibição existentes, recuperando a validade da ordem permanente da Corte para interditar o comércio externo e advertindo aqueles que estavam envolvidos no contrabando. Ele logo se revelou o inimigo dos gueiguan (altos funcionários), shijia (famílias proeminentes) e shihao (nobres locais), ou seja, todos

---

[44] Lin se defendeu e justificou seu ponto de vista por escrito; Tong'an Lin Xiyuan xiansheng wenji shiba juan [Coleção de escritos em dezoito capítulos por Lin Xiyuan de Tong'an]. Sua obra se encontra na coleção Siku quanshu cunmu congshu [Uma coleção de livros listados na biblioteca completa dos quatro tesouros], capitulo 5.30b.

[45] Siku quanshu cunmu congshu [Uma coleção de livros listados na biblioteca completa dos quatro tesouros], capitulos 5.31a–b e 12.5a–b.

[46] Eram pessoas comuns que forneciam mão de obra trabalhando como marinheiros a bordo dos juncos comerciais.

[47] MSL - Su-zhong capitulo 335.7a (In. WADE, 1994, p.2090-2092).

aqueles que de alguma forma lucravam com o comércio. Entre as medidas tomadas sob suas ordens, estava a destruição de todos os navios com dois ou mais mastros, o restabelecimento do sistema de baojia (vigilância doméstica), o treinamento de tropas e, acima de tudo, o severo castigo de qualquer violação da lei de proibição[48]. Por suas ações, Zhu Wan desafiou publicamente e incansavelmente várias pessoas no poder.

No entanto, aqueles que tinham participação nos negócios marítimos aguardaram a hora certa de revidar. O lobby feito na corte era constante, o que fez o censor Zhou Liang e o supervisor (jishizhong) Ye Tang, ambos de Fujian, começarem uma inspeção como uma forma de contra-ataque a Zhu. Em uma tentativa de reduzir o poder de Zhu, os dois oficiais de alto escalão convenceram a Corte de que ocupar os cargos do Governador de Zhejiang e de Comandante Chefe da Defesa Marítima de Zhe-Min (Zhejiang e Fujian) simultaneamente era muita responsabilidade para Zhu Wan. Eles aproveitaram a oportunidade para sugerir a suspensão do título oficial existente de Zhu e, em seu lugar, restaurar seu antigo título de Inspetor-Geral Itinerante. Seu poder de supervisionar celeiros locais, receita, assuntos militares, administração local, justiça e punição também deveria ser revogado. Isso deixaria pouco espaço para duvidarem de que a ordem tinha sido enviada com o consentimento do imperador[49]. Em pouco tempo, eles deram o golpe final. Em 1549, quando 96 contrabandistas liderados por um líder pirata, Li Guangtou, foram executados por ordem de Zhu Wan, vários oficiais de alto escalão da Corte imediatamente se voltaram contra o comandante e o impugnaram pelo uso excessivo de sua autoridade. O confronto político terminou em tragédia. Zhu Wan percebeu que, mesmo que o Imperador lhe mostrasse misericórdia, os ministros ainda exigiam sua morte. Mesmo que os ministros não se aventurassem tão longe, o povo de Zhejiang e Fujian ainda gostaria de tirar sua vida. Eventualmente, em 1550, ele cometeu suicídio para evitar punições humilhantes[50].

Antes de prosseguir, uma questão ainda precisava ser tratada. Como mencionado, Zhu Wan apontou o dedo para "indivíduos poderosos e maus" (shihao ou jianhao), bem como para o mandarinato local que na verdade era, nas palavras de Zhu Wan, formado por "ladrões" disfarçados por causa de seu envolvimento no comércio marítimo. Sob uma perspectiva diferente, estes dois grupos podem ser vistos como um conjunto crescente de

---

[48] Memorial de Zhu Wan, em Ming Jingshi Webian, Vol. 14, capitulo 205.5a–10a.
[49] MSL - Su-zhong capitulos 338. 1a; 346. 1a e 347. 5b.
[50] Ibid., 347.5a-6a; 363.6ª e 322.12a. Para a carreira de Zhu Wan, táticas pesadas e confronto com seus antagonistas políticos: Zhu Wan, Piyu zaji, especialmente os capitulo 2.15a; 2.16b; 2.19ª-22a; 5.11b-12b e 5.41a – 43b.

pessoas locais que estavam em posição de fazer investimentos substanciais de capital nos negócios marítimos, mesmo que não tenham ido pessoalmente ao mar. Eles contrastavam com outro grupo de pequenos investidores que viajavam para o exterior, os xiaomin (BOXER, 1954). Essa interpretação está ligada ao desenvolvimento do comércio chinês nos dois séculos seguintes.

1. 3 Um ambiente marítimo regulamentado

Como deve ser interpretado o triunfo de Zhou Liang e seus colaboradores? É indicativo de uma derrota total da abordagem tradicional dos assuntos marítimos, por um lado, e de uma vitória esmagadora dos interesses locais, por outro? Encontrar as respostas pode ser um pouco problemático. Até porque o resultado ilustra a posição precária de um funcionário de alto escalão que se encontrou no meio de uma conspiração política, fator constante na corte imperial chinesa. Nesse caso vemos oficiais corruptos e eunucos influentes abrindo caminho para as famílias ricas do sul de Fujian que no fim se entregaram às lutas pelo poder para derrubar um oficial de alto nível cujas ações ameaçavam seus interesses comerciais. É importante ressaltar que o desenrolar dos eventos deve ser encarado de uma perspectiva mais ampla. Houve quatro desenvolvimentos simultâneos durante o final do período Ming, que deram origem a um ambiente social e econômico novo: o desenvolvimento da produção de mercadorias que estava ganhando força, o aumento no comércio marítimo privado e o aparecimento de grandes quantidades de escritos centrados na questão de como desenvolver o país e salvar as pessoas.

Voltando ao trágico destino de Zhu, nos últimos anos da dinastia, ele era geralmente reconhecido como um defensor consciente do *status quo* e um oficial de posição respeitável. Sua biografia o desenha como um homem leal, firme, incorruptível e, acima de tudo, um dos poucos que ousavam travar batalhas cara a cara contra o poder e a riqueza. Como funcionário responsável e atencioso, ele havia sido submetido a uma investigação completa e compreendia as circunstâncias responsáveis pela situação caótica no litoral. Ele percebeu que, para que o povo Fujian se alimentasse, teria que ir para o mar e, assim, ressentir-se das restrições oficiais[51]. No entanto, sua pesquisa revelou que apenas um punhado de famílias poderosas e ricas estava realmente no controle de todas

[51] Zhu Wan, “Haiyang zeichuan chumo shi” [Sobre pirataria], em Ming Jingshi Webian, Vol. 14, capítulo 205.13a–15b.

as atividades marítimas. Ele argumentou que a proibição de construção de navios não afetou adversamente os xiaomins, porque eles obviamente não tinham condições de construir embarcações do tamanho especificado (com dois ou mais mastros)[52]. Em seu memorial ele demonstra pesar pelas pessoas cujas vidas foram interrompidas pelo tumulto causado pelos piratas e assume como dever salvar seu povo. Embora ele estivesse ciente de que a proibição significaria que essas pessoas humildes perderiam seus meios de subsistência, ele sustentou que somente após a eliminação da pirataria essas pessoas seriam capazes de desfrutar de uma vida pacífica. No entanto, segundo Jhon D. Langlois, se ele tivesse parado para refletir porque "até as crianças pequenas (sanchi tongzi) olham para esses piratas como se fossem pais que os alimentam" (LANGLOIS, 2008, p.211), ele teria pensado duas vezes sobre o assunto.

Após a morte de Zhu, a proibição do comércio marítimo foi relaxada e os Folangji (portugueses) subiram pelos mares sem nada a temer[53]. Enquanto isso, a questão da proibição continuava sendo um tópico de acalorada discussão na Corte; as vozes dos defensores da proibição persistiram. Opondo-se ao relaxamento da proibição em 1551, por exemplo, Feng Zhang, vice-comandante da Patrulha do Mar de Fujian (Fujian haidao fushi), fez seus comentários críticos alegando que os "costumes repreensíveis" do povo Quan surgiram do envolvimento em negócios marítimos das famílias abastadas. Ele disse:

> Eles até hipotecam crianças pequenas por carga estrangeira ou se submetem a genros e vivem com as famílias de suas esposas.[54]

Outro memorial revisou os 40 anos de estragos causados pelos piratas japoneses desde 1552, quando as leis marítimas restritivas foram aliviadas. A peça se opôs firmemente à possível retomada das missões de tributo japonesas. Diz:

> Os anões devastaram […] nossa área costeira de cerca de dez mil li (medida chinesa de distância). Metade do território foi lançado em turbulência. Foram necessários vinte anos para erradicar o problema. Os motivos foram os seguintes: Suas missões de tributo ocorreram com tanta frequência desde o reinado de Yongle (1403 a 1424) [...] e percorreram nosso país como se fosse sua terra natal [...]. Eles costumavam coletar todos os nossos gráficos e livros e, portanto, eram bem informados sobre nossos segredos militares ... Não devemos mais discutir tributo e comércio. Uma vez retomado, seu humilde servo tem certeza de que dentro de várias décadas Ningpo desaparecerá. [...] Se os recebermos de braços abertos, os problemas surgirão novamente. Se os deixarmos entrar com precauções, isso prejudicará nossa reputação de tratar os hóspedes [de longe].

---

[52] Ibid. capítulo 205.13a–15b.

[53] MSL – Su-zhong capitulo 325.22a (In. WADE, 1994, p.2085)

[54] No costume chinês, um genro não deveria viver com a família de sua esposa. Se o fizesse, outros pensariam que seu comportamento era parasitário e desprezariam ele. Veja o memorial de Feng Zhang, "Tong fanbo yi" [Em permitir visitas de navios comerciais estrangeiros], em Ming Jingshi Webian, Vol. 14, capitulo 280.18b.

> [Além disso], eles podem vir com algumas centenas de homens bem selecionados, lançar um ataque repentino; se assim for, nossas dezenas de milhares de soldados serão colocados em uma situação terrível e serão derrotados. Nos últimos quarenta anos, eliminamos com sucesso as raízes da turbulência e cortamos os contatos entre nosso povo e os anões. Uma vez que o tributo e o comércio sejam retomados, as piores coisas ocorrerão novamente […].[55]

Durante esse período, um número crescente de escritos estatais apareceu, mostrando a grande preocupação dos estudiosos Ming com a aplicação prática do conhecimento nos assuntos nacionais. Muitos deles entendiam que o dogmatismo inepto e idiota só poderia colocar em risco ainda mais a situação já precária do país. Nesse campo, obras incríveis de natureza utilitária foram escritas sobre defesa do mar, agricultura, tecnologia, medicina e bem-estar sócio-político. Discutindo o problema marítimo, alguns estudiosos estavam convencidos de que a questão só poderia ser resolvida adotando uma política mais prática e flexível, em vez de manter a abordagem estritamente ortodoxa e tradicional (LANGLOIS, 2008).

Em resposta a se o governo deveria aceitar a rendição do notável líder pirata Wang Zhi, um funcionário do Ming, Tang Shu, afirmou que a reabertura do comércio exterior era a única maneira de combater a pirataria. Desde que o governo impôs as restrições por volta de 1526 a 1527, os comerciantes foram privados de seus meios de subsistência, se unindo aos piratas. Quando elas foram reforçadas, a situação piorou. Ele continuou afirmando que, como a proibição beneficiava apenas comerciantes ilícitos, abrindo o comércio e cobrando impostos, grande parte do lucro obtido iria para o governo. O controle dessa receita significaria que as pessoas pobres poderiam ser isentas de pesados impostos e taxas. Por mais que tentasse, o governo nunca havia efetivado as restrições. Finalmente, ele concluiu que, mesmo que o governo decidisse não aceitar a rendição de Wang, ele não deveria estender a proibição comercial.[56]

Em 1567, 17 anos após a morte de Zhu Wan, Tu Zemin, governador de Fujian, obteve com sucesso a aprovação do Tribunal para suspender a proibição do mar. As pessoas foram autorizadas a negociar nos oceanos oriental e ocidental. Ele enfatizou que a China estava apenas em guarda contra o Japão, mas não contra estados vassalos como

---

[55] Memorial de Shen Yiguan, "Lun wo gongshi buke xu shu" [Comércio de tributo não deve abrir para o Japão], capitulo 435.1a – 4a.

[56] Tang Shu, "Fu Hu Meilin lunchu Wang Zhi shu" [Resposta a Hu Meilin (Hu Zongxian) sobre o caso de Wang Zhi], capitulo 270.3a – 9b. Tang, que recebeu seu diploma de jinshi em 1526 e mais tarde foi promovido a assumir o cargo de Gabinete do Conselho de Justiça e Punição, apoiou, em linguagem implícita, a aceitação da rendição de Wang Zhi. O governo finalmente fez isso e deu sua garantia firme da segurança de Wang em 1557. Wang Zhi também prometeu servir o governo salvaguardando a costa. Infelizmente, as autoridades quebraram sua promessa e executaram Wang Zhi em vez disso. Consequentemente, a situação marítima deteriorou-se devido a este ato.

Luzon, Sulu, Jiaozhi, Champa e Siam, que nunca causaram problemas à China. Porém, a suspensão da proibição imperial não duraria muito tempo.

Em 1572 o comércio marítimo foi novamente suspenso e o governador de Fujian, Xu Fuyuan, recorreu à Corte em nome do povo de sua região, para pedir que se restabelecida a lei de proibição alguns pontos importantes fossem postos para reflexão. Em seu memorial, ele escreveu que:

> Recentemente, após o início dos ataques a Chaoxian (Coréia), a proibição comercial foi novamente aplicada. O objetivo da proibição é cortar o suprimento de salitre e enxofre para os agressores por nosso povo; os comerciantes de Haicheng sofrem mais como resultado. Centenas de embarcações e quantidades incalculáveis de carga não podem sair do porto. Os comerciantes estão em falência e seus funcionários estão passando fome. Na minha humilde opinião, a turbulência local inevitavelmente entrará em erupção por quatro razões resultantes da retomada da proibição. Primeiro, a proibição incentivará atividades ilegais. Segundo, [...] as pessoas de Zhangzhou estão acostumadas a negociar em Luzon. […] Se eles não puderem retornar, os estrangeiros os utilizarão para seus próprios fins. Terceiro, não poderemos mais coletar informações sobre os estrangeiros de nossos comerciantes, que também atuam como bons informantes. Quarto, há tropas regulares compostas por vários milhares de homens estacionados ao longo da área costeira ao sul de Zhangzhou. Os gastos militares chegam a cinquenta e oito mil liang (taeis). Vinte mil disso são provenientes de impostos comerciais. Sem essa receita, não apenas haverá escassez de suprimentos militares, mas também teremos que cobrar impostos mais pesadamente sobre o povo. Meu antecessor, governador Tu Zemin, […] recebeu aprovação para abrir o shibo. Nos últimos trinta anos, felizmente, não ouvimos falar de nenhuma pirataria séria. Durante minha investigação, notei que pessoas más de Tong'an (na província de Quanzhou), Haicheng, Longxi, Zhangpu e Shaoan (na província de Zhangzhou) foram lançadas ao mar durante abril-maio em Funing (no norte de Fujian), sob o pretexto de estarem transportando peixe ou negociando em Jilong e Danshui (em Taiwan), mas frequentemente eles foram vistos transportando carga proibida para o Japão. Alguns outros, sob o pretexto de irem para o sul, para Chao, Hui, Guangzhou e Gaozhou, devolver os grãos, na verdade seguiram seu caminho para o Japão. Como é impossível impedi-los, uma opção melhor é reabrir o shibo para recuperar a receita. Caso contrário, estamos alienando todos os outros países estrangeiros, causando danos aos nossos próprios comerciantes e abrindo caminho para saqueadores, apenas para ajudar Chaoxian a se proteger contra o Japão.[57]

A gestão de assuntos marítimos do governador Xu Fuyuan é um bom exemplo de flexibilidade administrativa. Quando a restauração da proibição marítima em 1592 causou muita angústia às pessoas, o governador Xu não apenas prontamente memorizou e apelou à Corte por uma reconsideração de sua reintegração da lei, como também tomou medidas imediatas para aliviar as dificuldades das pessoas afetadas. Ele emitiu uma permissão especial para permitir que as pessoas que ainda estavam negociando no exterior ou estivessem gastando os invernos em terras estrangeiras voltassem sem punição ou discriminação. Posteriormente, vários comerciantes voltaram e relataram às autoridades que cobraram deles somente as taxas de desembarque na alfândega. Essa medida

[57] Xu Fuyuan (1535-1604), “Shu tong haijin shu” [Levantando a Proibição do Mar], capitulo 400.1a – 6b.

extraordinária ajudou enormemente as pessoas do mar e, em 1594, a China obteve receita adicional equivalente a quase um terço da renda total coletada no ano anterior[58].

Xu Guangqi foi outro destacado estudioso de estatística. Seu nome é frequentemente associado ao missionário jesuíta Matteu Ricci. Como estadista perspicaz, agricultor e economista, expressou abertamente seu ponto de vista em favor do sistema de tributo e comércio. Ele não considerava o comércio de shibo ilícito e criticava o comandante Zhu Wan por sua rigidez no manejo destes assuntos e por sua incapacidade em resolver o problema da fronteira marítima. Sua fórmula para a eliminação de bandidos do mar era simplesmente legalizar o comércio. Ele afirmou firmemente que:

> Somente depois de legalizar o comércio, podemos pacificar os povos; somente depois de legalizar o comércio, poderemos conhecê-lo melhor; somente depois de legalizar o comércio, podemos subjugá-lo; somente depois de legalizar o comércio, podemos conspirar contra eles.[59]

Por outro lado, Xu Xueju, governador de Fujian no início do século XVII, propôs uma política diferenciada em relação aos estrangeiros marítimos. Inquestionavelmente, ele estava muito ressentido com a presença holandesa nas Ilhas Penghu[60], localizadas no Estreito de Taiwan, porque mantinham estreitas relações com o Japão, mas ele não era, de forma definitiva, anti-comércio, como pode ser visto por sua atitude em relação à Manila espanhola. Evidentemente, ele não tinha objeções em negociar com Manila porque esse destino era considerado menos perigoso para a defesa marítima do país e o comércio aí estabelecido também contribuiu para a receita aduaneira em Haicheng, na província de Zhangzhou. Se o comércio fosse proibido, disse ele, os holandeses que haviam ocupado as ilhas contíguas e estratégicas na costa de Fujian perderiam esta receita.[61] Em outras palavras, ele fez uma distinção entre os agressores violentos, nomeadamente japoneses e holandeses, e a contraparte comercial não ameaçadora, os espanhóis em Manila. Mais importante, sua visão branda também deve ser atribuída ao fato de que o comércio de Haicheng-Manila foi um dos maiores no mundo marítimo, tanto em volume, quanto em valor, contribuindo para uma importante fonte de influxo de prata para a China.

---

[58] Gu Yanwu, em Tainxia Junguo Libin-Shu, Vol. 26, p. 100–101.
[59] Xu Guangqi, "Haifang yushuo - zhi Wo" [Subjugando o wo], em Ming Jingshi Webian, Vol. 14, capitulo 491.29b – 47a.
[60] Os holandeses chegaram primeiro a Cantão em 1601. Três anos depois (1604), desembarcaram e ocuparam Penghu.
[61] Memorial de Xu Xueju, "Chu bao Hongmaofan shu" [Sobre os holandeses como uma ameaça ao país], em Ming Jingshi Webian, Vol. 14, capitulo 433.1a – 4a. Xu Xueju foi governador de Fujian em 1603-1607.

O tema dos assuntos marítimos continuou a atrair a atenção dos memorialistas nos últimos anos da dinastia. Por exemplo, em 1639, pouco antes da queda da dinastia Ming, um memorial enviado pelo Censor Supervisor Fu Yuanchu chegou à Corte. Nele, este funcionário argumentava que:

> Seu humilde servo é ele próprio Fujianese [...] Durante o reinado de Wanli, o comércio exterior foi retomado em Yuegang, no distrito de Haicheng, na província de Zhangzhou. A receita anual derivada do porto era de mais de vinte mil liang [...]. Mas essa prática foi abandonada mais tarde [...] Para os Fujianese, o mar é o mesmo que terra cultivada. Uma vez que a proibição imperial entrou em vigor, seus meios de subsistência foram cortados e eles não tiveram outra opção senão recorrer à pirataria. Eles costumam negociar com os bárbaros ruivos (os holandeses). Se o comércio exterior for legalizado, a receita será recuperada, os pobres da zona costeira serão aliviados da fome e da pobreza [...] e não participarão mais da pirataria. Os militares e outros oficiais não se entregarão lucrando com isso ilicitamente. Estes não são os pensamentos originais do seu humilde servo, mas a opinião pública em toda a província de Fujian.[62]

Comentar sobre as leis de proibição decretadas pelo imperador fundador equivalia a embarcar em águas traiçoeiras e essa analogia pode explicar por que, quando o assunto foi levantado no concelho geral de estudos do estado, normalmente era apresentado em linhas mais sutis. Um exemplo é uma apresentação diplomática de uma visão sobre o gerenciamento de assuntos marítimos, resumida por um comentarista de estatística Gu Yanwu. Sua apresentação disse que a tarefa provavelmente seria confrontada em três cenários: o primeiro dizia que a melhor política seria a proibição, desde que pudesse ser implementada com sucesso; o segundo, era o controle nacional do lucro por meio da gestão do comércio, se o primeiro objetivo não pudesse ser efetivamente alcançado; e terceiro, a proibição em nome, mas ineficaz em efeito, foi a pior das três.[63] No terceiro caso, o governo não seria apenas incapaz de se beneficiar da renda marítima, mas, pelo contrário, permitiria que os criminosos marítimos engolissem todo o lucro que deveria ter pertencido ao estado. Essa foi a causa raiz de todos os tipos de problemas marítimos.[64] O comentarista também apontou a medida inadequada de abolir o sistema shibo simplesmente por causa do incidente da "missão de tributo japonesa" em 1523. A proposta sustentava que o governo deveria erradicar apenas os eunucos corruptos, não todo o sistema.[65]

---

[62] Gu Yanwu, Tainxia Junguo Libin-Shu, Vol. 26, pp. 33–34a.
[63] O resumo das opiniões de Gu Yanwu é o mais representativo a esse respeito, Gu Yanwu, Tainxia Junguo Libin-Shu ,Vol. 26, p. 104.
[64] Ibid., Vol. 26, p. 99.
[65] Ibid., Vol. 26, p. 99.

Ao escrever durante a transição Ming-Qing, Gu Yanwu colocou em perspectiva a administração do shibo, afirmando que o primeiro imperador Ming havia apenas instruído seus sucessores a não negociar com o Japão, mantendo o sistema de shibo para outros países como de costume. Ele justifica a continuação de um ambiente comercial regulamentado por várias razões: primeiro, o sistema shibo poderia fornecer aos agentes especiais a chance de obter uma melhor compreensão dos bárbaros; segundo, a China e os países estrangeiros se beneficiariam mutuamente na troca de seus produtos (foi considerado um método eficaz de controlar o povo na fronteira); terceiro, o governo obteria lucro da receita aduaneira; quarto, a renda do shibo poderia cobrir grande parte das despesas militares locais; e, finalmente, um sistema de shibo bem-sucedido seria certamente a melhor maneira de erradicar o comércio marítimo ilegal e, enfim, suprimir os maus comerciantes e monopolizar o lucro comercial para o estado[66]. A proposta contornou claramente a questão delicada da defesa do comércio privado (shangbo), permitindo que outros países chegassem para comercializar com a China, mas não manteve a proibição do comércio com o arquipélago nipônico que, na época, estava passando por grandes mudanças políticas e sociais.

2. Japão: o fim da Era Sengoku e o início da Era Edo

De uma perspectiva estritamente japonesa, o século mais ou menos a partir de meados do XVI é distinguido pelo que pode ser chamado de "fenômeno daimyo[67]", isto é, o surgimento de senhores militares locais que primeiro criaram seus próprios domínios e depois começaram a guerra entre si pela hegemonia nacional, constituindo séculos de instabilidade política ao arquipélago. Entre 1568 e 1590, dois senhores poderosos, Oda Nobunaga (1534-82) e Toyotomi Hideyoshi (1536-98), conseguiram unir todos os daimyos sob um único comando militar, formando uma confederação nacional. O desenvolvimento político mais importante desses anos foi sem dúvida a consolidação militar que levou, em 1603, ao estabelecimento de um novo shogunato, dando início a

[66] Gu Yanwu, Tainxia Junguo Libin-Shu, vol. 26, p. 19. Os respectivos termos em chinês usados na passagem para mostrar os benefícios do shibo são: (taxas de guarda), (proibições de negócios), (imposição tributária).

uma nova era. O próprio shogunato, o governo sob as ordens da casa Tokugawa, deu forma à "Grande Paz" que durou até o século XIX.

Os marcos tradicionais da periodização histórica japonesa ajudam a identificar os principais eventos que definem os limites desse período. Começamos com a Guerra Onin-Bummei, de 1467 a 1477, que marcou o início do fim do shogunato Muromachi e o início do processo unificador. Segundo a historiografia tradicional, o período desde a Guerra de Onin até 1568 - o ano em que Oda Nobunaga ocupou Kyoto e, assim, iniciou o período de consolidação militar - é chamado de período Sengoku, a Era do País em Guerra. Entre essa data e 1582, quando Nobunaga foi morto por um de seus próprios generais, a historiografia tradicional aplicou o rótulo Azuchi, o nome do imponente castelo de Nobunaga no lago Biwa. O segundo momento liderado por Hideyoshi, a partir de 1598, recebeu o nome de Momoyama, a partir da localização do castelo de Hideyoshi construído entre Osaka e Kyoto. A vitória das forças de Tokugawa Ieyasu contra a facção Toyotomi na batalha de Sekigahara em 1600 marcou o início da hegemonia do shogunato Tokugawa, que durou até 1868.

Figura 3 – Mapa do Japão

2.1 Período Muromachi: um país em guerra consigo mesmo (1333–1568)

O bakufu Muromachi, o segundo dos três governos militares[68] que detinham o poder no Japão de 1185 a 1867, foi fundado entre 1336 e 1338 por Ashikaga Takauji (1305-1358). O nome Muromachi foi retirado do distrito de Kyoto, onde ficava a sede administrativa e residência de Ashikaga após 1378. O fim do regime data de 1573, quando o último shogun Ashikaga foi expulso de Kyoto, ou 1597, quando o, agora ex-shogun, morreu no exílio.

O período da história japonesa, segundo John Whitney Hall (2008), definido pela existência do bakufu Muromachi, foi julgado de duas maneiras bastante contraditórias. Sempre medido com base em um regime centralizado eficaz, foi visto como um momento de fraqueza política e agitação social para o Japão. No entanto, em termos culturais, foi reconhecido como um dos períodos mais criativos do Japão em realizações artísticas. Naturalmente, não há contradição necessária entre instabilidade política e brilhantismo cultural. Hall ainda coloca que os historiadores modernos tendem a minimizar o aparente paradoxo, enfatizando as significativas mudanças sociais e institucionais da época: quando o governo militar (o sistema bakufu) entrou em ação, quando a aristocracia militar se tornou o verdadeiro governante do país e quando profundas mudanças foram realizadas na distribuição de direitos sobre a terra e na organização da classe cultivadora (HALL, 2008). Avaliações recentes sugeriram que, mesmo com relação à eficácia do governo, o clã Ashikaga não deve ser descartado com muita leviandade. Afinal, o bakufu Muromachi durou mais de duzentos anos. No auge de seu poder, sob o terceiro e o sexto shoguns, "pela primeira vez um governo militar ganhou poder em todos os aspectos da autoridade secular" (HALL, 2008, p.13). Foi apenas no exercício dessa autoridade que os shoguns Ashikaga tiveram dificuldade.

Ao estender sua influência além de sua sede no período Kamakura (1185-1333), o primeiro shogunato contou com uma rede de militares administradores de terras (jito) e policiais provinciais (shugo), cuja confiabilidade era presumivelmente garantida pelo alistamento, quando possível, de vassalos do shogun. A autoridade do Kamakura bakufu, embora limitada a certos aspectos do recrutamento militar, ação judicial e policial, e agilização dos pagamentos de propriedades, foi exercida efetivamente dentro das instituições jurídicas da administração provincial imperial. Em contrapartida, possuíam

[68] O primeiro foi fundado pelo shogun Minamoto Yoritomo da Casa Kamakura (1185-1333); o segundo Muromachi (1336-1573) e o terceiro Edo controlado pelo shogunato Tokugawa (1603-1868).

menos apoio da corte e se viam obrigados a depender de instituições de sua própria autoria; daí sua dependência dos policiais provinciais a quem delegavam muita autoridade local. Sob o bakufu Muromachi, o shugo adquiriu influência política combinando a autoridade que o posto havia comandado sob o bakufu Kamakura com a habitualmente disponível para os governadores das províncias civis sob o sistema imperial. A cadeia de comando entre shogun, shugo e retentores provinciais agora carregava quase todo o fardo do governo, tanto local quanto nacionalmente.

Entretanto, segundo Hall, a contribuição do clã Ashikaga para a evolução do governo japonês não foi fácil de definir. Embora o bakufu Muromachi lidasse com um volume maior de transações administrativas, judiciais e militares do que o sistema Kamakura, nenhum shogun nem shugo adquirira a capacidade de execução necessária para exercer plenamente sua autoridade legal. O imperativo de comando e o equilíbrio de poder sobre o qual a casa Ashikaga repousava seu domínio, foram enfraquecidos pelo fato de que os seus shoguns não foram capazes de aperfeiçoar, do senhor ao vassalo, um grupo administrativo totalmente burocrático ou uma delegação totalmente "patrimonial". Como chefes de um estado militar, os shoguns do clã Ashikaga mantinham uma burocracia privada e uma força de guarda extraída de seus extensos, mas individualmente fracos, vassalos de classe mais baixa (HALL, 2008; FARRIS, 2009).

Para começar seus líderes não conseguiam estabelecer um bom relacionamento com o shugo e por isso as disputas pelo poder dentro do próprio shogunato eram constantes. Um exemplo de um dos conflitos desestabilizadores do shogunato Ashikaga, foi shogun Takauji organizar o assassinato de seu próprio irmão Tadayoshi (1306–1352), continuando a tradição de 'família em primeiro lugar' quando se tratava de eliminar inimigos.

É inegável que Takauji era um oportunista, preparado para mudar suas alianças para se adequar às circunstâncias mais favoráveis a si mesmo, mas ele não foi nada excepcional nisso - além de seu grau de sucesso. A crença popular hoje em dia é que os samurais eram homens de lealdade absoluta. Muitos, sem dúvida, foram e sacrificaram suas vidas por seus senhores. No entanto, também era muito comum entre os samurais mudar de lado. O historiador japonês Imatani Akira (2008) diz que os números de tropas apresentados no conto militar de meados do século XIV, Taiheiki[69], revelam que em um

[69] O Taiheiki é um épico japonês escrito no século XIV. Nele há descrições das batalhas que destruíram a família do imperador Hojo, além de crônicas sobre alguns dos senhores de guerra. Akira na sua descrição

combate contra Takauji (em Hakone), os 70.000 homens de Nitta Yoshisada foram reduzidos a meros 100, apesar de terem superioridade numérica sobre os 60.000 de Takauji. O autor termina dizendo que mesmo admitindo os valores distorcidos, isso só pode ser explicado por deserções maciças.

Isso mostra claramente os limites da lealdade pessoal e cria um forte contraste entre a realidade e a imagem popular do samurai leal ao seu senhor. Mais evidências do comportamento por parte dos samurais são vistas no uso do horo. Um horo é um manto de seda ou tecido de material leve, usado nas costas, preso no pescoço ou nos ombros e na cintura. Embora possa também ter servido como um identificador do usuário, parece que sua função principal era desviar flechas destinadas a um guerreiro em fuga a cavalo - embora alguns soldados também os tenham usado. O movimento durante a fuga, especialmente a cavalo, faz com que o horo suba, desviando e / ou aprisionando flechas (Lopez-Vera, 2020). Segundo Daniel Chaplin (2018), o uso do horo nos diz várias coisas. Primeiro, um guerreiro a cavalo quase certamente seria membro de uma elite e, portanto, em teoria, leal ao seu senhor, mas, em vez de lutar até a morte, eles escolhiam fugir; e segundo, seus oponentes não hesitavam em tentar matá-los pelas costas. Na prática, ambas as partes saberiam que o horo só forneceria cobertura parcial de qualquer maneira, pois é melhor procurar a combinação de cavalo e homem, não apenas o homem sozinho, pois é um alvo maior. Normalmente, o cavalo é derrubado primeiro, depois o cavaleiro (Lopez-Vera, 2020).

O Taiheiki não apenas nos diz algo sobre os valores dos samurais, mas também fornece uma visão da vida do camponês medieval em meio à guerra. Podemos ver que muitos são levados como soldados por exércitos em marcha ou seus bens são retirados para uso militar. Mostra-os, também, sendo mortos por guerreiros sem disciplina e procurando por despojos ou roubando os derrotados enquanto eles fogem. Pois eles também, à sua maneira, eram oportunistas (Lopez-Vera, 2020).

Com algumas exceções, o real poder shogunal declinava constantemente com o passar do tempo. Uma família shugo, a Yamana, controlava nada menos que 11 das 66 províncias no auge dos seus dias. A principal exceção aos shoguns fracos foi provavelmente o Yoshimitsu Ashikaga. Ele não apenas "reuniu" os tribunais duplos, mas também tentou restringir o poder do shugo, obrigando os altos postos judiciais a residirem em Kyoto, onde ele poderia ficar de olho neles. Para fortalecer seu próprio poder pessoal,

---

do livro indica que, apesar de ser visto como literatura, o livro pode ser uma fonte confiável para a análise das relações políticas da época.

criou a posição de 'shōgun aposentado', que ele próprio ocupou em 1395 depois de abdicar em favor de seu filho de 9 anos. Construiu o mundialmente famoso Kinkakuji ou Pavilhão Dourado em Kyōto, no estilo luxuoso dos palácios dos antigos imperadores aposentados. Em outro movimento interessante, Yoshimitsu expressou lealdade ao imperador chinês, o que gerou um certo desconforto com as demais lideranças do shogunato (Akira, 2008). Em uma carta à corte Ming em 1403, ele se denominou "Seu súdito, o rei do Japão"[70]. Essa autodesignação pode muito bem ter comprometido a soberania japonesa, mas, segundo Imatami Akira, também estabeleceu uma base para o shogunato lidar com potências estrangeiras independentemente do imperialismo.

Sem qualquer tipo de controle, as famílias cada vez mais lutavam umas contra as outras à medida que frágeis alianças eram feitas e posteriormente quebradas. A inconclusiva Guerra Civil de Onin, de 1467-1477, devastou grande parte de Kyoto e revelou a incapacidade do shogunato de reprimir a agitação civil. Nos cem anos seguintes - conhecida como a era Sengoku ("Estados em Guerra") - haveria uma série de constantes distúrbios civis. Um poema anônimo encontrado em um registro fúnebre, escrito por volta de 1500 durante a era Sengoku, define perfeitamente o período:

Um pássaro com
Com um corpo
E dois bicos
Bicando-se
Até a morte.[71]

Foi durante a agitação particular da era Sengoku que os ocidentais apareceram pela primeira vez no Japão. Em setembro de 1543, um junco chinês, partiu de Ningpo na China e desembarcou na ilha de Tanegashima, ao sul de Kyushu. A bordo estavam a tripulação chinesa e três comerciantes portugueses. Eles trouxeram consigo armas de fogo, que logo seriam adotadas e fabricadas por vários senhores da guerra japoneses. Eles também trouxeram a primeira palavra do cristianismo, que seria introduzida de forma mais sistemática em 1549 pelo jesuíta Francisco Xavier (1506-1552, mais tarde declarado

[70] Esta carta é citada de forma rápida nas anotações de MSL – Tai-zong capitulo 22.b (In. WADE, 1994, p.200-201).
[71] (Tradução livre) Poema encontrado em LOPEZ-VERA, Jonathan. A History of the Samurai: Legendary Warriors of Japan. Tuttle Publishing. Espanha, 2020. P.67.

santo). Esses primeiros europeus encontraram uma terra dividida pela guerra civil, uma terra de senhores da guerra que não reconheciam um governo central eficaz e simplesmente pegaram o maior número possível de feudos vizinhos, por força de armas ou traição.

2. 2 Período Azuchi-Momoyama: reunificando o país (1568–1600)

No nono mês de 1568, Oda Nobunaga entrou em Kyoto à frente de cerca de cinquenta mil soldados retirados de Mino, Owari e províncias vizinhas, elevando a cortina para uma nova cena na história do Japão. Ele tinha dois motivos para justificar sua entrada em Kyoto, embora ele fosse apenas um dos muitos daimyos que poderiam reivindicar as mesmas coisas. O primeiro foi um pedido de assistência de Ashikaga Yoshiaki, requerente do posto de shogun do seu clã então ocupado pelo fantoche Yoshihide. O segundo foi uma ordem de três artigos do imperador Ogimachi pedindo, entre outras coisas, que Nobunaga reconstruísse o palácio imperial (NAOHIRO, 2008).

O terceiro pedido só poderia ser realizado uma vez que Nobunaga fosse para Kyoto. Como o interesse de Yoshiaki também era seguir para a capital, os dois fecharam uma aliança militar. O então líder do clã Ashikaga, foi convidado para Gifu, agora sede da família Oda, e obteve a força militar necessária para a batalha. Nobunaga, por outro lado, instalou Yoshiaki como shogun e, consequentemente, foi capaz de assumir o manto de quem havia conquistado inimigos rebeldes do estado e poderia entrar em Kyoto sob o pretexto de atender aos pedidos do imperador.

Uma vez em Kyoto, Oda rapidamente assumiu o controle militar sobre a área de Kinai e depois avançou para as províncias vizinhas de Tamba, Tajima e Ise. O então shogun do clã Ashikaga, Yoshihide, fugiu logo após a chegada de Oda e seus homens. Oda, assim, conseguiu instalar Yoshiaki como o décimo quinto shogun Ashikaga e construir para ele uma residência fortificada em Kyoto. Ele, também, assumiu a administração civil da capital e enviou administradores (daikari) para Sakai, Otsu, Kusatsu e outras cidades, colocando-os sob seu controle direto. Para a corte imperial, Oda realizou os três pedidos do imperador, incluindo o reparo e a restauração de Naishidokoro, Shishinden, Seiryoden e outros edifícios do palácio em que os assuntos governamentais haviam sido realizados nos tempos clássicos. Para os cidadãos de Kyoto, ele concedeu empréstimos de arroz e designou os juros como renda para a família imperial. Ele também

adotou uma política de garantia das propriedades (tochigyo) da nobreza da corte (kuge) e os santuários e templos localizados na área da capital.

Oda Nobunaga era então o restaurador da ordem medieval? Ele apareceu para seus contemporâneos como o salvador do sistema político de Muromachi? De maneira alguma, como Yoshiaki logo descobriria. Quando ele foi nomeado shogun, Yoshiaki sugeriu que Nobunaga se tornasse vice-shogun (kanrei), mas Nobunaga recusou. Ele não se tornaria o vassalo de Yoshiaki. Em 1569, Nobunaga chegou ao ponto de emitir regulamentos relativos àqueles que serviram ao shogun e aos procedimentos judiciais que foram realizados na residência que ele havia construído para Yoshiaki (CHAPLIN, 2018). Foi a primeira vez que um mero guerreiro emitiu regulamentos para governar as ações da casa shogunal e forçou o shogun a aderir a eles. No final deste ano, Nobunaga e Yoshiaki entraram em conflito aberto. O tribunal, muito preocupado com esse desenvolvimento, usou seus bons ofícios para efetuar uma reconciliação. Mas um memorando escrito na época deixa claro que Nobunaga havia tomado o verdadeiro poder político e militar do reino (tenka) e que desejava limitar a autoridade do shogun a pouco mais do que a de um participante de rituais da corte (CHAPLIN, 2018).

Yoshiaki não pôde aceitar tal tratamento e, confiando na autoridade investida ao shogun, convocou todos os daimyos do país a formar uma liga anti-Nobunaga. Takeda Shingen de Kai, Asakura Yoshikage de Echizen, Asai Nagamasa de Omi e também os Honganji, sede da seita Ikko localizada em Ishiyama (Osaka), responderam ao seu chamado. Entre 1570 e 1573, Oda continuou a luta contra esses inimigos nas províncias vizinhas, sendo ameaçado em sua base no Kinai pelos militares da confederação Ikko. Segundo o autor Daniel Chaplin (2018), em virtude de seu gênio tático e boa sorte, ele foi capaz de subjugar esses inimigos um após o outro; os Asakura e Asai foram destruídos militarmente e Takeda Shingen morreu de causas naturais no meio da campanha. Daniel Chaplin em seu livro "*Sengoku Jidai: Nobunaga, Hideyoshi and Iewasu*" (2018), diz que depois de estabelecer Yoshiaki em Kyoto, Nobunaga deu a ele as armadilhas formais que se voltariam contra ele, apesar de suas estratégias políticas. Yoshiaki naturalmente não tinha poder militar próprio e, portanto, não representava ameaça militar direta, mas o shogun poderia estimular e organizar a oposição que vinha de outros. Em 1573, Nobunaga percebendo essa brecha, finalmente expulsa o shogun de Kyoto e obriga a corte a emitir um novo nome para a era: Tensho ou 'Era da Justiça Celestial' (CHAPLIN, 2018). O

bakufu de Muromachi, que durou mais de 230 anos desde a época de Ashikaga Takauji, chegara ao fim.

Em pouco tempo, o país deveria ser reunificado. Isso ocorreu em grande parte devido às realizações cumulativas de três líderes militares sucessivos, Oda Nobunaga (1534-1582), Toyotomi Hideyoshi (1536-1598) e Tokugawa Ieyasu (1542-1616). Cada um tinha seu próprio método, refletindo sua própria personalidade. Os autores Chaplin (2018) e Henshall (1999) chegam a citar em seus livros um ditado bem conhecido no Japão de que se um pássaro não cantava, Nobunaga o matava, Hideyoshi o convencia a cantar e Ieyasu simplesmente esperava que ele cantasse.

Os detalhes proeminentes da ascensão de Oda Nobunaga ao poder foram bem estabelecidos pelos historiadores[72]. Nós o conhecemos como filho de um samurai de Owari e como um homem que possuía ambição desenfreada o suficiente para matar vários de seus parentes em uma luta pelo controle do poder. O mesmo nervo cru - e o gênio tático militar - ficou igualmente evidente em 1560, quando seu pequeno grupo de seguidores derrotou as forças consideravelmente maiores de Imagawa Yoshimoto, o governador militar de Suruga, no que se tornou uma tentativa vã de invadir Kyoto e tomar o poder (CHAPLIN, 2018).

Essa vitória em Okehazama, em 1560, estabeleceu Nobunaga como o principal daimyo dentro de Owari, fator que ele soube usar para ascender militarmente. Primeiro, ele concluiu uma aliança com Matsudaira Motoyasu (o futuro Tokugawa Ieyasu) da província de Mikawa, que havia sido libertado como refém de Imagawa. Em 1567, ele assumiu o controle de Mino e Owari, mudando sua sede para o Castelo de Gifu. A partir desse momento, ele começou a usar um selo com o slogan "o reino sujeito ao poder militar" (tenka fubu), mostrando sua intenção de unir todo o Japão pelo poder militar.

Para Chaplin, Oda Nobunaga teve a sorte de ter nascido em Owari, pois a aquisição de poder nessa área chave do reino o recompensou com várias vantagens em sua busca pelo poder nacional. Primeiro, Owari estava perto da região de Kinai, que naquela época não era apenas o coração político do Japão, mas também era abençoada com o mais alto nível de produtividade agrícola e estava intimamente ligada ao comércio marítimo. Além disso, Asao Naohiro (2008) diz que, embora as autoridades tradicionais, como o bakufu Muromachi, a corte e os grandes sacerdotes budistas, estivessem

[72] Alguns deles: Asao Naohiro (1970; 2008), Wakita Osamu (1975; 2008) e Danny Chaplin (2018).

profundamente enraizadas em Kinai, suas influências em Owari eram comparativamente fracas. Para o autor, estas condições foram, consequentemente, favoráveis para que novos daimyos, comerciantes e outros emergentes, expandissem suas esferas de influência sobre a região.

Além disso, Owari era favorecido pelos campos férteis de grandes bacias hidrográficas, como o delta do rio Kiso. Wakita Osamu (2008), em seu texto acrescenta que as características históricas dessa região incluem o desenvolvimento inicial de tecnologia de prevenção de inundações e a disseminação de organizações comunitárias para a construção de obras ribeirinhas. As aldeias agrícolas autônomas mais avançadas da época foram formadas na província de Omi, localizada entre as regiões de Kinai e Owari-Mino, que também abrigava artesãos altamente qualificados, além de transportadores e comerciantes que dominaram as rotas de transporte que alimentavam as três estradas principais (Tokaido, Tosando e Hokurikudo) e exerciam um comércio ativo em terra e no mar. Nessas condições, a situação política em Kyoto foi rapidamente transmitida à região de Mino-Owari (NAOHIRO, 2008; OSAMU, 2008).

A força dos exércitos de Nobunaga é geralmente atribuída às suas companhias de mosqueteiros [73] (teppotai), compostos principalmente por soldados de infantaria ou ashigaru, que significa literalmente "uma pessoa que avança a pé". No século XVI, os ashigaru haviam se tornado soldados de infantaria bem treinados, organizados em corpos de lança, arco e mosquete. Nobunaga colocou uma importância particular no corpo de mosquetes e sobre usa-los de maneira bastante eficaz. Por exemplo, na batalha crítica de Nagashino em Mikawa (1575), os mosqueteiros de Nobunaga, divididos em três fileiras que disparavam em rotação, derrotaram os guerreiros montados de Takeda (Yamashiro). Essa derrota da elite guerreira pelo estrato mais baixo dessa classe profissional sinalizou, para alguns autores como Naohiro (2008), Chaplin (2018) e Hall (2008), uma revolução no estilo de combate.

Outra característica marcante do exército de Nobunaga era sua mobilidade. Ele mostrou na batalha de Okehazama que poderia reunir uma força militar efetiva no tempo e local necessários, com uma velocidade que seus oponentes nem podiam imaginar. A capacidade militar superior de Nobunaga não era uma questão de acidente ou sorte, era

[73] O mosquete é um tipo de arma de fogo com a capacidade de penetrar armaduras grossas e era usada pela infantaria entre os séculos XVI à XVIII. Seu formato é parecido com o de uma espingarda, porém mais pesado.

estratégia militar bem planejada (CHAPLIN, 2018). Para facilitar o rápido movimento de grandes forças, ele ampliou e reparou as principais estradas, como as entre Gifu-Kyoto e Kyoto-Azuchi; pontes; e construiu juncos com grandes galerias de cem remos para transportar tropas e equipamentos militares pelo lago Biwa. Isso tornou possível o emprego de uma união de batalhões de infantaria ashigaru com o corpo de samurais montados de classe superior.

O gênio militar de Nobunaga também foi aparente em sua capacidade de apresentar novas estratégias que desafiavam a tradição. Durante o cerco à fortaleza de Osaka em Honganji, Nobunaga sofreu baixas infligidas pelas forças navais dos Mori, que estavam ajudando os Honganji. Para combater isso, Nobunaga ordenou que a família Kuki (daimyo da província de Shima) construísse sete navios blindados com grandes chapas de ferro, os primeiros navios blindados construídos no Japão. Munidos de canhões e mosquetes, esses navios aniquilaram a frota Mori, composta por navios de madeira convencionais de pequena escala.

Os movimentos de tropas em massa exigiram uma variedade de unidades auxiliares, como o corpo de transporte e engenharia, para apoiar os soldados envolvidos em combate real. Como resultado, a guerra exigia cada vez mais a mobilização dos recursos totais de um domínio. Ao contrário de Nobunaga, Hideyoshi quase nunca assumiu a liderança na batalha, mas ele herdou o legado de seu mentor no que diz respeito à condução da guerra e a expandiu consideravelmente. As características únicas da guerra empreendidas por Hideyoshi já podiam ser vistas quando ele serviu como general de Nobunaga na luta contra os Mori nos cercos do castelo Tottori na província de Inaba em 1581 e do castelo Takamatsu em 1582. Em Tottori ele cavou fossos ao redor do castelo, cercado com torres de vigia e levou os defensores à beira da fome.

Ele ordenava maciças mobilizações em todos os lugares do país para ajudar no projeto de unificação. Durante o cerco ao castelo Odawara de Hojo, por exemplo, ele não apenas construiu fortificações, mas também construiu lojas para artistas e comerciantes, para ajudar as tropas sitiadas a passar as horas enquanto esperavam pela batalha (CHAPLIN, 2018). Os preparativos para as invasões da Coréia foram impressionantes em suas dimensões. Hideyoshi estabeleceu sua sede no Castelo de Nagoya e logo reuniu um enorme exército de 200.000 soldados no que havia sido uma vila de pescadores empobrecida, transformando-a em uma grande cidade do castelo. A mão-de-obra foi mobilizada em escala igualmente grande para construir o Castelo de Osaka, o Palácio

Jurakutei e outros projetos. Mobilizações semelhantes foram usadas após a unificação para construir diques e obras ribeirinhas quando o daimyo se estabeleceu para melhorar as condições de vida da população.

Para a campanha contra Hojo, Hideyoshi nomeou Natsuka Masaie como seu magistrado responsável pelas compras. A prática anterior em tempos de guerra era para cada bando de guerreiros chegar ao acampamento carregando suas próprias provisões do domínio de origem. Mas Natsuka encomendou uma frota de navios para transportar 200.000 koku de arroz e forragem para vinte mil cavalos para abastecer todo o exército invasor, e ele gastou dez mil peças de ouro para comprar suprimentos. Assim, Hideyoshi tornou seus exércitos dependentes de seus próprios oficiais para a maioria de seus suprimentos de comida e munição, e isso garantiu-lhe a capacidade de reunir prontamente em um só lugar forças militares de grande escala. Por esse motivo, o regime de Toyotomi passou a contar em um grau sem precedentes com os comerciantes e agentes marítimos contratados para fornecer esses gêneros.

A organização do exército no tempo de Nobunaga aderiu aos padrões empregados ao longo do período Sengoku. No núcleo de um exército, havia um bando de retentores diretos, nesse caso, chamados "guardas de cavalos” (umamawari). O exército de Nobunaga também consistia em exércitos menores, liderados por generais com um forte senso de independência. Na época de Hideyoshi, o controle do território pelo daimyo progrediu na medida em que a principal unidade de avaliação do serviço militar era a província ou o domínio que o daimyo governava. Então, conforme as pesquisas cadastrais de Hideyoshi eram realizadas mais minuciosamente, a avaliação do serviço militar passou a ser cada vez mais avaliada em rendimentos da terra feudo, com a obrigação de tantos homens por cem koku.

O primeiro plano nacional de serviço militar baseado no sistema “koku daka” foi implementado em 1592, em preparação para a invasão do continente asiático. Isso foi feito sistematicamente: para cada cem koku, os daimyos de Kyushu eram obrigados a fornecer cinco homens; o daimyo de Shikoku e Chugoku, quatro. Os daimyo das províncias da região de Kinki e do Leste receberam uma taxa mais leve, em parte porque suas províncias estavam mais distantes da sede de Nagoya e em parte para compensar o fato de que dois anos antes eles haviam carregado um fardo pesado durante a campanha contra o Hojo.

A prática do regime de Toyotomi de vincular o serviço militar à produção dos feudos, conforme determinado pelas pesquisas cadastrais, ainda era afetada por vários problemas internos. Não era um sistema permanente, mas havia sido criado para enfrentar certas contingências imediatas - as campanhas de unificação e a invasão do continente. Como foram feitas acomodações para o serviço militar anterior e a distância física da cena da batalha, ficou aquém de ser o sistema completamente padronizado de serviço militar mais tarde instituído pelo xogunato Tokugawa, no qual as taxas eram determinadas com precisão pela classificação total de koku daka de um domínio. Além disso, os domínios concedidos por Hideyoshi a muitos daimyos frequentemente continham propriedades isentas de serviços militares (muyakubun). Por exemplo, a concessão de domínio a Miyabe Keijun em 1589, concedida em antecipação à campanha contra o Hojo, designou dez mil koku de seu domínio de mais de cinquenta mil koku como isentos da taxa do serviço militar (Naohiro). Esperava-se que Miyake fornecesse dois mil homens como parte da taxa militar contra os restantes quarenta mil koku. A porção isenta era diretamente descendente do que havia sido o "domínio original" (daimyo), que foi "confirmado como um feudo [original]" (ando chigyo). A parte em que o serviço militar foi avaliado foi uma terra de doação concedida pelo senhor e, portanto, foi tratada como um "feudo de benefício" (kyuon chigyo) (CHAPLIN, 20018).

O regime de Toyotomi instituiu várias medidas que desencadearam uma evolução nas relações senhor-vassalo. Depois que a unificação nacional foi concluída, por exemplo, ele começou a exigir serviço militar das "terras isentas". Ou seja, quase todos os feudos de daimyos estabelecidos por Hideyoshi foram incluídos no sistema de serviço militar e a mesma fórmula foi aplicada em assentamentos com poderosos líderes como Mori, Shimazu, Kobayakawa e Tokugawa. Ainda assim, o total desaparecimento de subsídios de feudo com uma parcela isenta de serviço militar teve que aguardar o estabelecimento do regime de Tokugawa.

A unificação do Japão por Nobunaga e Hideyoshi exigiu a união de muitas entidades políticas separadas que constituíam o corpo político doméstico do Japão. Isso também atraiu os dois unificadores para o envolvimento nos assuntos do mundo fora do Japão. As mudanças que estavam ocorrendo no Japão eram um aspecto da ordem mundial centrada no império Ming. As relações externas eram parte integrante da ordem interna. A partir de 1530, as relações internacionais no Leste Asiático ocorreram dentro de uma estrutura dominada pela China Ming, e o Japão foi considerado parte dessa ordem. O

xogunato Muromachi, vinculado a essa ordem, entrou em colapso e foi substituído pela nova ordem política fundada por Nobunaga e Hideyoshi.

Dadas essas circunstâncias, a tarefa de pacificar o país e unir os daimyos e os mercadores tornou inevitável que a nova liderança nacional do Japão interviesse e, eventualmente, reorganizasse as relações internacionais e o comércio privado que estava se estabelecendo no Mar da China. Além disso, o declínio nas relações com o poder Ming encorajou os novos governantes japoneses a formar uma nova ordem internacional mais adequada às suas necessidades específicas, mas antes era importante organizar o mercado interno.

2. 3 Comércio, manufatura e crescimento das cidades

A abolição de Nobunaga das barreiras de pedágio (sekisho) e sua expansão do sistema rodoviário ajudaram os militares e a classe de comerciantes que estava se formando nas principais cidades. A primeira região sob o controle de Nobunaga, com as províncias de Mino, Ise e Omi no centro, formou uma rede de distribuição nacional, beneficiando, sem dúvida, a classe dos comerciantes. Ele também aboliu os privilégios especiais dos mercados (ichi) e das corporações de ofícios (gōngyì gōngsī)[74] nas principais cidades de algumas áreas, permitindo o que foram chamados de "mercados livres" (rakuichi) e "grupos livres" (rakuza). Garantiu a liberdade dos comerciantes de viajar e conduzir negócios sem interferência. Quando os comerciantes ficaram sob seu controle direto, ele os isentou das várias imposições que foram exigidas por diferentes tipos de autoridades proprietárias, como nobres da corte, os templos, os santuários e outros guerreiros. Essas imposições incluíam impostos de mercado, comerciais, urbanos e residenciais, prediais e uma variedade "oferendas de agradecimento" em troca da permissão para realizar negócios (OSAMU, 2008).

Enquanto Nobunaga procurava libertar comerciantes de tais exageros onerosos, ele também tentou concentrar a atividade comercial nas cidades emergentes do castelo. Sua ordenança para o governo da cidade castelo de Azuchi refletia essas políticas

[74] “Toyotomi seiken ron” In. Lu, David John. Japan: A documentary History. Routledge; 2ª edição. Vol. 1. New York, 1996. p.183.

urbanas[75]. Uma ilustração do esforço em atrair atividades comerciais para Azuchi, foi a ordem de Nobunaga para redirecionar a rodovia Nakasendo, rota principal da região, para que ela percorresse a cidade. Ao mesmo tempo, ele estipulou que os comerciantes tinham que passar por Azuchi, além de passar a noite. Novos regulamentos que regiam a punição de criminosos e a cobrança de dívidas proporcionaram um ambiente melhor para o crescimento do comércio. Por outro lado, Nobunaga garantiu e confirmou os privilégios das corporações compostas por comerciantes e artesãos que viviam em Kyoto, Sakai e outras cidades da região de Kinai, o centro do comércio tradicional e da fabricação de artesanato. Sua intenção era usar esses grupos para obter o controle do comércio e da fabricação de artesanato, que havia sido dominado por suas organizações.

Para Wakita Osamu (2008), as políticas de Nobunaga em relação a estas corporações podem parecer inconsistentes, pois ele aboliu algumas e confirmou os direitos de outras, mas isso, segundo o autor, foi feito com um propósito. Em vez de manter um sistema que se baseava na extração de dinheiro em pequena escala de comerciantes individuais na forma de quotas e, também, percebendo que a expansão territorial de sua autoridade exigia que as cidades como um todo funcionassem como mecanismos para a conversão em dinheiro, com vastas quantidades de impostos arrecadados em espécie, ele procurou tornar as cidades as fontes de suprimento dos equipamentos militares, armas de fogo, munições e bens de consumo necessários para o dia a dia de seus retentores (OSAMU, 2008).

Consequentemente, os privilégios do comércio e das corporações de oficio, que poderiam ter prejudicado esses objetivos foram abolidos, enquanto que os grupos que cuidavam de itens importados e produtos de artesanato das regiões economicamente avançadas e os que manipulavam arroz e petróleo - produtos vitais para a estabilidade da vida cotidiana dentro dos domínios - foram protegidos e seus direitos confirmados. Essa tendência à expansão econômica necessariamente deu origem à construção e ampliação de cidades e vilas. A construção da cidade do castelo em Azuchi é um exemplo dramático disso. Lá Nobunaga construiu casas para seus vassalos e os fez morar na cidade do castelo. Asao Naohiro (2008), ainda diz que, a fim de impor esta política, ele chegou, muitas vezes,

[75] "Oda Nobunaga monjo no kenkyu. In. Lu, David John. Japan: A documentary History. Routledge; 2ª edição. Vol. 2. New York, 1997. p.300-304.

a queimar completamente as habitações rurais daqueles proprietários que não obedeciam às ordens de se mudar para Azuchi.

As políticas adotadas por Oda Nobunaga para utilizar o comércio e a fabricação de artesanato e construir cidades foram promovidas em escala ainda maior por Hideyoshi. Wakita Osmau (2008) diz que Nobunaga dependia do daimyo Imai Sokyu de Sakai para fabricar armas de fogo e fornecer pólvora. Sob o regime de Toyotomi, comerciantes líderes de Sakai, Kyoto, Hakata e outros lugares se tornaram administradores fiscais. Sob o controle de Hideyoshi, os comerciantes participaram ativamente da distribuição dos produtos dos terrenos de celeiro em todo o país, no desenvolvimento e gerenciamento de minas, no transporte de tropas e na construção de castelos e cidades. A rota de navegação no rio Yodo, entre Kyoto e Osaka, a rota terrestre entre Kyoto e Otsu e sua extensão a leste através do lago Biwa formaram as artérias econômicas que alimentavam o regime. Consequentemente, o governo de Toyotomi Hedeyoshi as colocou sob seu controle direto e cobrou taxas de transporte sobre seu uso (OSAMU, 2008).

As políticas que afetam corporações de ofícios também se tornaram mais completamente definidas sob Hideyoshi. Por volta de 1584, os que eram patrocinados por nobres da corte, templos e santuários foram abolidos e o direito de cobrar taxas foi negado. Os grupos de artesões afiliados a templos e santuários, como os de carpinteiros, ferreiros, fabricantes de tatami e telhas, foram abolidos em rápida sucessão (NAOHIRO, 2008). Essas proibições cortaram os laços de aliança com os nobres da corte e os templos e santuários. Essa prática foi realizada também nos domínios dos daimyos, mas não se deve supor que estes grupos foram completamente abolidos. Em vez disso, a política anti-associação foi dirigida principalmente contra as organizações dominadas pela classe de proprietários medievais. Esse controle reforçado do comércio e da manufatura artesanal pelos daimyos - e, por extensão, pelo regime Toyotomi que estava acima deles -, facilitou o controle direto sobre as economias sob seu domínio.

No quesito urbanização, o regime de Toyotomi estava constantemente envolvido em construção e organização das cidades: o castelo e a cidade de Osaka, o Palácio Jurakutei e a reconstrução de Kyoto, o castelo e a cidade do castelo em Nagoya em Kyushu, e o castelo e a cidade ao redor de Fushimi são exemplos importantes. Todos esses foram projetos cuidadosamente planejados, com várias características comuns. A típica cidade do castelo incluía uma sede administrativa cercada pelas residências dos daimyos e seus funcionários, um setor para as pessoas da cidade e frequentemente uma

zona onde os templos e santuários podiam ser concentrados. Materiais de mão-de-obra e construção, como pedra e madeira, foram requisitados em todo o Japão e os comerciantes foram obrigados a contribuir com capital. Todos foram ‘convidados’ a participar, dos daimyos aos agricultores.

O arquipélago japonês foi pego em um boom de construção urbana sem precedentes que durou até meados do século XVII. De acordo com a evolução da função das cidades, houve também uma mudança acentuada nas condições de localização dos castelos daimyo. Anteriormente, os castelos tinham sido localizados no topo de colinas por razões estratégicas, mas agora estavam sendo construídos nos principais nós de transporte nas planícies ou perto dos portos, sendo as principais preocupações as dimensões políticas e econômicas do domínio territorial. Como resultado, castelos e cidades tendiam a se unir espacialmente (HALL, 2008). O comércio e a indústria de artesanato foram removidos das aldeias agrícolas e realocados nas novas cidades, criando sistematicamente uma separação de status entre os habitantes da cidade e os agricultores. Em conjunto com a separação dos guerreiros e camponeses (heino bunri), a formação dessas cidades deu forma ao sistema de status de guerreiro-fazendeiro-artesão-comerciante (shi-no-ko-sho) que prevaleceu durante o período Tokugawa.

Outra coisa importante para o Japão do século XVI, foi o crescimento significativo da produção de outro e prata no arquipélago. William Atwell (2005) aponta que o país do sol-nascente pode ter respondido por até um terço da produção mundial de prata no final do século XVI e no início do século XVII. Essa produção começou na década de 1530 e teve um impacto importante na forma e no conteúdo do comércio no leste da Ásia. Os regimes de Oda e Toyotomi foram rápidos em responder a essa situação.

No terceiro mês de 1569, apenas um ano depois de entrar em Kyoto, Nobunaga estabeleceu taxas de câmbio oficiais para moedas de ouro, prata e cobre (dez ryo de ouro eram iguais a quinze kammon de cobre e dez ryo de prata eram iguais a dois kammon) e estabeleceu regras para o comércio de ouro e prata; por exemplo, itens importados, como seda crua, remédios, damasco e taças de chá, tinham que ser comercializados em ouro e prata. Esse estabelecimento de taxas de câmbio oficiais era uma política completamente nova e, segundo os autores William Atwell e Asao Naohiro, nada semelhante havia sido tentado pelo shogunato Muromachi. Este também era o antecessor do sistema de moedas triplas que prevaleceria durante o período Tokugawa até a década de 1870. Oda Nobunaga colocou Imai Sokyu no comando da mina de prata Ikuno (em Tajima), que estava sob

controle direto de Nobunaga, e é registrado que ele fez Goto Tokujo encontrar moedas de ouro, embora nenhuma dessas moedas tenha sobrevivido.

Em 1588, Hideyoshi encarregou a família Goto de cunhar moedas de ouro oban, que foram seguidas pelos koban e ichibuban. Além disso, ele designou vinte refinarias de prata para Daikoku (Yuasa) Joze de Sakai para cunhar moedas de prata. Em troca desses privilégios, a guilda de ouro dos Goto pagava taxas ao governo de 1.000 peças de ouro por ano. Já a guilda de prata (jozeza ou ginza) pagava 10.000 peças de prata. Todas as minas de ouro e prata do país, incluindo a mina de ouro em Sado e a mina de prata em Iwami, foram colocadas sob o controle direto de Hideyoshi. Segundo Atwell (2008), o montante das taxas que recebeu em 1598 chegou a mais de 3.397 peças de ouro e 79.415 peças de prata.

Essa impressionante emissão de moedas de ouro e prata foi um evento marcante na história monetária do Japão. A medida que vamos estudando a história do Japão, vamos percebendo que o sistema imperial japonês tomou como modelo o chinês, sobretudo o da dinastia Tang (618-906). No século VIII, doze tipos de moedas de cobre e uma variedade de moedas de prata foram cunhadas no Japão. Após esse período, nenhuma moeda foi emitida e, nos tempos medievais, o Japão dependia inteiramente de moedas importadas da China.

Mais tarde, com o crescimento do comércio no final do período medieval japonês, a circulação de moedas privadas de qualidade inferior, tanto domésticas quanto estrangeiras, se tornou um problema que o governo dos shoguns tentou, de forma individual, resolver com frequentes regulamentos de "seleção de moedas" (erizeni rei), decretos criados para regular os tipos de moedas em circulação e as taxas de câmbio entre elas. Atwell diz que apesar de não terem sido muito eficazes, eles serviram como aceleradores do processo pelo qual as moedas japonesas se tornaram independentes da esfera econômica chinesa. A conclusão desse processo ocorreu sob o xogunato de Tokugawa na primeira metade do século XVII, quando não apenas muitas variedades de moedas de ouro e prata, mas também vastas quantidades de moedas de cobre e latão foram cunhadas e emitidas.

Isso será discutido mais a frente, mas é importante salientar aqui, que este rápido aumento na produção de ouro e, principalmente, prata, envolveu o Japão fortemente no comércio mundial e transformou a estrutura do comércio asiático no período aqui

estudado. A aliança comercial que o shogunato Muromachi assumiu com a China na forma padrão de enviar tributo ao imperador Ming no início do século XVI, acabou em 1547, forçando os dois lados – o lado chinês que precisava desesperadamente de prata e o lado japonês, forte consumidor dos artigos chineses – a depender de intermediários comerciais, neste caso os recém-chegados portugueses que, uma vez estabelecidos em Macau, levavam as mercadorias que o Japão queria, quase exclusivamente seda crua e/ou tecidos de seda e trocavam por prata, que na época era extraído em quantidades recordes. Do Japão, os portugueses voltavam a Macau e compravam mais artigos chineses para enviar de volta à sua base na Índia (Goa) e, por fim, para a Europa. Esse comércio, como veremos nos capítulos seguintes, vestiu os japoneses em elegantes roupas de seda chinesa, encheu a China com a prata japonesa e rendeu altos lucros aos lusitanos.

CAPÍTULO II
A presença portuguesa em Macau: agentes e instituições

1. A construção e organização da cidade

Ou-Mun (Entrada da Baía) ou Macau, pertencia ao distrito de Xiangshan na província de Cantão (Guangdong), ao sul da China. Era uma comunidade incipiente e sem importância econômica, segundo os registros chineses. As condições climáticas e de terra não eram propícias para a criação de gado ou o desenvolvimento agrícola, sendo a pesca e a salga do peixe suas principais atividades. Quando os portugueses chegaram encontraram uma região composta por pescadores e aventureiros, que faziam dali seu porto seguro para fugir da regulação chinesa ou saquear as embarcações que seguissem para a feira de Cantão (China). Pode-se dizer que os lusitanos foram aqueles que deram origem à primeira comunidade hierarquizada em Macau, construída sobre um aparelho jurídico e administrativo com suporte em uma atividade econômica definida, o comércio.

Durante os anos que se seguem à década de 50 do século XVI, os portugueses foram aos poucos se fazendo presentes na região, no entanto, a autorização por parte do governo chinês para seu estabelecimento só viria de fato no ano de 1557 e, apesar de já estabelecidos, o reconhecimento pela monarquia portuguesa só viria com a Carta de Privilégios em 1586[76], passada pelo então monarca ibérico D. Felipe I de Portugal (II na Espanha). O documento que elevou o pequeno povoado ao estatuto jurídico de cidade, era uma resposta às necessidades sentidas pelos portugueses que começavam a residir em Macau. Neste mesmo ano, por meio do vice-rei de Goa, Duarte de Meneses, a cidade recebeu o título de *Cidade do Nome de Deus na China*, que mais tarde passou para *Cidade do Santo Nome de Deus em Macau*, a que D. João IV, acrescentou "Não há outra mais leal". A partir de 1685, aparece como *Nobre Cidade de Macau*, título que fica até a passagem da soberania para a China em 1999.

A cidade é banhada pelo Mar da China a Oriente e por um braço do Rio das Pérolas a Ocidente. O rio, também chamado de Si Jiang, nasce nas montanhas de Yunnan e estende-se ao longo de 2570 km até encontrar o mar no sul da China. O rio era a porta usada pelos portugueses a partir de Macau para atingirem Cantão, onde ocorriam as feiras semestrais. O mapa a seguir é uma representação da província de Cantão, datado de 1646, com detalhe das marcações feitas por mim para mostrar onde ficavam as feiras (em amarelo), a cidade de Macau (em vermelho) e a entrada do Rio das Pérolas (em branco).

---

[76] O foral de Macau encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Códice 247, da Divisão de Documentação Escrita, Secção do Poder Executivo. O extenso documento aparece com o título *Foral, Regalias e Privilégios Concedidos à Cidade de Macau, na China, 1596-1756*.

Figura 4 – Mapa da província de Cantão (1646)[77]

Xiangshan era um estreito de terra granítica que ficava entre Macau e Cantão e que no fim do século XVI recebeu uma estrutura arquitetônica chamada de Portas do Cerco (Lian-hua-jing) - representada pela seta verde na figura acima - que tinha por função impedir que os portugueses adentrassem mais o território chinês e controlar a entrada dos mesmos em Cantão.

Isso também se devia ao fato dos problemas gerados pela invasão lusitana em Malaca, que impedia o pagamento de tributos à coroa Ming por parte dos macaenses. Em 1665, São Francisco Xavier interviu em nome da cidade e as autoridades chinesas responderam ao pedido com duas perguntas: "os portugueses traziam consigo o documento pedido à última embaixada?" (provavelmente se referindo a ordem dada aos

[77] Mapa da foz do rio do Oeste, com Cantão e Macau, incluído no manuscrito *Aduertencias ha Coroa del Rey Dom João 4º* do arbitrista Jorge Pinto de Azevedo (Macau, 1646). In.: OLIVEIRA, 2006.

portugueses para que saíssem de Malaca[78]) e "porquê tomaram Malaca?"[79]. Assim, estava clara a posição do governo chinês de continuar proibindo as embaixadas, excluindo a cidade do sistema de tributos e por consequência dificultando seu trato comercial além das Portas do Cerco. Mas com o tempo o lucro falou mais alto e aos poucos os portugueses conseguiram afrouxar as barreiras mandarínicas. Assim, a interação comercial dos portugueses com os chineses acontecia das duas formas, a oficial, sob autorização das autoridades de Cantão, e a informal, empreendida nas demais áreas da costa chinesa.

Uma vez estabelecidos os dois portos em Macau - o interior (de menor porte), que servia de abrigo para o período dos tufões, e o exterior voltado para o mar e disponível para as embarcações de maior tonelagem -, os portugueses ficaram em uma posição privilegiada face às rotas comerciais existentes. A zona macaense ficava entre Malaca e o Japão, passando pelas famosas feiras de Cantão. Para além desse caminho, ainda existiam outras alternativas como o acesso às Filipinas, Molucas, Timor, o arquipélago indonésio, Sião, Vietnã, entre outros. Em qualquer desses lugares encontravam-se produtos de excelente valor mercantil, desejados pelos diversos povos que circulavam pelo Mar da China, bem como em regiões mais distantes como a Índia e a Europa.

Além das conveniências geográficas, a ausência de uma organização institucionalizada por parte do governo chinês, que se encontrava a quilômetros dali, favoreceu os portugueses no estabelecimento de contatos e no estabelecimento de relações com os povos locais. A partir disso, também foi possível estabelecer um sistema político-administrativo português, sob a tutela do vice-reinado de Goa, facilitando a identificação e a legitimação da comunidade macaense, face ao poder da coroa chinesa e dos povos com os quais negociava na região.

A instalação de instituições político-administrativas próprias tornou-se crucial para os portugueses estabelecidos em Macau, principalmente porque a ordem e a lei eram necessárias para controlar um território no qual o distanciamento do poder central era significativo. Desde o início da expansão todos os tipos de grupos sociais iam aos poucos

---

[78] A embaixada de Tomé Pires foi convidada a ir até Pequim em 1520 para tentar fechar acordos com o Imperador, mas quando chegaram não foram recebidos. O monarca alegou no fim que nenhuma embaixada deveria ser aceita por um governante que não estivesse entre os Estados Tributários durante os primeiros reinados da dinastia. Além disso, chegava em Pequim ao mesmo tempo que os portugueses a comitiva de Malaca que ia para relatar a conquista portuguesa e pedir ajuda chinesa para expulsar os invasores e restaurar a cidade para seu legítimo senhor. As negociações foram interrompidas e uma investigação foi iniciada. Os portugueses foram presos e obrigados a escreverem cartas para o rei de Portugal e o vice-rei de Goa com a exigência de que devolvessem a cidade de Malaca ao seu legítimo soberano. A resposta nunca chegou e Tomé Pires morreu em 1524. (WILLS, 2008)

[79] Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus escreverão dos Reynos de Japão e China aos da mesma Companhia da Índia e Europa do ano de 1549 até 1580. Tomo II P.145-146.

desembarcando nos portos ultramarinos portugueses. Estes grupos iam desde os estratos superiores da sociedade portuguesa da Época Moderna, as gentes de maior qualidade, tal como nobres e clérigos, até gentes do campo, degredados e prostitutas (MONTEIRO, 2011). Além disso, também havia a necessidade de mostrar para o governo Ming que aquele grupo não era formado apenas de aventureiros, mas que atrás deles existia uma gestão organizada e institucionalizada, no caso o Reino de Portugal.

Aos poucos, Macau foi sendo construída segundo o modelo urbano português, isto é, com a praça e a igreja como centros do estabelecimento. As edificações dos séculos XVI e XVII iam surgindo de acordo com o processo de povoamento. O seu traçado foi irregular, limitado pelos acidentes naturais do próprio terreno e pela procura da melhor área junto do rio e do mar para se estabelecerem. Em volta da igreja e do casario, vão surgindo alterações causadas pela influência de naturais já misturados aos portugueses e pela presença das comunidades nativas, representantes de quadros culturais diferentes do português (MONTEIRO, 2011).

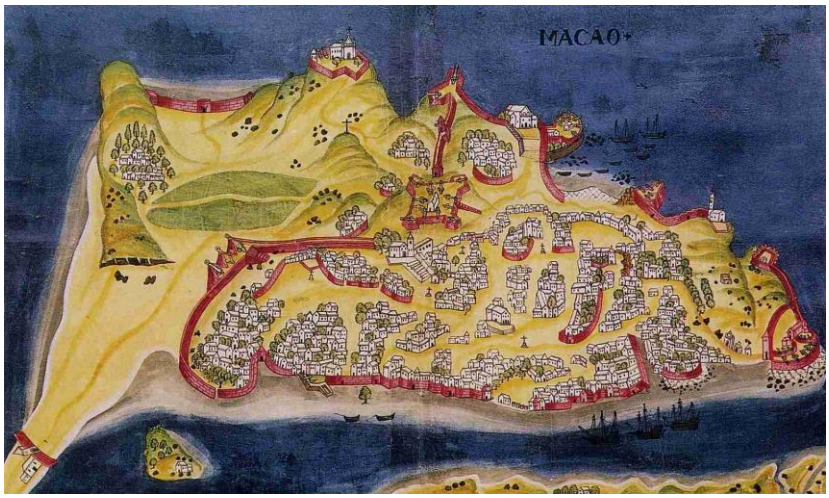

Figura 5 - Planta de Macau desenhada por Barreto de Resende (1635)[80]

A medida que o trato comercial e a economia da cidade iam se expandindo, os bairros e freguesias foram emergindo de acordo com a ocupação territorial exigida pelo aumento populacional.

[80] Planta de Macau desenhada por Barreto de Resende para uma das vias originais do *Livro das Fortalezas da Índia Oriental* do cronista António Bocarro (ms. Goa, 1635). In.: OLIVEIRA, Francisco, 2006.

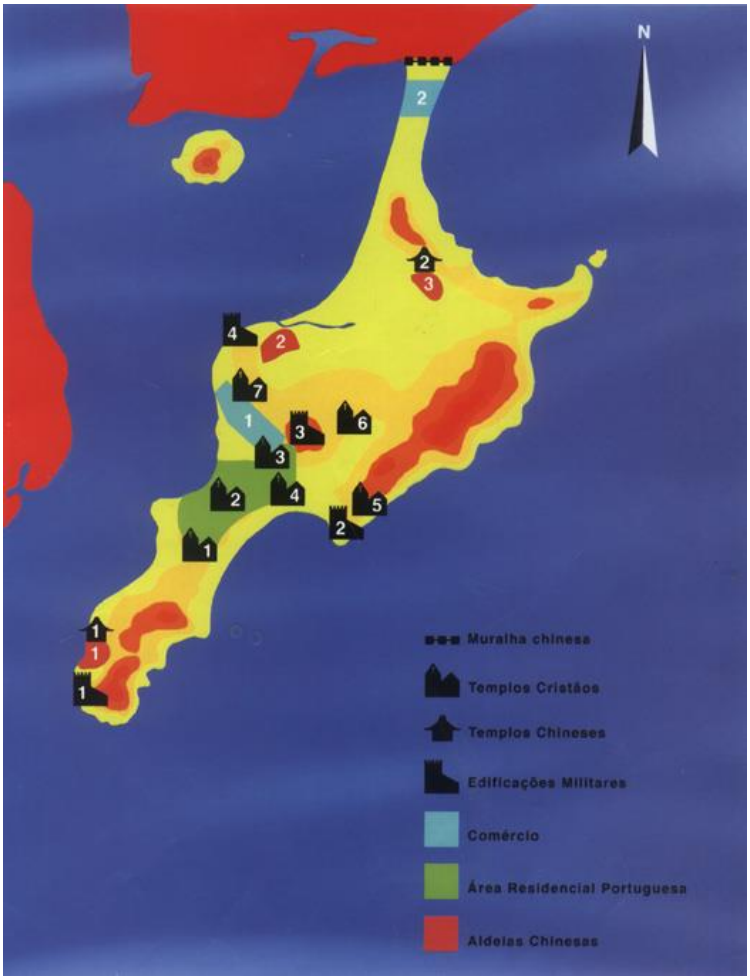

Figura 6 – Macau no final do século XVI[81]

Por causa disso, é possível perceber o estabelecimento de duas zonas residenciais (figura 3), a lusitana com características ocidentais, situada mais ao sul e a nativa mais ao norte da península, ocupada essencialmente por chineses e outros povos do sudeste asiático, estando sujeitos à administração e regras estabelecidas pelos portugueses. Isto é, em Macau vai se formando, então, uma sociedade múltipla, com diferentes segmentos da comunidade vivendo lado a lado, mas separadamente, ainda que dentro da mesma unidade política territorial. Por isso a necessidade do grupo dirigente português em criar uma maior uniformidade entre os seus, a fim de que seus ideais, ordens e orientações não se perdessem e, ao mesmo tempo, servissem de elemento aglutinador dos demais povos sob

[81] Mapa construído pelos pesquisadores Calado, Mendes e Toussant, para um estudo sobre a história da arquitetura da cidade. Na figura temos: **Igrejas Cristãs** 1: Igreja de São Lourenço; 2. Convento de Nossa Senhora da Graça; 3. Convento de São Domingos; 4. Sé; 5. Convento de São Francisco; 6. Capela de São Lázaro; 7. Igreja de Santo António; **Templos Chineses**: 1. Ma-Kok-Miu; 2. Kun-Yam Ku-Miu; **Edificações Militares**: 1. Fortaleza da Barra; 2. Fortaleza de São Francisco; 3. Fortaleza de São Paulo do Monte; 4. Forte de Patane; **Comércio:** 1. Núcleo comercial; 2. Campo da Feira, próximo a esta zona está uma pequena muralha chinesa (representada pelos pontos pretos). **Aldeias Chinesas:** 1. Barra; 2. Patane; 3. Mong-Há (In.: CALADO, M. & MENDES, M.C. & TOUSSANT, M. 2006, p.80).

sua jurisdição. População esta, que poderia ser tanto a mestiça que foi surgindo com os anos ou os imigrantes que se instalavam na cidade em busca de melhores condições de vida.

O florescimento da cidade foi tanto que a rapidez no crescimento de construções até 1582 assustou o governo Ming, iniciando um processo de proibições das mesmas. Durante a primeira fase foram erigidas as principais igrejas que, para além da questão da fé, serviam para reunir e agregar identidade à população local de origem portuguesa[82]. Já a segunda fase de edificações estendeu-se até quase metade do seiscentos e eram obras relativas à fortificação da cidade. Mas mesmo assim tinham que passar por uma avaliação do mandarinato, que muitas vezes dava como indeferido e o conflito entre os portugueses e as autoridades chinesas começava. As questões sobre o "governo compartilhado" de Macau ficarão mais claras quando discutirmos sobre as instituições que foram se formando e suas ações sobre a cidade. Entretanto, é certo dizer que pela cidade ter sido um potentado arrendado e não de fato uma colônia portuguesa, o governo chinês participava ativamente do dia-a-dia da comunidade ali presente, fiscalizando e exigindo prestação de contas de tudo que se fazia na cidade.

Anos mais tarde, em 23 de março de 1615[83], uma carta enviada ao capitão-geral Francisco Lopes Carrasco pelo vice-rei de Goa, Jerônimo de Azevedo, continha ordens expressas para fortificar a cidade e ao mesmo tempo manter o bom relacionamento com o poder mandarínico. O tom da carta era recomendar que se mantivesse o ritmo das construções em segredo e, quando fossem questionados sobre, se desse a resposta de que eram de extrema necessidade para proteger a cidade da pirataria.

Após o ataque holandês à cidade em 1622, o mandarinato começou a fechar os olhos para as construções portuguesas na península. Na perspectiva mandarínica, os portugueses, ao protegerem Macau, estariam protegendo uma das portas de entrada para o território chinês. Tanto Anabela Monteiro (2011) quanto Jhon E. Wills (2008), colocam que a gente portuguesa, além de sempre se preocupar em não irritar o poder local, não tinha intenções de investir contra as autoridades chinesas, uma vez que tinha completa noção da sua vulnerabilidade perante o Império chinês. No entanto, percebia-se que a sua

---

[82] É complicado falar em conversão religiosa local neste primeiro momento do estabelecimento português em Macau. As Igrejas construídas serviam basicamente com um elemento indenitário e de ordem para os portugueses. De fato, a medida que as missões religiosas foram aumentando na cidade, as conversões também foram acontecendo. Mas, neste momento, não há registro de convertidos entre os nativos.

[83] Carta enviada pelo Vice-rei de Goa para o governador de Macau, Francisco Lopes Carrasco. 23 de março de 1615. A.N.T.T. In.: Cartas e outros documentos relativos ao governo do Estado da Índia. Livro das Monções, liv. 7, fl 28.

posição era frágil frente aos ataques dos holandeses e ao insistente desejo deles de ocuparem a zona de entrada para Cantão[84].

Quanto ao abastecimento de gêneros de subsistência, este estava diretamente ligado ao governo chinês. Grande parte da comida que os lusitanos consumiam estava condicionada a altas temperaturas e a variação do grau de umidade do ar, propício nos períodos de estio (verão). Assim, a comunidade de forma geral se alimentava de arroz, carne de porco, peixe salgado e hortaliças (RUSSELL-WOOD, 1998). Não havendo gêneros de primeira necessidade que satisfizessem os recém-chegados, os mesmos tinham de ser adquiridos com agricultores locais e comerciantes chineses. Esse é um dos principais pontos da fragilidade lusa frente ao poder sínico. Uma vez que era a China que provia a cidade com os alimentos necessários para sua sobrevivência, ela poderia, portanto, usar disso como moeda de troca em momentos de conflito.

Dessa forma, todas as vezes que um desentendimento com o mandarinato local surgia, as Portas do Cerco eram fechadas, ficando a população a mercê do poder chinês. Devido a este tipo de fragilidade, Antônio Manuel Hespanha (1995) diz que os agentes lusos em Macau desenvolveram atitudes alternativas, diplomáticas e para-diplomáticas, para lidar com as autoridades chinesas, de forma a garantir a sua permanência e sobrevivência. Um exemplo dessas novas atitudes está no fator da glória militar, que alimentou o imaginário de muitos que seguiram para o Atlântico e Índico, mas que não se instalou na península macaense. Logo na primeira viagem a Macau e no início dos acordos com os chineses, os portugueses perceberam que a paz era um elemento essencial para conseguir permanecer ali.

Assim, a medida que a cidade ia crescendo, como acontecia em outras regiões do domínio português, ia também se transformando em um "caldeirão de raças" e os censos que foram feitos pelo Senado de Macau mostram que no ano de 1640, por exemplo, haviam aproximadamente vinte mil residentes, dos quais cinco mil eram escravos de diversas etnias. Se comparado com o levantamento feito pelo padre Domingos Maurício Gomes dos Santos em 1562, cinco anos após a oficialização da permanência lusa, o qual apontou a presença de um pouco mais de seiscentos habitantes na cidade, podemos

[84] Cantão era o principal centro dinamizador do comércio com o estrangeiro. Era a única cidade com autorização para o trato comercial marítimo e foi a primeira a ter o contato oficial com os portugueses. Suas feiras aconteciam uma vez por ano e movimentavam toda a população do Sudeste Asiático, que iam para seus portos carregados de mercadorias com o objetivo de voltar com seda, porcelana e remédios, tornando a cidade não só importante para a exportação de produtos chineses, mas também, como a principal porta de entrada para mercadorias necessárias à China, salientando aqui a prata japonesa. Daí que sua administração fosse cuidadosa e bem organizada.

perceber um gradativo crescimento na população local ligado diretamente ao crescimento econômico da região.

A medida que a comunidade portuguesa residente ia aumentando sentia-se obrigada a criar infraestruturas que, de forma permanente, a defendesse dos possíveis riscos e, ao mesmo tempo, facilitasse a vida da sua gente. Foi o caso da Santa Casa da Misericórdia, dos hospitais de S. Rafael e de S. Lázaro. O objetivo da criação de tais instituições, presentes nas mais diversas regiões do império português, tanto no Reino quanto no Ultramar, explica-se pela necessidade de proteção aos habitantes em caso de doenças e epidemias e, consequentemente, falecimentos, bem como a preocupação em deixar os bens guardados para os familiares, principalmente filhos e mulher[85].

Assim, como em todos os lugares em que os portugueses se estabeleceram, o missionarismo foi extremamente importante para o estabelecimento lusitano em Macau. Os elementos de apoio religioso, moral e a assistência social aliados à influência que os missionários exerciam junto à população ajudou no posterior florescimento da cidade segundo os modelos de conduta que se esperava de súditos portugueses. Missionários e clérigos incutiam na população local os modelos sociais de boa conduta, bem como de respeito e obediência às hierarquias, tanto que eram eles os grandes mediadores nos conflitos entre os diversos agentes presentes ali.

Portanto, desde a Carta de Privilégios enviada por D. Felipe I, a cidade foi aos poucos se equipando de instituições que a ajudassem a organizar aquele lugar que, apesar de distante geograficamente, fazia parte do mundo ultramarino português. Daí a necessidade de criar um estatuto jurídico-administrativo para o estabelecimento português que estivesse dentro do quadro institucional metropolitano. Nesse caso, a situação verificava-se por três grandes razões: a primeira indicava o reconhecimento político de Macau para a Coroa Portuguesa. Reconhecimento a que não era alheio o seu crescente florescimento, fruto das atividades econômicas levadas a cabo pelos mercadores.

A segunda grande razão tinha a ver com a imagem do estabelecimento português aos olhos do império chinês. A instalação lusa na região não foi pacífica. Durante os primeiros contatos com as autoridades chinesas, os portugueses se viram na necessidade

---

[85] Santas Casas de Misericórdia tiravam seu sustento dos legados que podiam vir na forma de testamentos de dois tipos: os que eram distribuídos imediatamente e os que eram administrados e divididos de acordo com a vontade do falecido. A instituição também tinha a incumbência de defender os interesses das crianças e adolescentes sem pai e das viúvas, servindo como "fiéis depositários" dos bens do falecido a fim de proteger contra possível espoliação de terceiros.

de mostrar que o seu grupo não era, na sua essência, formado por aventureiros, sedentos por riqueza. Pelo contrário, constituíam um grupo organizado, com hierarquias político-administrativas próprias e claras, com responsabilidades junto dos seus pares e sua Coroa. Pela projeção de um quadro assim constituído pretendiam falar e ser reconhecidos pelas autoridades sínicas como estando investidos de um poder institucional, autorizado pelo monarca português.

A terceira e última razão, e talvez a de natureza mais sensível, envolvendo alguns perigos, dizia respeito à convivência das pessoas fixadas em Macau. Como se estava numa zona na fronteira do Império Português, bastante distante dos órgãos do governo central (Goa ou Malaca), tornava-se difícil controlar a indisciplina cívica que poderia dominar a cidade. Havia, assim, a necessidade de criar regras e instituições que levassem a comunidade a manter a lealdade para com o monarca de Portugal, bem como impedir conflitos entre seus membros no terreno, de forma a permitir a sobrevivência de uma comunidade cuja atividade econômica era estratégica no quadro geopolítico português.

A Carta de Privilégios também servia, indiretamente, para esclarecer a importância de Macau face ao arquipélago das Filipinas[86], ocupado pelos espanhóis. A União Ibérica mostrou-se um fator bastante inconveniente para os habitantes de Macau, porque a proximidade das duas zonas econômicas trouxe uma série de problemas para os portugueses ali estabelecidos. Sem falar que junto com os espanhóis vieram também seus inimigos, como os ingleses e os franceses, mas principalmente os Holandeses. Boa parte da documentação portuguesa que trata deste momento diz a quantidade de vezes que os lusitanos tiveram que desculpar-se ou subornar um mandarim para redimir os erros diplomáticos cometidos pelos espanhóis.

Um caso citado pelo historiador Paulo Jorge de Souza Pinto (2014) mostra bem esta situação de incômodo dos portugueses com seus novos vizinhos. Em 1582, o governador de Manila, Gonzalo Ronquillo de Peñalosa, enviou para Macau o jesuíta Afonso Sanchéz, a fim de informar os lusitanos sobre a aclamação de Felipe II como o novo rei de Portugal. A visita assustou as autoridades chinesas que o prenderam e o mandaram para a cidade Zhaoqing, para ser interrogado. Com medo de que os oficiais de Cantão descobrissem sobre a nova condição política de Portugal, o Senado de Macau rapidamente enviou uma comitiva diplomática pedindo pela soltura de Sanchez. A

[86] Estabelecimento espanhol nas Filipinas começou com a chegada de Fernão Magalhães em 1565. Mais tarde, precisamente em 1571, os espanhóis escolhem Manila como seu principal porto no Sudeste Asiático.

preocupação da elite macaense era que ao saberem que o rei português era um estrangeiro, os portugueses ali presentes perdessem o prestígio perante o governo chinês.

Além da questão política, havia também algo profundamente negativo que era a possibilidade de perder a exclusividade no comércio com o arquipélago nipônico e, sobretudo, de que a relação dos portugueses com a China fosse de alguma forma perdida, prejudicando a presença lusitana nas feiras de Cantão. A necessidade de separação das áreas de atuação das autoridades portuguesas e espanholas foi extremamente importante, visível no resultado das Cortes de Tomar (1581) a qual estabelecia a separação geográfica das áreas de intervenção econômica e política dos dois estados ibéricos.

No entanto, a problemática em torno de quem detinha o poder político e de que forma esse poder era posto em prática surge com muita importância. Na realidade, segundo Anabela Monteiro (2011), em termos globais, existia mais de um poder político na cidade. De acordo com a historiadora portuguesa, a cidade de Macau era dividida em três tipos de poderes: o tradicional, o carismático e o racional.

O primeiro, era representado pelo mandarinato e pelo vice-reinado de Goa, era o poder político do tipo tradicional, assentado em uma estrutura formal e duradoura e concebida num conjunto normativo que apoiava e legitimava esse tipo de dominação.

O segundo poder era o carismático e baseava-se no magnetismo pessoal de um ou outro elemento da comunidade, mas que, em geral, apenas sobrevivia num determinado, e sempre excepcional, período de tempo. É que este tipo de liderança apenas prosperava na incerteza, possuindo a capacidade de convencer os outros, ainda que com um grau significativo de imprevisibilidade e com força volátil. Integram-se neste âmbito os elementos do Senado (vereadores e juízes) e as próprias elites locais, compostas pelos agentes humanos mais significativos em termos de riqueza e de influência no meio.

Contudo, a liderança tinha igualmente que ser racional. Isto é, havia a necessidade de garantir a fidelidade dos agentes humanos aos valores e modelos do sistema, através da criatividade e do instrumento normativo. Neste campo que surge uma incoerência: o capitão-geral, representante dos interesses do poder central e comandante militar, tinha sido chamado de fora pela própria elite macaense. E as leis por que se regia eram emanadas do poder central, isto é, de Goa. Por outras palavras, face ao mandarinato e à sua força, perante os povos do Sudeste Asiático, das potências europeias já sediadas na mesma área geográfica, como os espanhóis, os agentes lusos tinham, racionalmente, a necessidade de se cobrirem da tutela portuguesa – potência marítima e imperial– para

obterem a legitimidade que necessitavam para permanecerem nos mercados e espaços do Mar da China.

Continuando com a análise dos três poderes em Macau, António Manuel Hespanha (1995) resume que o primeiro era de certa forma justificado pelas tradições que foram se criando na cidade; o segundo pelo reconhecimento, por parte da comunidade, em pessoas ou instituições, identificando, assim, uma entidade líder: o Senado. Em determinados momentos a figura do capitão podia ser incluída no grupo do Senado, quando eram eleitos para o cargo membros da elite de Macau. O último tipo de poder, o racional, provavelmente o mais significativo, baseava-se num sistema no qual a autoridade se apoiava em uma burocracia aliada a um código normativo. A perenidade do que ficava escrito tornava-se fundamental para a regulação da vida em sociedade, permitindo estabilidade, desde que o normativo fosse aceito pelos elementos da comunidade (HESPANHA, 1995). Nesse sentido, a luta pelo poder – definida por uma relação na qual a lei era mais um instrumento de poder do que um limite – sempre se verificou em Macau, ainda que de forma um tanto camuflada, em virtude das particularidades do estabelecimento.

Acontece que aquela gente, vista como um todo, era constituída por diferentes grupos sociais, como os portugueses e seus descendentes, os chineses, estes constituindo a maioria, e outras etnias vindas como frutos da expansão portuguesa. Dentro deste contexto, a opção ou decisão individual do homem não deixava de estar condicionada ao grupo ao qual pertencia ou com o qual estava comprometido. Neste caso muitos portugueses casados com nativas, por exemplo, ficavam divididos entre duas forças, a da identidade lusitana e a da influência cultural vinda da família de sua esposa. Ou seja, no fim fica difícil entender as relações de poder dentro do território de Macau sem levar em consideração os processos de miscigenação, através dos casamentos e as transformações culturais, que mesmo em meio a diversidade humana possuía um fator em comum: o trato comercial (HESPANHA, 2019).

A comunidade de Macau, até a data da posse do primeiro capitão-geral viveu, de forma geral, por sua conta, pois os capitães das viagens ao Japão[87] não ficavam na cidade

[87] Capitães das Viagens à China e Japão, assim eram chamados os capitães das embarcações que saíam de Lisboa em direção ao Sudeste Asiático. Quando a comunidade portuguesa começou a se fazer presente em Macau, os capitães das frotas passaram a levar consigo uma carta régia que lhes atribuía a posição mais alta de autoridade sobre o governo macaense. O capitão-geral, por sua vez, era uma espécie de governador-geral responsável pela gerência da cidade de Macau a partir do século XVII, quando o comércio exclusivo com o Japão ficou mais forte.

tempo suficiente para se familiarizarem com o ambiente e as gentes, bem como com seus anseios e medos. Não se pode dizer de verdade que o poder central não se preocupasse com Macau, pois a documentação incluída nos *Livros das Monções* mostra que, pelo menos, o monarca e o seu representante em Goa desejavam saber o que se passava por aquelas partes. Havia mesmo o interesse que Macau não caísse em mãos estrangeiras, ou que os seus habitantes corressem o perigo de serem expulsos pelos chineses ou que decidissem pôr um fim na autoridade do Estado da Índia e, por conseguinte, de Portugal.

Daí que houvesse uma atenção particular e, por vezes, até uma solidariedade ao mais alto nível, como foi o caso em relação ao primeiro capitão-geral, Francisco Lopes Carrasco, formalmente eleito para o cargo, mas que não conseguiu se dar bem com a população local. O rei chegou até a indicar que ele fosse destituído do cargo se isso servisse para sossegar a comunidade. No fim, Fernão Albuquerque, então governador de Goa, exonerou Carrasco do seu duplo cargo: capitão-geral e ouvidor e escreveu para o rei avisando da sua decisão, recebendo uma resposta positiva em 5 de março de 1620[88]. Em uma das cartas Fernão de Albuquerque respondia, em 1620, informando o rei que o inimigo não eram os chineses, na medida em que estes tinham tanto ou mais interesse no trato que os portugueses, e sim os holandeses que interferiam cada vez mais na rota comercial estabelecida pelos portugueses na região.

O cargo de capitão-geral só voltou a ser oficialmente ocupado em 1623, por D. Francisco de Mascarenhas, cuja relação com a comunidade foi igualmente um fracasso. Mais uma vez, o indicado para o cargo não conseguiu entender-se com a elite macaense. A essas incompatibilidades não foram alheias as provisões que o vice-rei da Índia passou a D. Francisco, consideradas ofensivas para os moradores, pelo Senado. Uma delas dizia que não se gastasse dinheiro nas fortificações da cidade e em outras obras, sem o consentimento do capitão-geral. A ordem era polêmica, pois a cidade acabara de sofrer com o ataque holandês e o homem indicado claramente não possuía noção da realidade local.

Em 1603, no âmbito da reorganização administrativa ultramarina realizada no período filipino, pretendeu-se estender até Macau o longo braço do poder central. O monarca desejava um reordenamento da máquina político-administrativa portuguesa na Ásia e também em outras zonas do Império Marítimo Português, como o Estado do Brasil,

---

[88] Carta enviada pelo Vice-rei de Goa, Fernando de Albuquerque, a D. Felipe III. 05 de março de 1620. A.N.T.T. In.: Livro das Monções, liv. 15, fl 19.

S. Tomé e Príncipe, Angola e Guiné. Assim, aumentou o número de navios que anualmente partiam para a Índia; redobrou a atenção aos avisos do rei de Portugal; enviou um inspetor e um engenheiro a todas as fortalezas para as prover e reparar; além de criar o Conselho da Índia para tratar de todos os assuntos referentes ao Ultramar português. O Regimento dado a António Pinto da Fonseca "*provedor e visitador geral das fortalezas do Estado da Índia*", datado de 9 de novembro de 1611 diz,

> [...] ireis pessoalmente a todas as cidades, praças, e fortalezas daquelle estado da índia, e com hu engenheiro q pedireis e o Viso Rey vos dêe e levareis em vossa companhia, vereis o estado em q cada hua dellas está e as obras q se fazem e de que tem necessidade de que fareis fazer traça com advertência q fazendosse todo o que for necessário se escuse o supérfluo e demasiado, attento a importância de cada fortaleza e brevidade cõ que convem se fortifique.[89]

As medidas indicadas surgem como prioritárias para acudir às fragilidades internas do Estado da Índia, bem como às ameaças externas. Assim, a reconstrução e manutenção das fortalezas existentes (caso de Cochim e Malaca) ou a construção de novas em zonas de pouca presença portuguesa, como o caso de Macau, foram de suma importância (HESPANHA, 1995). Porém, apesar de todo o interesse ao mais alto nível e das diligências efetuadas, o certo é que a comunidade lusa no Mar da China se encontrava muito entregue a si própria, devido ao distanciamento e à consciência que tinham de que deveriam ser eles a defenderem os seus particulares interesses, sem que tal fosse uma desvirtuação dos interesses de Portugal.

Não obstante estas determinações régias, a verdade é que, no terreno, para lá das Portas do Cerco, a gente lusa encontrava-se debaixo da soberania sínica, a qual abusava, frequentemente, dos seus poderes. Na documentação aparecem, com certa recorrência, conflitos ou mal-entendidos que muitas vezes levavam à detenção de portugueses que ali passavam para a atividade do comércio. A resolução destes conflitos tinha sempre consequências negativas para o território, pois eram, frequentemente, exigidos quantitativos em dinheiro como compensação dos problemas surgidos e cuja responsabilidade cabia invariavelmente aos portugueses, isso na perspectiva chinesa (REGO, 1946). Um pouco por tudo isto, o Senado viu-se na obrigação de nomear três ou quatro feitores para a feira de Cantão, cuja tarefa era regular a circulação comercial dentro

---

[89] Anônimo. *Livro da Cidades, e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das Capitanias, e mais cargos que nelas há, e da importância deles. p. 4 e 5.*

do dito espaço, liberar as cargas, velar pelo pagamento de direitos ao imperador, entre outras obrigações.

Desta forma, para analisar o exercício do poder político em Macau no séc. XVII, Hespanha propõe duas perspectivas clássicas presentes nas perguntas a seguir: onde ficava a sede desse poder? E qual era a sua forma de atuação? Segundo o historiador, estas duas perspectivas podem e devem ajudar a iluminar as imagens de quem detinha a soberania e a autoridade no território. Se, por um lado, já se viu que a autoridade local era reduzida face ao controle exercido por Goa, a soberania sobre o território será algo ainda mais discutível, pois Macau estava debaixo do controle efetivo do mandarinato chinês, que podia assenhorear-se da cidade com muita facilidade.

A grande questão que aqui se coloca é a de saber quem, de fato, detinha e exercia o poder: o Senado, o capitão-geral, ou o vice-rei? Em teoria, os três, numa linha hierárquica reconhecida e respeitada. Contudo, na prática, nem sempre a leitura da sede do poder era tão linear, pois o cargo de capitão-geral estava diretamente ligado à coroa e dela dependia. Era nomeado pelo poder central e era seu principal representante na localidade, função esta que desempenhava de forma temporária e, em cujo exercício, nem sempre tinha conhecimento suficiente para entender o modo como funcionavam os difíceis equilíbrios que as autoridades locais haviam conseguido estabelecer com a vizinha China. Podemos imaginar, também, que como acontecia em outros cargos da administração portuguesa ultramarina, o detentor deste posto estava mais preocupado com a aquisição de honra e proveito próprios do que com a defesa dos interesses dos moradores da cidade.

Por outro lado, o Senado, constituído por elementos da terra escolhidos entre os homens bons locais, tinha um complexo sistema eleitoral que poderemos considerar democrático para um determinado estrato daquela sociedade e que se assumia, face ao mandarinato e às outras potências europeias, como sendo o representante da Coroa Portuguesa naquela área. Ou seja, tinha de aceitar, negociar e, muitas vezes, resignar-se às decisões centrais, para sobreviver. Desta forma, segundo Hespanha, a definição ou localização da sede do poder era algo que se rodeava de grande complexidade, principalmente se pensarmos na existência de uma população multirracial, seguindo normas portuguesas em território chinês. Esse poder ficava assim dividido nas mãos das três instituições (Vice-reinado, Capitania-geral e Senado) ainda que com pesos e significados diferentes, mas com dificuldades semelhantes quanto a sua aplicação e continuidade.

Todavia, é preciso observar melhor como funcionava o sistema político-administrativo da cidade, bem como estes poderes se dividiam para entender como se deu o estabelecimento português naquela região.

2. Agentes e instituições

- O Vice-reinado de Goa

Esta instituição era liderada pelo vice-rei que, por sua vez, era nomeado pelo monarca português, normalmente, por um período de três anos e auxiliado por um conjunto de funcionários, dentre os quais se destacava o vedor ou tesoureiro real. O poder do vice-reinado estendia-se por todas as possessões, portos e navios portugueses entre o cabo da Boa Esperança e o Extremo Oriente. Devido a esta enorme extensão territorial, o controle sobre o mesmo era imperfeito, o que possibilitava aos súditos portugueses no Oriente toda sorte de aventuras e negócios a margem da lei. As críticas em relação às gentes que desembarcavam nas regiões lusitanas orientais são facilmente percebidas nas cartas enviadas pelos vice-reis ou governadores para o rei. Em uma carta datada de 21 de março de 1617, o vice-rei de Goa queixava-se que o Estado estava mal provido de capitães e soldados experientes e que se fazia extremamente importante Lisboa enviar para a Índia "outros mais modernos", isto é, homens até os trinta anos de idade, cavaleiros corajosos e de boa índole, para o representante português no Índico poder escolher entre eles[90].

Para Goa, o estabelecimento português em Macau deveria servir como uma espécie de tutela orientadora dos demais espaços lusitanos no Mar da China. Anabela Monteiro (2011) cita o estranhamento que o vice-rei Francisco da Távora teve ao saber que suas cartas enviadas por Macau ao procurador dos Ausentes em Sião, Antônio da Fonseca, não estavam chegando ao destinatário. De acordo com a autora, as cartas eram enviadas primeiro para Macau para dali seguirem para seus destinos finais. Porém, o que podemos concluir é que esse sistema nem sempre funcionava, fosse por desleixo ou simplesmente porque o documento possuía conteúdo que interferiria diretamente nos interesses das elites macaenses, sendo perigoso prosseguir com o seu envio.

As relações entre o vice-reinado de Goa e o Senado de Macau nem sempre foram harmoniosas. Durante diversos momentos as duas instituições se viram em meio a

[90] Carta enviada pelo Vice-rei de Goa, D. João Coutinho, a D. Felipe III. 21 março de 1617. A.N.T.T. In.: Livro das Monções, liv. 10, fl 129.

conflitos políticos geralmente em função de acontecimentos na China, Portugal ou simplesmente porque não concordavam em algum aspecto do sistema administrativo do Estado da Índia. Em 1633 o rei indeferiu o pedido de dissolução do Senado de Macau feito pelo vice-rei de Goa. Um ano antes do seu pedido, D. Miguel de Noronha havia escrito à Felipe III narrando seus problemas com o fato da cidade lusa não aceitar um capitão-geral enviado por Goa. Na carta do pedido oficial de dissolução, o vice-rei diz que as inúmeras discordâncias com o governo macaense o forçaram a pedir ao soberano que pusesse um fim ao Senado. Não dando seguimento ao pedido feito pelo vice-rei, o monarca numa carta curta recomendou o bom tratamento aos moradores de Macau, salientando que as suas atitudes e meios eram ditados pela necessidade da manutenção da presença portuguesa em tais latitudes[91].

A resposta do monarca ao vice-rei foi relativamente rápida, mas nem todas eram assim. Algumas cartas chegavam com um atraso de cinco anos, isso contando a chegada e depois o seu seguimento para Macau. Por causa desse hiato entre o pedido e a resposta, não é de se estranhar que a elite governante decidisse por conta própria a melhor forma de resolver as questões da cidade e de suas vidas. As dificuldades eram tão diversas que muitas vezes ficava difícil levar a diante sua dedicação à causa do Império Português com o rigor que o governo central sediado em Goa fazia questão que houvesse (MONTEIRO, 2011).

Para além dos conflitos entre a cidade luso-sínica e Goa, estavam as incertezas geradas pelo constante contato com o governo chinês. Monteiro cita o exemplo da mudança dinástica chinesa um ano após a ascensão de Afonso VI ao trono português. A morte do imperador Shunzi, gerou uma onda de ansiedade na China que foi fortemente sentida pela elite macaense. Segundo a autora, as preocupações do vice-reinado de Goa agravado pela distância geográfica o desconhecimento da condição real da cidade, passavam ao lado das incertezas e jogos de poder empreendidos pelo governo chinês. A comunidade macaense, por ser um governo compartilhado com o chinês, tinha de se esconder, retribuir ou tomar iniciativas de acordo com a política e, sobretudo, com a cultura chinesa.

Tais posições eram difíceis de serem tomadas e entendidas por pessoas que não viviam o dia-a-dia da cidade. Depois de um período, por exemplo, o crescimento acelerado da cidade começou a assustar o mandarinato local, que começou a fazer

---

[91] Carta enviada pelo Vice-rei de Goa, D. Miguel de Noronha, a D. Felipe III. 12 de novembro 1633. A.N.T.T. In.: Livro das Monções, liv. 27, fl 25.

exigências ao Leal Senado. A primeira dizia respeito à expulsão dos japoneses da cidade, medida que se compreende pelo fato de que a costa chinesa estava sofrendo intensos ataques dos chamados *wakôs*, ou piratas japoneses. A segunda proibia que os chineses pudessem fazer comércio a partir de Macau, fator que feria diretamente as ordens expressas nas chapas sínicas sobre o comércio com o estrangeiro[92]. A terceira era referente ao pagamento das taxas cobradas aos navios estrangeiros que aportassem em Macau, incluindo os portugueses. A quarta proibia o comércio de risco e a última definia os limites da cidade, com a consequente demolição de construções (MONTEIRO, 2011; REGO, 1946). O forte receio de desagradar a China e de serem, por sua vez, expulsos da região era algo constante na vida das elites macaenses, por isso os constantes conflitos com Goa. Para os portugueses em Macau, era mais importante lidar com as demandas do governo chinês do que com as reclamações e imposições do vice-reinado a quilômetros de distância.

Luís Felipe Barreto (1995) diz que a relação entre as duas instituições – Senado de Macau e Estado da Índia – teve particular importância ao longo do século XVII pela defesa de diferentes objetivos, pelas rixas declaradas bem como pelos consensos relativos às perspectivas em jogo. Por outro lado, Monteiro também diz que "[...] apesar dos diferentes pontos de vista, governo central versus governo regional, os dois órgãos de poder quase sempre estiveram juntos nas decisões mais polêmicas verificadas ao longo dos séculos." (MONTEIRO, 2011, p.363). O que era perfeitamente compreensível, se considerarmos que ambas as instituições estavam engajadas no estabelecimento e perpetuidade da governança portuguesa nas partes orientais do Império.

- Capitães mor, geral e da terra

A administração do império português no Oriente começou baseando-se na jurisdição tradicionalmente atribuída aos capitães dos navios e naquele presente nas Ordenações[93]. Nos casos a leste da península malaia, o Capitão-mor das Viagens à China e Japão era um cargo itinerante com jurisdição intermitente sobre os estabelecimentos portugueses dessa região, como Macau, Timor, Tenarte e Japão (HESPANHA, 1995).

[92] O assunto sobre as políticas externas do Japão e da China foi desenvolvido no primeiro capítulo da dissertação "China e Japão às Vésperas dos Portugueses", quando tratei das relações dos dois países com os povos vizinhos e quais eram as ações tomadas quanto às políticas diplomáticas e de defesa.
[93] Ordenações: Afonsinas Livro I cap.83; Manuelinas Livro II cap. 27 e Filipinas Livro II cap. 47, a Lei da Reformação da Justiça é de 27 de julho de 1582.

Era o responsável, sobretudo, pela questão militar, empreendida com o seu próprio pessoal e armamento. No âmbito da exploração mercantil, era auxiliado por um conjunto de feitores ou agentes das mais diversas origens - cristãos-novos, judeus, nativos, etc. - que resumia, assim, seu grupo de apoio dentro dos territórios sob seu controle.

Suas atribuições eram de cunho essencialmente, militar, liderando a guarda e a defesa da cidade (HESPANHA, 1995). Para isso, era o responsável por promover a construção de fortes e o armazenamento de armamentos. Além da questão militar, o capitão-mor também era, em certa medida, os olhos e ouvidos do poder central sediado em Goa, até porque a cidade, bem como as rotas comerciais a partir dela, era uma fonte de grande riqueza para a Coroa, a qual ela não queria perder, por isso a constante preocupação de manter na cidade um representante oficial do reino.

Quando a rota Macau-Nagasaki foi oficializada o vice-reinado de Goa viu a necessidade de estabelecer uma ordem administrativa mais abrangente, que visava não somente a gerência do porto, como também da comunidade que ia se firmando ali. A partir deste momento, o capitão-mor passaria a ser chamado de capitão-geral e deveria residir na cidade por um ano, resolvendo as questões administrativas e comerciais, para depois seguir sua viagem até o Japão.

A função do capitão-geral era importante porque, em termos políticos, ele era o chefe responsável por todos os barcos e estabelecimentos desde Malaca até o Japão, sendo o representante oficial de Portugal perante as autoridades chinesas e japonesas. No início do estabelecimento português no Mar da China, esse cargo era dado a um nobre, mas sem muitas especificações sobre qual seria de fato seu trabalho. A única preocupação era controlar as embarcações que iam chegando e saindo de Macau. Seu principal interesse era de fato o comércio e, segundo Monteiro (2011), mesmo não possuindo capital próprio para investir, acabava por desviar mercadorias e por controlar as rotas comerciais, quais produtos e onde seriam vendidos, tornando-se senhor de um monopólio mercantil sob as leis da Coroa portuguesa que, desde de que lhe permanecesse fiel, não o perseguia ou incomodava.

Entretanto, isso não significava que a Coroa fosse indiferente aos abusos cometidos por estas figuras. Em uma carta escrita pelo vice-rei de Goa ao rei em 21 março de 1617, mostra-se que o Estado da Índia estava ciente dos excessos cometidos pelos capitães nas regiões sob seu controle:

> No que toca às estorções dos capitães das fortalezas com os moradores dellas e com a mais gente que a ellas concorrem por rasão do trato, o que se diz n'esta

> matéria em comum das mais d'ellas é cousa vergonhosa [...] que se Vossa Magestade não tiver homens em todas as fortalezas por capitães, que tenham as consciências largas para não haverem de furtar, assi a Vossa Magestade como á mais gente que tratam n'ellas com mercancia, que se vai consumindo de todo a fazenda que Vossa Magestade e seus vassallos tem, porque verificar roubos d'esta sorte é cousa mui difficultosa, e que há mister muitos annos para se concçluir, porque depois que estou n'este Estado até quando esta escrevo me tem vindo pappeladas das mais fortalezas, com a mor confusão que se viu, porque se vem três, quatro devassas de differentes tribunais, em que cada um juram o contrario do que dizem nas outras, e assim fica logo em duvida áquella christandade.[94]

Ou seja, o poder central reconhecia, não apenas a existência do problema, como também a dificuldade em combatê-lo.

Em Macau, muitas vezes o capitão entrava em conflito direto com a população local que, por sua vez, considerava os abusos cometidos verdadeiros atentados contra os interesses da cidade. O fato de que a cada ano vinha um novo capitão e junto com ele um novo estilo administrativo era inconivente para o desenvolvimento do governo na cidade. A principal crítica com relação aos homens nomeados pelo rei era que estes vinham para a cidade sem saber quais eram as reais necessidades da região, sendo assim, impossível que conseguissem geri-la de forma satisfatória. O que a maior parte da documentação mostra é que por mais que a posição ocupada pelo capitão fosse importante para o poder administrativo no projeto expansionista português na Ásia, ele não estava livre de sofrer com acusações e críticas das comunidades sob sua responsabilidade.

Para citar alguns exemplos, temos o caso das reclamações feitas pela elite macaense ao vice-reinado de Goa sobre os exageros cometidos por alguns capitães, tais como os de D. Sebastião Lobo da Silveira e D. Luís de Mello Sampaio. O primeiro, além de mandar invadir algumas casas da elite local, simplesmente por incompatibilidade de ideias, mandou prender o procurador da Fazenda Real da cidade, atitude polêmica porque este era um nobre condecorado como Hábito da Ordem de Cristo. O segundo foi acusado de desorganizar as fortalezas da cidade e inutilizar seus depósitos, além de permitir a passagem de missionários de Manila para a China por Macau[95].

Entretanto, para além da figura do capitão-geral, um outro cargo aparece para auxiliar o primeiro, neste caso de uma forma bem mais adequada aos olhos da elite

---

[94] Carta enviada pelo Vice-rei de Goa, D. João Coutinho, a D. Felipe III. 21 março de 1617. A.N.T.T., Livro das Monções, liv. 10, fl 112-113.

[95] Carta escrita pela edilidade ao Rei D. Pedro II. A.H.U., *Macau*, Caixa 2, documento nº 3, datado de 5 de dezembro de 1682. Ainda sobre o assunto: A.H.M., *Arquivos de Macau, Termo, e assento, feito em junta de homens bons, sobre a demanda, que esta Cidade traz em Goa com Luiz de Mello de Sampaio; e outros negócios, que com este se propuzerão*, p. 207. As citações destes documentos estão presentes em MONTEIRO, Anabella. 2011.

macaense, o capitão da terra. Este personagem político surge como uma primeira forma de governação própria da cidade e de seus moradores e sua existência pode ser vista durante o período de 1560 até 1623, ou seja, a partir do início do estabelecimento português até a nomeação oficial do primeiro capitão-geral.

O poder do capitão da terra era exercido na ausência do capitão-mor ou em simultâneo com ele. O porto de Macau era visitado com intensa regularidade pelas embarcações que viajavam para o Japão partindo de Goa. Devido ao problema das monções, os navios eram obrigados a fazer escala na cidade e ficar ali até dez meses esperando o bom tempo. Durante esta pausa, o capitão do navio assumia a responsabilidade sobre a cidade. Todavia, quando seguia viagem a situação se complicava, porque se houvesse casos que exigissem rápidas soluções, principalmente frente às autoridades chinesas, não teriam como resolver porque não haveria um responsável.

Sendo assim, o capitão da terra surgiu de uma forma espontânea, sua autoridade deveria ser bastante restrita, uma vez que a maior parte da população era constituída por homens do mar que estavam submetidos a autoridade do capitão do navio e, por sua vez, não aceitariam ordens de um civil. A esta figura somou-se um conselho governativo formado por três ou quatro pessoas que posteriormente resultaria no Senado de Macau (NG, 1996).

Na ausência do capitão-mor, o capitão da terra era o responsável pela ordem e organização dentro da cidade e por garantir a paz com o mandarinato, servindo como moderador entre as duas partes sempre que necessário. Infelizmente pouco se sabe sobre este personagem devido, principalmente, a falta de fontes. Mas a autora Anabela Monteiro (2011) reúne alguns exemplos em seu trabalho que mostram momentos nos quais a autoridade do capitão da terra se fez sentir sobre a cidade:

> Tal comprova-se, em 17 de Março de 1567, quando o representante do cargo mandou lançar uma ordem pela cidade para que todos os moradores com mais de catorze anos de idade pegassem em armas para defenderem a praça, em caso de ataque de duas embarcações que se encontravam ao largo de Macau e que se recusavam a identificar-se. Ou, quando em 1573, um grupo de soldados chineses entrou na península em perseguição de carregadores de provisões para a feira, gerando grande confusão. Perante as atitudes de desacato, o capitão de terra mandou prender e açoitar cerca de quarenta desses elementos, mandando-os, em seguida, para a China. Este capitão era Diogo Pereira, um abastado comerciante, que exerceu o cargo, entre 1562 e 1587, e que havia recebido a incumbência, juntamente com S. Francisco Xavier, de realizar uma embaixada à China, em 1553, tarefa que não foi possível levar a bom termo, devido aos obstáculos criados em Malaca pelo seu capitão-mor, Álvaro de Ataíde (1552-1554). O cargo, parece-nos ter sido de criação local sem ter havido, aparentemente, a intervenção de Goa nesse sentido (MONTEIRO, 2011, p.152-153).

O interessante de observar sobre a posição que o capitão, fosse mor ou geral, tinha dentro da comunidade macaense é que, independente de terem sido enviados pelo monarca ou pelo vice-rei em Goa, quem de fato governava a cidade luso-chinesa eram os membros eleitos para o Senado de Macau, fundado em 1583. Como veremos no tópico seguinte, as políticas e práticas locais só poderiam ser determinadas pelos juízes ordinários e vereadores que, por sua vez, eram os responsáveis pelos contatos diplomáticos e comerciais com os povos vizinhos, pela fiscalização das rotas e pela gerência da população (RUSSELL-WOOD, 1998). Como vimos aqui, essa "rebeldia" contra os agentes oficiais não era proibida no mundo português. As críticas feitas pelos macaenses contra os capitães e, muitas vezes, as interdições da sua autoridade no território, eram normalmente acatadas pelo monarca, porque sabia-se da necessidade de manter um certo limite de negociação para evitar possíveis descontroles em uma região tão importante e ao mesmo tempo tão distante.

Desta forma, segundo Hespanha (2010), podemos perceber a impossibilidade em aplicar a uniformidade e o poder político ilimitado, característico dos Estados centralizados, dentro de um Império tão diversificado e desmembrado como o português. O que aconteceu foi a "justaposição institucional, pluralidade de modelos jurídicos, diversidade de limitações constitucionais do poder régio e o consequente caráter mutuamente negociado de vínculos políticos" entre a coroa e estes poderes locais em construção (HESPANHA, 2010, p.57). Isto é, a metrópole sabia que para ter a cooperação das elites administrativas em espaços tão distantes como Macau, por exemplo, precisariam negociar com eles os sistemas de autoridades, deixando uma quantidade considerável de poder nas mãos de alguns agentes locais. Este tipo de "barganha", serviu para reconhecer os limites do poder central em relação aos direitos das localidades e províncias, produzindo graus variados de autogoverno e assegurando que, "em circunstâncias normais, as decisões metropolitanas que afetassem as periferias teriam de consultar ou respeitar os interesses locais e provinciais" (GREENE, 2010, p.112).

- Senado de Macau

Ao contrário do Capitão-geral, o Senado de Macau representava e defendia os interesses dos moradores da cidade que, acima de tudo pretendiam manter o bom relacionamento com os vizinhos chineses, assegurando o sucesso dos seus negócios na

região. No início, o governo chinês, por desconfiar das atitudes portuguesas, não permitiu que fossem aplicadas as leis dos estrangeiros na cidade, valendo somente a sua. Porém, para os portugueses residentes em Macau era imprescindível a existência de uma estrutura político-administrativa autônoma na cidade por causa de três fatores: o crescimento populacional, o surto econômico e o fato de que ali tornara-se o único lugar de permanência e residência dos portugueses na China. Outra questão também se refere a abertura dos portos de Cantão para o trato comercial com estrangeiros pelo governo Ming em 1578, o que tirou de Macau o monopólio dessa atividade, tornando-a um porto comercial exclusivo para o trato com os portugueses. Este assunto só foi resolvido com a intervenção de Matias Penela, representante do capitão da frota comercial, Aires Gonçalves de Miranda[96], que conseguiu negociar com os chineses a possibilidade de os portugueses gerirem sua gente, com a condição de que esta gestão deveria sujeitar-se à administração das autoridades chinesas.

Por volta de 1582, o governo Ming permitiu a criação em Macau de um regime específico de administração política, judicial e fiscal, elegendo um líder português e delegando-o alguns poderes sobre os comerciantes e habitantes chineses na área residencial portuguesa (HESPANHA, 1995). Em simultâneo, o Senado foi criado para servir como local de encontro entre as autoridades chinesas e portuguesas, a fim de discutirem os assuntos administrativos relativos a cidade e sua gente. Por causa dessa posição de "governo compartilhado", Macau tinha muitas vezes que resignar-se as ordens do governo chinês, fator que aos olhos das autoridades centrais do Estado da Índia parecia uma atitude exagerada e incompreensível. Porém, no lado chinês, o Senado servia como um interlocutor na resolução dos interesses comuns.

Mas quem eram os membros do Senado? Normalmente cidadãos pertencentes a elite macaense, na maioria das vezes os mercadores que fixavam residência ali para participar do comércio na região. A eleição dos oficiais obedecia ao *Regimento dos Oficiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reynos,* datado de 1504, criado para Portugal, mas com algumas alterações a fim de ser adaptado às necessidades da cidade luso-chinesa.

Os pleitos aconteciam a cada três anos nos quais só poderiam participar portugueses com residência permanente, casados ou naturais da cidade. A ideia era impedir que portugueses vindos de outras partes do império tentassem intervir no governo

[96] Esta nota está dentro da carta escrita pelo Padre Gomes, residente da cidade de Macau, para o vice-reinado de Goa. Consta dentro do Livro em que se escrevem coisas notáveis sobre a Índia, Japão e China. Presente no Arquivo da Torre do Tombo – Lisboa.

local. O autor Ng Siu Yu (1997) descreve como funcionava a metodologia eleitoral macaense,

> A metodologia eleitoral aplicada era eleger, em primeiro lugar, seis representantes, os quais seriam, então, divididos em três grupos que iriam, em seguida, apresentar, cada um, as candidaturas ao Senado. As listas de candidatura, submetidas à apreciação do Ouvidor de Macau, seriam apresentadas pelo Ouvidor ao Vice-Rei da Índia que iria, então, definir uma lista nominativa dos membros do Senado de Macau para cada um dos três anos seguintes, pois o prazo de cada mandato era de um ano. O Senado de Macau era composto por três personalidades locais de renome (de idade superior a 40 anos), dois juízes (de idade superior a 30 anos) e um oficial da área de Administração Civil. " (NG, 1997. p.1018)

Por fim, todos os eleitos deveriam ser "homens-bons", cuja idoneidade deveria ser reconhecida pelos habitantes da cidade.

O "oficial da área de Administração Civil" era o procurador da cidade que também poderia servir como tesoureiro. Este cargo era responsável pela representação da comunidade portuguesa, junto ao vice-reinado e ao mandarinato. Sua importância como mediador do primeiro grupo com o segundo cresceu tanto que no meado do século XVII recebe o título de mandarim de 2ª classe pelas autoridades chinesas, que lhe concediam aceitação pública perante ao mandarinato e a população chinesa da cidade, chegando a ser chamado para resolver contendas entre portugueses e chineses. Essa figura também era responsável em gerir a gente chinesa que morava na cidade.

As funções do Senado de Macau eram semelhantes às dos Senados da Câmara de outras regiões do Império Português, diziam respeito ao financiamento da guarnição local e dos projetos de defesa, contribuição para a manutenção do Padroado, pagamento das missões diplomáticas e da gestão cotidiana da cidade. A verba usada vinha das taxas cobradas sobre os produtos importados e exportados. Na esfera da gestão, fixavam preços dos produtos, autorizavam construções, mantinham obras de interesse público, como ruas, fontes, etc., regulavam os feriados e a procissões e cuidavam da saúde e segurança da cidade (MESQUITELA, 1997).

O cargo de Ouvidor do Senado era ocupado por um enviado de Lisboa ou Goa e isso acontecia por duas razões: a primeira era pela falta de preparação dos moradores para ocupar tal posto e a segunda era que a cidade era pequena e as pessoas eram muito ligadas entre si através das relações familiares, amizade ou simplesmente por se conhecerem. Apenas os juízes ordinários poderiam ser moradores avaliados como os mais capazes e

mesmo assim julgavam os crimes menores ou as contendas do dia a dia[97]. Os princípios regulamentadores do cargo de ouvidor estavam definidos no *Regimento dos Ouvidores de Macau*, estabelecido em Lisboa em 16 de fevereiro de 1587, com trinta e um artigos, no qual apresentava o núcleo judicial, abrangendo dois escrivães e um meirinho que também exercia o cargo de carcereiro. Esses magistrados exerciam funções judiciais, tal como a audição de apelos nas suas comarcas, extrajudiciais, tal como a inspeção de obras públicas e controle sobre o funcionamento dos Senados da Câmara, para além de fazerem relatórios sobre as condições sociais e econômicas. Seus rendimentos eram, inicialmente, pagos por Malaca até 1641 quando a península passa para o controle dos holandeses. A partir daí começa outro conflito entre Goa e Macau, sobre quem de fato deveria pagar o ouvidor. Para a cidade luso-chinesa o Estado da Índia deveria ser o responsável, enquanto que para o vice-reinado seria o Senado de Macau que deveria arcar com esta despesa. (BOXER, 1965).

Como Macau nunca foi de fato uma colônia portuguesa e sim um potentado arrendado dentro do território chinês, é fácil identificar o fascínio da maioria dos historiadores que estudam as questões políticas e administrativas da cidade. O que podemos perceber é que o Senado de Macau foi uma das mais importantes instituições municipais fundadas pelos portugueses nos seus domínios ultramarinos. Sua importância se dá não só pelo distanciamento geográfico dos demais centros de poder portugueses, mas, sobretudo, pela força das circunstâncias históricas singulares que tornaram a cidade de Macau um caso único de sucesso intercultural político-administrativo.

- Santa Casa da Misericórdia

Ao longo da expansão portuguesa no mundo, as Santas Casas de Misericórdia foram as principais instituições de auxílio à pobreza do império e por isso, muitas vezes, sua história se confunde com a fundação das cidades por onde os portugueses iam se estabelecendo. A partir do modelo criado em Lisboa pela rainha D. Leonor em 1498, organizavam-se entidades semelhantes, que tinham por missão exercer a caridade a partir das 14 obras de misericórdia, sete espirituais e sete corporais[98]. Para além de dar apoio

[97] A nomeação para este cargo levava em conta os conhecimentos que os candidatos tinham das leis orgânicas e administrativas, bem como a vivência da cidade, das relações com o governo chinês e do próprio funcionamento do Senado.

[98] "Espirituais: ensinar os simples; dar bom conselho a quem o pede; castigar com caridade os que erram; consolar os tristes e desconsolados; perdoar a quem errou; sofrer as injúrias com paciência; rogar a Deus

social, ela constituía, também, um organismo de confiança para os portugueses que viviam longe da terra-mãe.

Desta forma, se a Misericórdia em Portugal era uma irmandade caritativa, que tinha como missão o tratamento dos enfermos e inválidos, além de assistir aos órfãos, o caso de Macau não seria diferente. O próprio rei, em uma carta enviada para o vice-rei de Goa, orienta que a instituição deveria gozar dos mesmos privilégios concedidos as demais misericórdias do Estado da Índia[99], logo estar a serviço da Misericórdia era um dever religioso e um privilégio que trazia junto status social e o respeito da comunidade. No entanto, apesar de comungarem de um ideal universalizante, as Misericórdias eram muito diferentes entre si. A regra era que os membros deveriam possuir o mais elevado padrão moral e que suas linhagens não incluíssem nenhum cristão-novo. Em Macau do século XVII, a maioria da população era de luso-descendentes, desta forma, a única preocupação era que os membros fossem "homens bons" residentes da comunidade macaense.

Esta instituição tirava seu sustento principalmente das heranças. Os falecidos podiam deixar dois tipos de testamento, um que designava seus bens diretamente para a instituição e o que pedia que fosse administrado e dividido entre seus descendentes e a Santa Casa. Muitos homens morriam intestados ou sem descendentes, o que gerava problemas quanto ao que fazer com seus bens. Nesse caso, os responsáveis por decidir seu destino poderiam ser o provedor-mor de Defuntos e Ausentes ou até o próprio capitão-geral que procedia com a transferência dos bens para a Índia, onde iriam ser tomadas as devidas providências (FRANCO, 2014; MONTEIRO, 2011). Durante toda sua história as doações e testamentos foram frequentes, mas também era possível que recebessem direitos alfandegários para sanar empréstimos feitos a comerciantes.

Para Leonor Seabra, a Misericórdia macaense foi aos poucos se transformando numa instituição que monopolizava a caridade cristã, somando casas, rendas e terrenos que, por vezes, "ultrapassavam os limites negociados da presença portuguesa no enclave para se alargarem por outras direções da movimentação colonial", firmado, assim, um notável patrimônio sob seu controle (SEABRA, 2005). Charles Boxer (2011) diz que dentro do ambiente comercial, a Santa Casa de Macau era tão poderosa quanto procurada. Ele cita exemplos de comerciantes, governadores e capitães de outros espaços do império

---

pelos vivos e mortos. Corporais: remir os cativos e presos; visitar e curar os enfermos; cobrir os nus; dar de comer aos famintos; dar de beber aos que têm sede; dar pousada aos peregrinos e pobres; enterrar os finados." (FRANCO, 2014. P. 6)

[99] Carta do Rei Felipe III ao Vice-rei D. Pedro da Silva, datada de 15 de janeiro de 1639. A.N.T.T. In.: Livro das Monções, livro 46, fl. 117.

que se serviam dos seus cofres nas situações de emergência, pedindo seguros ou empréstimos para firmar negócios em Manila ou Timor[100].

No início do século XVII, a instituição passou a buscar dinheiro no comércio através das taxas cobradas pelo Senado, que equivaliam a um por cento das mercadorias que entravam em Macau. Esse fator, segundo Monteiro, explica a importância que a Santa Casa tinha para a comunidade ali presente, ela não era somente um campo de proteção social, mas também sua ligação com Portugal e seus costumes. Ela fazia parte das entidades que legitimavam o poder da Coroa portuguesa em solo luso-chinês. Por isso, a constante preocupação em não deixar que desaparecesse.

O Juiz dos Órfãos era uma figura que atuava tanto no Senado quanto na Santa Casa e tinha a incumbência de defender as crianças e os adolescentes sem pais e as viúvas. O cargo surgiu na necessidade de velar pela herança deixada pelos falecidos a fim de evitar a espoliação de segundos maridos das esposas. A elite macaense se preocupava muito em deixar para a descendência e os cônjuges um mínimo de segurança financeira, bem como a certeza de que seus bens permaneceriam na família e não na mão de terceiros. Daí a necessidade de que os membros da Santa Casa fossem homens de confiança da comunidade.

Ainda havia a preocupação de que seus membros estivessem presentes dentro das áreas mais necessitadas da cidade. A convicção de que a Santa Casa apoiava a população desvalida surge também do fato da cidade não dispor de outra instituição, com exceção da Igreja, que garantisse as esmolas e os amparos. As igrejas e missionários também poderiam dispor de recursos para ajudar os pobres, mas no entendimento de alguns autores, quando o território passava por um período de crise econômica, como foi o caso de Macau nos fins do século XVII, estes grupos seriam os primeiros afetados, enquanto que a Santa Casa, por reunir grandes quantias de riqueza, fosse em dinheiro ou em outros bens, ainda conseguiria manter o trabalho caritativo por um tempo (BOXER, 2011). Daí a importância de que os bens dos não intestados e sem descendência ficassem sob administração da Santa Casa, uma vez que seriam usados nos trabalhos comunitários da instituição.

---

[100] A exemplo de um mouro de Granada que morreu em Macau e deixou seus bens a herdeiros muçulmanos em Istambul. As Misericórdias de Macau e Goa, após tomarem conhecimento dos desejos do falecido, informaram os herdeiros que poderiam receber a quantia doada na feitoria de Kung no golfo pérsico. (BOXER, 2011, p. 284)

Entretanto, para além da questão caritativa, a Misericórdia de Macau a partir das duas últimas décadas do século XVI, passou, também, a se dedicar à elaboração de estratégias de sobrevivência da comunidade portuguesa e dos euroasiáticos que iam se instalando ali (SEABRA, 2006). Assim, além de assistir os inválidos, mendigos e órfãos, seu trabalho passou a consistir, também, no de comportar o que Leonor Seabra (2006) em sua tese chamou de "mercado nupcial" ou "mercado matrimonial macaense", prática que se resumia no controle dos casamentos dentro da cidade, bem como ajudar na arrecadação dos dotes das órfãs chinesas ou luso-chinesas para facilitar o casamento.

A questão dos casamentos e da reprodução das estruturas sociais portuguesas em Macau é ainda um estudo em construção, mas autores como Leonor Seabra (2006; 2014) e Ivo Carneiro Souza (2005; 2006) tentam aos poucos elucidar algumas questões pertinentes a fim de entender como a população portuguesa, majoritariamente masculina, conseguiu prosperar em um período no qual as mulheres eram proibidas pelo reino de Portugal de embarcar para o Oriente. Para Leonor Seabra (2006), é importante perceber que a formação de um parentesco de influência social e cultural lusitana constitui em um compósito de longa duração, ajustado em diversas estruturas formativas, sendo a formação de um mercado nupcial a mais importante delas (SEABRA, 2006).

Verdade que a escassez de mulheres europeias e a proibição de se aproximarem das mulheres chinesas de condição social mais elevada levaram comerciantes, soldados, aventureiros e agentes políticos portugueses em Macau a procurar matrimônio em grupos femininos subalternos, estendendo-se do rapto à compra, da negociação ao resgate[101], sendo possível encontrar, em muitos casos, mulheres coreanas, filipinas e doutras proveniências presentes na cidade. Mais tarde, nos fins do século XVI, começou a firmar-se um movimento de negociação e compra de jovens chinesas, vindas tanto das camadas mais pobres da população quanto das situações de orfandade. Assim, em meio a este fator especial na condição dos matrimônios, concubinatos e serviços domésticos assegurados na exploração das camadas inferiores da sociedade chinesa da época, a Igreja e as ordens missionárias se viram obrigadas a organizar o controle deste mercado nupcial e sexual

[101] Para as questões da presença feminina em Macau recomendo os trabalhos: SEABRA, L.; MANSO, M. de. D. B. *Escravatura, concubinagem e casamento em Macau: séculos XVI-XVIII*. Afro-ásia, Vol. 49. 2014. P. 105-133. & *Traços da presença feminina em Macau*. Campus Social, n3-4. 2006. P. 197-208. SOUZA, Ivo Carneiro. *Cativas e bichas, meninas e moças: a subalternidade e a formação do mercado matrimonial de Macau (1590-1725)*. Campus Social, n. 3-4. 2006. P. 151-171. PENALVA, Elsa. *Mulheres em Macau*: donas honradas, mulheres livres e escravas (séculos XVI e XVII). Lisboa: CHAM/CCCM, 2011.

feminino fundamental na reprodução "mestiça" [102] de um parentesco de origem portuguesa (SEABRA, 2006).

A partir de então a Santa Casa da Misericórdia de Macau passaria a cumprir a função de controlar social e "moralmente" o mercado nupcial feminino, "impondo-lhes dotes, regras e, sobretudo, a formação católica das jovens e mulheres asiáticas candidatas ao casamento ou ao serviço entre as famílias da terra (SEABRA, 2006), dando à instituição o monopólio do casamento, a dotação das órfãs[103] e o controle da condição católica destes grupos, como também acontecia em outras regiões do Império português.

Desta forma, a Misericórdia de Macau dentro da sua responsabilidade de prover caridade, cuidar dos bens de viúvas e órfãos, dos casamentos luso-asiáticos e ainda servir de fiadora no trato comercial da cidade, foi se firmando como uma das instituições mais importantes do projeto administrativo lusitano em um território que reunia diferentes formatos de soberania e movimentação político-mercantil, elaborando estratégias para a organização e educação de uma "cidade cristã" sem a qual, segundo Seabra, seria difícil reconstruir a especificidade de parentescos e sociabilidades euroasiáticas marcadas na história da sociedade macaense.

- Missionários e religiosos

A presença religiosa foi fundamental para o estabelecimento de Macau. Como citado de forma breve no início deste capítulo, as instituições portuguesas que foram se formando na incipiente cidade, serviam como um farol orientador para a convivência e o respeito entre os seus membros. Os missionários eram os responsáveis pela coleta de conhecimento, a propagação dos valores e das posturas e, muitas vezes, o ponto de ajuda dos portugueses longe de casa. Desta forma, a Igreja, enquanto instituição, foi a que

---

[102] Ainda existem poucos estudos sobre a questão da mestiçagem macaense, mas pelo que podemos inferir dos que já existem o processo era um pouco diferente das demais partes do Império Ultramarino Português. Cito aqui os trabalhos de: Leonor Seabra (2005, 2006 e 2014); Ivo Carneiro Souza (2005); Ângela Barreto Xavier (2008), que tem um trabalho voltado para as acomodações portuguesas em Goa, mas que podem ser usados para o caso macaense; e o novo trabalho do historiador português Antonio Manuel Hespanha (2019), que analisa a condição de "filhos da terra" dos nascidos no ultramar português.

[103] Era publicado um edital, divulgado na igreja confraternal, com a abertura de dez dias de um concurso para a concessão de dotes a que se permitia a candidatura de todas as órfãs entre os 14 e 30 anos. Segundo Leonor Seabra (2006), o édito público tem a vantagem de definir com clareza a representação social e ética de orfandade da época, esclarecendo que somente as que não tem Pais e não foram casadas poderiam participar. Por isso é possível ver meninas que ainda eram criadas pelas mães, mas que por não ter pais e viverem na pobreza poderiam receber o dote concedido pela Santa Casa, contanto que respeitassem os termos requeridos, como comprovação da pobreza, suas qualidades e o merecimento de seus pais (SEABRA, 2006).

adquiriu um lugar de destaque, fazendo com que a devoção religiosa crescesse junto com a cidade.

Assim, junto com os comerciantes, políticos e magistrados de Macau, as comunidades religiosas vão se formando e tomando forte expressão na cidade. A atração que a península do Sul da China exercia devia-se ao fato de ser do interesse do Padroado Português evangelizar a zona. Dado o progressivo crescimento de fiéis na região, a cidade de Macau recebe em 1576, a criação da sede do bispado, pela bula *Super Specula Militantis Ecclesiae,* com jurisdição sobre a China, Coréia, Japão e ilhas adjacentes (SILVA, 1992).

O Padroado Português foi um acordo instituído entre a Igreja e Portugal, em que o Papa delegava ao Rei de Portugal a exclusividade da organização e financiamento das atividades religiosas nos domínios do ultramar. Assim, cabia as Coroas, portuguesa e espanhola, gerir e proteger as Ordens religiosas que cumpriam com o trabalho de missionação. Para ficar mais claro quanto a definição do padroado:

> Em termos mais específicos, os monarcas ibéricos foram autorizados pelo papa: (a) construir e permitir a construção de todas as catedrais, igrejas, conventos e ermidas no âmbito de seus respectivos padroados; (b) apresentar à Santa Sé uma pequena lista de candidatos adequados a todos os arcebispados, bispados e abadias bem como encaminhar os postulantes a dignidade e cargos eclesiásticos de categoria inferior aos bispos pertinentes; (c) administrar as jurisdições e receitas eclesiásticas, e vetar bulas e breves papais que não fossem primeiramente autorizados pela chancelaria das respectivas Coroas. Esses privilégios significavam que, na prática, todo sacerdote missionário, secular ou regular somente podia aceitar sua nomeação sob a condição de ser aprovado pela Coroa em questão, e ele dependia dela para sustento financeiro (BOXER, 2007, p.99-100).

Quando Portugal se lançou para a expansão, houve a necessidade de evangelizar e espalhar a fé católica. O estado padroeiro deveria proteger o padroado que, por sua vez, se não respeitasse as regras estipuladas, perderia os privilégios dos quais tinha direito (BOXER, 2007). Por isso, a coroa portuguesa fez grandes investimentos, apoiando a

Igreja pelo mundo a fora, construindo edifícios religiosos, conventos e outros. Fundamentalmente, à Coroa interessava-lhe o citado papel, não só pelo direito de apresentação como também pelo trabalho dos missionários que, evangelizando os povos que encontravam, abriam caminho para o bom entendimento com a parte comercial e política de Portugal. Ou seja, a medida que a igreja avançava, também avançaria a guarda e o apoio aos mercadores que se aventuravam por aquelas partes.

A atividade dos missionários sempre esteve ligada à assistência, exercendo em simultâneo um papel de referência moral e de amparo aos mais necessitados através dos trabalhos dos hospitais São Rafael, São Lázaro, e da Santa Casa da Misericórdia, fundados em 1569 (BOXER, 2007). A Misericórdia disponibilizava dinheiro para a manutenção de obras de caridade, hospitais, igrejas paroquiais, mosteiros e ainda enviava esmolas aos pobres da China e de outros pontos da Ásia, como o Japão, Sião, etc. (BOXER, 2011). A igreja ainda poderia gerir heranças e promover a proteção das viúvas, além de cuidar dos órfãos. Tais atividades de auxílio ao próximo, somada às procissões religiosas, à imponência das igrejas, às missas e à formação acadêmica de alguns padres, como os jesuítas, atraía, segundo Charles Boxer (2007), a admiração das populações nativas.

De todo o projeto missionário no Oriente, o destaque pertenceu à Companhia de Jesus que estabeleceu a sua primeira igreja em Macau, em 1562-1563, muito antes da promulgação da bula papal. Uma construção simples de madeira com uma pequena casa conventual, destinada a servir de hospital para os missionários que seguiam para o Japão. Segundo Silva (1992), o papel desempenhado por esta ordem teve duas grandes vertentes: a primeira, na assistência social e religiosa; a segunda, como instância de preparação missionária dos jesuítas que iam para o Oriente, preparação dada na sua casa e colégio e que passava por uma sólida formação acadêmica (SILVA, 1992). No primeiro aspecto está o auxílio dos necessitados, por exemplo, o trabalho com as mulheres, viúvas ou órfãs, a distribuição de esmolas e a alfabetização, entre outros. O segundo, era no Colégio que os padres jesuítas estudavam para depois seguirem em trabalho evangelizador pelo Império (SILVA,1992).

Todos os autores concordam em dizer que a Companhia de Jesus foi a ordem que teve maior influência junto aos moradores de Macau, sendo assim, parte importante na história da cidade. A construção da Casa dos Jesuítas, que mais tarde viria a ser o Colégio de São Paulo, foi feita entre 1563 e 1565. Silva (1992) coloca que por todo o seu trabalho desenvolvido na cidade, os seus moradores acreditavam que a Companhia era

insubstituível. Em sua tese, Anabela Monteiro (2011) ainda acrescenta que na altura de 1624, existiu uma série de cartas de diversas entidades relatando as virtudes e o valor inestimável dos ditos missionários, argumentos que, para ela, explicavam o importante papel que os jesuítas desempenharam durante o ataque holandês em 1622.

A primeira igreja construída no local onde hoje estão as ruínas de São Paulo, foi erguida em 1582, sofrendo com o primeiro incêndio em 1601. O edifício que foi construído depois projetava a imagem de grandiosidade, força e disciplina, atributos que se faziam necessários para a ordem obter respeito dentro e fora de Macau (BOXER, 2007). Outro incêndio viria a acontecer em 1835, destruindo a igreja toda e mais de cinco mil volumes, sobrando, somente, sua fachada de pedra.

Figura 7 – Fachada da Igreja de São Paulo em Macau (2014)[104]

O ensino ministrado no Colégio de São Paulo não era apenas para os missionários, mas servia também para os filhos da elite local. Os cursos eram divididos em três níveis: 1º Matemática, Astronomia e Geometria; 2º Medicina e História Natural e o 3º Servia como preparação básica para o seguimento acadêmico, com o ensino do Latim (BOXER, 2011).

A ação dos missionários se estendeu também à introdução da imprensa na China a partir de 1590 e à construção de uma botica, iniciativas praticadas por jesuítas de

[104] Imagem encontra-se em: Crônicas Macaneses. Disponível em: <https://cronicasmacaenses.com/2014/10/08/macau-as-4-estatuas-de-jesuitas-da-fachada-das-ruinas-de-sao-paulo/>. Acessado em: 05.10.2020.

diversas origens, como indianos, franceses, espanhóis, chineses, etc. Charles Boxer (2007), diz que mesmo com a disparidade de nacionalidades, seus agentes procuravam o bom funcionamento do projeto. Se os mesmos eram aceitos de uma forma geral, o autor diz que havia aqueles que não os acolhiam, possivelmente pela sua ligação com o comércio e, sobretudo, pelo peso de sua influência na comunidade. Sobre sua ligação com o comércio, o problema era um pouco mais complexo, em alvará emitido em 1609, o rei proíbe que qualquer pessoa, nobre ou não, interferisse nas mercadorias dos religiosos, com penda de degredo para a fortaleza de Sirião em Pegu[105].

Os jesuítas eram agentes de grande força política na cidade e, certamente, isso não agradava o poder central e nem o seu representante, o capitão-geral. Essa força vinha em grande parte do seu saber técnico-científico, da sua organização e, principalmente, por serem apoiados pelos jesuítas residentes na Corte chinesa. Somemos a isso o ensino na cidade, as atividades ligadas a produção de remédios caseiros, percebemos a importância que estes religiosos tiveram para o desenvolvimento de Macau e, sobretudo, a permanência dos portugueses na cidade. Assim, em uma sociedade que ia se hierarquizando e formando estratos sociais diferenciados, o poder da Igreja era extenso. A glória militar nunca foi o ponto de partida português no Sul da China, então, apesar das fortificações e da necessidade de haver gente experiente nos assuntos de guerra, a cidade nunca foi governada por militares. A influência do clero estendia-se a todos as esferas da sociedade lusa e até alguns estrangeiros que habitavam Macau e aceitavam viver de acordo com a cultura portuguesa.

- Os Mandarins: autoridades chinesas em Macau

O sistema de uso dos mandarins foi um projeto de Confúcio (551 a.C. – 479 a.C.), mas só foi institucionalizado no período da Dinastia Han (206 a.C. – 220 d.C.). A proposta defendia que o rei deveria ser aconselhado por ministros e funcionários competentes selecionados por mérito, através de exames abertos a todos, nos quais o nível social ou a origem familiar não importaria. Os interessados deveriam ser homens com mais de 15 anos, seguir os princípios do confucionismo, possuir um comportamento exemplar e provar que ninguém da sua família dedicou-se a nenhuma profissão conhecida como “suja” (possuir/trabalhar em bordel ou ser mercenário, por exemplo). Eles seriam o espelho que

[105] Carta do monarca de Portugal para o Vice-rei da Índia, datada de 24 de Dezembro de 1609. A.N.T.T., Livro das Monções, liv. 03, fl 281.

a sociedade deveria usar, por isso precisavam transparecer atitudes corretas de justiça, sinceridade e lealdade para com sua família, bem como com o seu governo.

Depois da sua criação, todos os imperadores fizeram, de alguma forma, uso deste cargo, mas foi no governo Ming (1368 -1644) que estes burocratas estatais – podendo ser civis ou militares - foram organizados como engrenagens da máquina político-administrativa em todo o espaço chinês. O projeto de controle do poder central, agora sediado em Pequim, sobre todo o território tomou força com o uso destes acadêmicos que levavam consigo o conhecimento das leis e as ordens do rei. Os cargos eram entregues por um período de três anos e os nomeados nunca poderiam ser naturais da província onde exerceriam a função. A intenção era evitar que pudessem ser subornados ou parciais em seus julgamentos. Os oficiais escolhidos eram da total confiança do imperador que, por sua vez, acreditava serem incorruptíveis. Eram eles os olhos, ouvidos e as mãos do rei nas regiões sob sua responsabilidade (HUANG, 2008).

Todo homem que possuía um ofício ou estivesse diretamente sob as ordens do rei era chamado de 'senhor'[106] ou oficial (liáoshu/loutia[107]). Segundo Charles O. Hucker (2008), cada província tinha em média mil senhores e na corte acima de três mil. Dentro deste grupo se destacavam cinco cargos que participavam ativamente na manutenção da ordem imperial nas províncias. O primeiro é o governador geral (zongdu/ tutom) muitas vezes chamado vice-rei em algumas fontes portuguesas, porque suas funções em muito lembravam as dos vice-reis lusitanos no ultramar português. Era a autoridade máxima dentro da província, responsável por fazer valer o poder superior do rei, podendo resolver as questões grandes e pequenas de acordo com sua consciência. Sob sua jurisdição também estava a cobrança das rendas devidas ao império, como por exemplo, o "fôro do chão" pago pelo Senado de Macau ao Império Ming.

O segundo cargo era o vedor da fazenda ou tesoureiro (chuna-yuan/ ponchasi), responsável por arrecadar os rendimentos da província e supervisionar os gastos ordinários para depois enviá-los ao governador que, por sua vez, repassava para a sede do governo central em Pequim. O próximo na hierarquia era o juiz-mor (faguan/ anchasi), encarregado de todos os elementos ligados à justiça. Depois vinha o capitão-mor ou almirante da guarda costeira (haitao/ aitao), com jurisdição sobre os estrangeiros, ou seja,

---

[106] O Frei Gaspar da Cruz traduziu como senhor no sentido da importância atribuída aos cargos públicos. No sentido literal o termo *liáoshu* é o mesmo que oficiais sob uma autoridade; subordinados; funcionários.
[107] Aos nomes de cada oficial chinês tentarei colocar as três leituras: a chinesa, a romanizada e a utilizada pelos portugueses na época.

ele ficava encarregado de armar e equipar os navios e de usar força bélica contra os inimigos. O quinto e último dos cargos mais importantes era o de comandante do exército (zhihui-guan/ lutisi), encarregado das forças militares terrestres (HUCKER, 2008; CRUZ, 1996).

O Frei Gaspar da Cruz em seu livro, *As Coisas da China* (1569), ainda acrescenta o grupo dos "assistentes" (zhuli), formado por dez membros divididos entre direita e esquerda, que serviam de auxiliares dos cinco cargos acima citados.

> Em cada casa de cada um destes tirando o Lutissi, que é dos cinco o menor, há dez que são como assistentes, que são também de mui grande autoridade. Cinco destes se assentam à mão direita do principal em cinco cadeiras de que dissemos acima quando falamos dos edifícios, e cinco se assentam à mão esquerda: estes nos negócios importantes estão ao despacho com o principal da casa, e morrendo ou por qualquer via faltando o principal, fica em seu lugar um destes segundo sua antiguidade: e se é necessário ir pela província fazer-se algum negócio importante, que pertence à dignidade em cuja casa assistem, vai um destes com todos os poderes do principal.[108]

Havia também o cargo do diretor prisional (taissu/tai-zun), encarregado de gerenciar as cadeias e os 'troncos'[109] para as punições. Segundo Frei Gaspar, este era o oficial que mais tinha contato com os portugueses presos por desobedecerem às ordens do mandarinato em Cantão, por isso o apelido de tronqueiro-mor. Também tinha o cargo de comissário imperial (chaem/ Cha-yuan), que, de forma itinerante, fiscalizava o tronco/cadeia e tudo o que se passava dentro da província, bem como os exames preliminares de futuros magistrados. Normalmente, este oficial ficava no território por volta de um ou dois anos.

No caso de Macau, os mandarins mais próximos ficavam na cidade GuanXi e raramente botavam os pés na península macaense. Até a chegada dos portugueses Macau era uma pequena vila de pescadores quase que totalmente dominada por piratas, sínicos ou estrangeiros, e nenhum sinal do governo Ming. Entretanto, a medida que a comunidade macaense foi se formando, o governo central em Pequim foi enviando oficiais para vigiar e limitar o avanço lusitano na península e, sobretudo, recolher os

---

[108] CRUZ, Gaspar da [Frei] (1996). Capitulo XVI, p. 96-97.

[109] O tronco está diretamente ligado a concepção de cadeia, porque todas as cadeias chinesas eram espaços murados com um tronco no centro do seu pátio usado para atribuir a punição física aos presos. Segundo Monteiro, o assunto torna-se importante no século XVII porque muitos moradores de Macau estiveram na cadeia de Cantão, fator que explica porque existem tantos relatos sobre as punições e os tratamentos recebidos dentro destas instituições. Frei Gaspar da Cruz ainda coloca que em meados do século XVI Cantão teria cerca de quinze mil presos distribuídos por treze troncos, número que segundo ele era comum para as cidades do tamanho de Cantão.

impostos sobre as embarcações comerciais e o fôro do chão. Quer dizer, se no início não havia uma estrutura político-administrativa chinesa em Macau agora era imprescindível que a coroa Ming tivesse sua própria gente na cidade representando seus interesses.

Quando o Senado de Macau foi formado, a China resolveu exercer mais fortemente sua posição de soberania aumentando o número de mandarins na cidade e constituindo ali, pela primeira vez, um poder executivo. Assim, o que antes era um interesse puramente comercial, agora tornava-se também político. Como foi dito - e ainda será repetido durante todo o texto -, a China não via com bons olhos algumas das atitudes lusitanas e seu maior receio era que estes avançassem mais no seu território. Além disso, Macau ainda era tida como território chinês arrendado para os estrangeiros, dessa forma não era admitido que o espaço fosse inteiramente regido pelas leis portuguesas, por isso a necessidade em ampliar o contingente de oficiais sínicos que, no pensamento do governo Ming, serviriam como válvula reguladora dos dois poderes na cidade.

Apesar de não serem citados como membros do Senado, os oficiais chineses participavam das reuniões e interferiam nas decisões quando necessário. Nas narrativas do mercador britânico Peter Mundy (fl. 1600 - 1667) presentes no livro *Macau na época da restauração* de Charles Boxer (1993), podemos encontrar um mandarim pouco citado nas fontes oficiais chinesas, mas que em Macau foi de extrema importância para o governador geral da província de Cantão, chamado de síndico ou tabelião (taikesi/ taquessy). Ele era o encarregado de relatar ao poder central tudo o que acontecia dentro e fora do Senado lusitano e também por repassar as ordens vindas de Cantão ou de Pequim para as instituições locais.

Por fim, é relevante salientar que a permanência portuguesa em território chinês, pode ter sido oficializada pelo Imperador Ming, mas foram os mandarins os maiores interessados nesse projeto. Um trecho de uma das cartas presente no Ming ShiLu retrata a irritação das autoridades de Cantão com a atitude facilitadora de alguns mandarins para com a entrada de estrangeiros na cidade, culpando-os pelos “problemas com os fo-lan-ji[110]”;

> Naquela época, o Comissário da Administração da Direita Wu Ting -ju argumentou plausivelmente sobre os benefícios a serem obtidos e solicitou que todos os navios fossem recebidos. O grande coordenador, o inspetor regional e

[110] Os portugueses eram conhecidos nos registros dessa época como Fo-langchi, depois do termo "ferengi" da índia-Sudeste, termo que se referia a qualquer cristão latino e que, em última instância, derivava dos francos das cruzadas.

> o Ministério da Receita foram todos iludidos e esta proposta foi aprovada. Não muitos anos depois, os problemas dos Fo-lang -ji começaram.[111]

Além desta carta, em diversas outras ocasiões do Ming Shilu podemos ver o descontentamento das autoridades com os mandarins "gananciosos" que aceitavam subornos -não somente dos portugueses -, ou que, de alguma forma, iam contra os padrões do ofício. A própria documentação oficial chinesa narra momentos de corrupção deste grupo, o que nos leva a crer que isso também acontecia em Macau durante o período do "governo compartilhado" luso-chinês. Assim como era nos governos do ultramar português, Macau ficava longe do poder central chinês – o governador geral da província ficava em Cantão –, facilitando a estes agentes conciliarem seus interesses particulares com os da coroa chinesa, através de acordos com os próprios portugueses. Isso ficava claro nos períodos de paz entre as duas forças, que rapidamente eram interrompidos quando o lado português não cumpria com algum dos tratados e de repente as proibições e as denúncias surgiam.

3. A questão de Nagasaki e a sua relação com Macau

A rota Macau-Nagasaki foi oficializada somente em 1593, mas ela já existia desde a "descoberta" do arquipélago pelos portugueses em 1543. Isto é, quando foi permitida a permanência portuguesa em Macau (1557), a rota até o Japão já estava em pleno funcionamento. O que ocorreu foi a preocupação da elite mercante macaense em organizar e melhorar a sua fiscalização. Assim, a medida em que os portugueses começaram a construir suas instituições na península chinesa, houve a necessidade de estruturar as viagens para o Japão. O que antes era aberto para toda a gente interessada, agora seria limitada a uma nau por ano sob as ordens de um capitão-mor nomeado pela Coroa. O encarregado podia fazer ele mesmo a viagem ou vender o direito para aquele que lhe pagasse mais (BOXER, 2011). O comércio da seda estava exclusivamente nas mãos dos mercadores e jesuítas em Macau, que tinham

> […] um sistema de importações baseado numa cotização feita entre todos aqueles que contribuíram para o fornecimento da carga. O capitão-mor ganhava uma bela porcentagem sobre a maioria dos artigos que constituíam o carregamento, além dos lucros que obtinha através do seu próprio investimento particular. (BOXER, 2011, p.75)

[111] MSL - Wu-zong capítulo 149.9 a-b (In.: WADE, 1994. P.1965-1966)

Assim como o capitão-mor, o Senado de Macau e a Santa Casa da Misericórdia também recebiam porcentagens do valor dessa carga, usadas, normalmente, para a gestão da cidade e dos seus tutelados (no caso da Santa Casa).

A criação da rota Macau-Nagasaki foi de fato muito importante para o desenvolvimento econômico português na Ásia, mas ainda não tinha chegado ao ápice da lucratividade que encontraria décadas depois. Faltava só um detalhe de cunho político para isso acontecer: o acirramento dos conflitos entre a China e o Japão. A invasão de Imjim, também conhecida como Guerra de Imjim, foi talvez exatamente o que os portugueses precisavam para fincar definitivamente a bandeira de intermediários no mercado sino-japonês em Macau.

De forma resumida, um dos unificadores do Japão, Toyotomi Hideyoshi, em 1592, decidiu conquistar a China e solicitou apoio a Dinastia Joseon na Coréia que, como vassala dos Ming, rejeitou o pedido. A ação seguinte do militar japonês foi a de invadir a cidade coreana de Imjim, mas o máximo que conseguiu foi conquistar algumas vilas antes do exército chinês chegar e expulsá-lo da península coreana. No fim Hideyoshi morreu e o Japão foi terminantemente proibido de pagar tributo à coroa chinesa, sendo assim, também, impedido de comercializar ou de se aproximar da sua costa.

É desta maneira que a rota atingiria seu ponto máximo de lucratividade, elevando Macau ao seu período de maior prosperidade. Entre os anos de 1590 e 1610, a cidade serviu como principal ponto de ligação entre as rotas marítimas europeias e a economia no Sudeste Asiático, além de ser o único porto responsável por exportar a seda crua e trabalhada para o Japão, trazendo em troca grandes quantidades de prata nipônica (WILLS, 2008). Pode-se dizer que este foi o auge do monopólio mercantil português no Mar da China, porque um pouco depois deste período a China abriria as feiras de Cantão para outros europeus, tirando de Macau a exclusividade sobre este mercado, mas mesmo assim a rota não deixaria de ser extremamente lucrativa. A real perda só viria depois de 1644 com a expulsão total dos comerciantes portugueses do arquipélago nipônico.

Entretanto, claro que nem sempre os banimentos chineses eram rigorosamente obedecidos pelos japoneses, mas segundo Charles Boxer, o enfraquecimento da posição portuguesa nas ilhas das especiarias após a perda de Tenarte em 1575 foi substancialmente compensado pelo monopólio do comércio entre a China e o Japão (BOXER, 2011). Em uma descrição feita por um mercador holandês presente no fim do segundo capítulo de *O Império Marítimo Português*, de Boxer, se mostra a posição privilegiada alcançada pelos mercadores responsáveis pela rota Macau-Nagasaki:

> Os barcos que vem de Macau trazem geralmente a bordo duzentos ou mais mercadores, que desembarcam imediatamente, instalando-se cada uma numa casa com os seus criados e escravos. Não olham a gastos e nada parece ser caro para eles. Durante os sete ou oitos meses que permanecem em Nagasaki, chegam a despender mais de 200,000 ou 300,00 moedas de prata, com o que a população local muito beneficia: esta é uma das razões por que os japoneses que aí vivem lhes dispensam acolhimento tão cordial. (BOXER, 2011, p.75)

Era interessante para a China que Macau fizesse a mediação na aquisição da prata japonesa, assim, mesmo com os banimentos ela não ficaria desabastecida de prata. Mas, esta imagem de zona "neutra" poderia ser facilmente transformada se o governo Ming percebesse qualquer indício de que os lusitanos estavam permitindo que os japoneses residissem na cidade. Como, por exemplo, no caso da ordem enviada por Pequim em 1630, exigindo a expulsão de japoneses da cidade, colocando o Senado de Macau no meio de um problema bem mais sério. Manuel Teixeira no seu livro *The Japanese in Macau* (1999), nos diz que a imigração japonesa para Macau era consequência da perseguição religiosa, fazendo com que muitos cristãos convertidos fugissem para a cidade portuguesa no território chinês. Essa imigração japonesa em massa irritou o governo central chinês que ameaça fechar as Portas do Cerco caso a questão não fosse resolvida com brevidade. A ordem foi acatada, mas não da forma como os chineses queriam. Muitos voltaram para o Japão, outros foram se espalhando pelos espaços do ultramar português, mas muitos permaneceram na cidade, piorando a situação portuguesa frente às autoridades chinesas.

Assim, é possível perceber que o comércio por Macau era de fato vantajoso para o Império Ming, pois não só arrecadavam grandes quantidades da prata de que tanto necessitavam, como também ganhavam com as altas taxas sobre os navios que iam aportando em Macau para depois seguirem para Cantão. Se por um lado os conflitos entre o Japão e a China deram à cidade a posição de mediadora de um mercado hiper lucrativo entre as duas nações por um determinado período, por outro, trouxeram problemas que a comunidade macaense não conseguiu resolver a tempo de evitar sua expulsão do Japão e o início da sua decadência no Mar da China.

Este jogo político no qual Macau estava sempre a mercê do poder chinês, satisfazendo, na medida do possível, seus desejos e respeitando suas ordens, fazia parte do entendimento lusitano de que sua permanência no território estava diretamente ligada à manutenção do bom relacionamento com o poder central de Pequim que, geograficamente, se encontrava mais próximo da cidade do que o português sediado em Goa e por isso muito mais perigoso.

Desta forma, podemos dizer que a política de Macau estava profundamente enraizada na constante luta pela aquisição, exercício e manutenção do poder, apoiada por um pensamento que englobava teorias e ações destinadas a controlar e justificar os movimentos dos agentes que lidavam com este poder. Até porque, a instalação portuguesa não foi aleatória, tanto em termos políticos quanto econômicos, ela se estabeleceu pela força das circunstâncias de um governo constituído aparentemente pela associação poder/soberania e autoridade (HESPANHA, 1995). Por isso, a política administrativa macaense se encontrava inserida em um modo específico de vida societário, o qual, dentro do entendimento dos portugueses radicados ali, só poderia ser exercido em plenitude por aqueles que já estavam totalmente inseridos naquela sociedade e não por agentes externos, mesmo sendo estes representantes do poder régio.

Esta problemática da "autarquia macaense" se torna evidente quando percebemos que mesmo estando dentro do quadro político-administrativo português a cidade procurou exercer um governo voltado para as suas questões internas, ignorando, muitas vezes, ordens vindas do Estado da Índia. Isso não quer dizer que Macau abandonou o Estado português tornando-se uma cidade independente, o objetivo era a possibilidade de gerir seu espaço sem intervenções terceiras, o que, dentro do seu entendimento, era a melhor forma de servir ao reino de Portugal. Ou seja, em momento algum, seus agentes gritaram por independência, pelo contrário demonstravam um comedido respeito às leis e aos desejos do Rei, colocando, somente, que a cidade de Macau era um caso especial e deveria ser tratado como tal.

Entendemos melhor essa questão quando a inserimos na noção de "império sombra" levantado por Antonio Manuel Hespanha – e por alguns autores antes dele, como Luiz Felipe Thomaz - em seu livro *Filhos da Terra: identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa* (2019), no qual o historiador procurou discutir os elementos das comunidades portuguesas que foram se formando além das fronteiras do império, sobretudo na África e na Ásia, mas que ainda se viam como portugueses, qualquer que fosse o seu sentido (HESPANHA, 2019). A comunidade lusitana presente em Macau sempre viveu no limite extremo do Império Português que, por sua vez, dependia fortemente de que seus agentes ultramarinos mantivessem a força imaginária do poder formal. A cidade havia criado um lugar político externo à administração do império português, sua diplomacia era, muitas vezes, autônoma e deveria coincidir com os interesses das elites locais. Desta forma, Macau era uma gestão auto-organizada dentro

dos moldes portugueses, mas que, por sua vez, eram reinterpretados de uma forma que melhor servissem às necessidades locais.

Por isso que, para Hespanha (2019), a cidade, apesar de estar formalmente ligada a coroa, se encaixava perfeitamente no "roteiro das comunidades portuguesas a sombra" que tinham que, diversas vezes, se adaptarem a estrutura política-administrativa dos locais por onde iam se estabelecendo. Isso, claro, deveria ser feito de uma forma que satisfizesse suas necessidades, mas sem ferir os interesses da Coroa, que, por sua vez, reconhecia o princípio de autogoverno por entender a dificuldade presente na distância geográfica entre Portugal e as suas colônias.

Desta forma, a auto-gerência de Macau, ao contrário de minar a autoridade do rei ou da administração imperial, pode ser compreendida como uma ação cotidiana dos diversos indivíduos espalhados pelo império que, longe do poder central de Lisboa, formavam autogovernos, em muitos casos independentes da metrópole, "veiculados nas práticas e vontades surgidas no âmbito das relações sociais daquelas mesmas localidades […] produzidas pela interação de agentes sociais como potentados, escravos, minas e crioulos, índios e pardos" (FRAGOSO, 2010, p.18).

CAPÍTULO III
A rede comercial China-Macau-Nagasaki: estabelecimento e consequências político-econômicas

1.China e Japão: relação marítima conflituosa

A ordem política que idealmente abrangeu o leste da Ásia quando o Japão estava na Idade Média da sua história (1392-1573) pode ser descrita como um sistema tributário, no qual estados periféricos estavam vinculados por laços reais ou fictícios de lealdade ao País Central China. Subjacente a esse sistema havia uma teoria culturalista, desenvolvida pelos confucionistas chineses, de que a China era um império universal cuja soberania tinha que ser reconhecida pelos governantes "bárbaros" a seu redor, se quisessem os benefícios do comércio. Em troca de sua homenagem, o imperador chinês concedia a eles o status de vassalos reais, o privilégio das relações diplomáticas e o benefício do acesso à civilização chinesa.

No que diz respeito aos chineses do período Ming (1368-1644), o Japão havia entrado em uma relação tributária com a China há muito tempo, durante o tempo da dinastia Han (202 a.C. - 220 d.C.). Seus estudiosos podiam catalogar uma longa lista de "missões de tributo" japonesas que remontam a pelo menos 57 d.C. Certamente, em tempos mais recentes esse relacionamento foi perturbado pela guerra e pela pirataria, mas foi confirmado e regulamentado mais uma vez no início do século XV, por iniciativa do governante japonês Ashikaga Yoshimitsu (1358-1408), o terceiro shogun do bakufu Muromachi, que manteve seu controle sobre os assuntos externos do Japão, mesmo depois de se aposentar formalmente do shogunato em 1395.

Yoshimitsu era um fervoroso candidato à distinção monárquica e igualmente ávido comprador de artigos de luxo de origem chinesa. Entre 1401 e 1405, ele patrocinou quatro embaixadas à China em busca desses dois objetivos. Como resultado, recebeu o título de "Rei do Japão"[112], pelos imperadores King Chien-wen (1398-1402) e Yung-lo (1402-1424), que reconheceram seu status e fecharam um acordo permitindo que os japoneses enviassem periódicas missões em homenagem à China. Essas missões foram legitimadas com vistos emitidos na forma de contas (k'an-ho/ kango) pela corte chinesa e o comércio que fazia parte integrante de tais embaixadas era, portanto, chamado de "comércio de registro". A aceitação de Yoshimitsu das normas chinesas de relações internacionais abriu as portas para o comércio que os japoneses ansiosamente buscavam.

[112] O título foi meramente um reconhecimento feito pela coroa Ming ao shogun Ashikaga Yoshimitsu (1358-1408), até então chefe da casa Ashikaga. É importante observar que nessa época o poder do Imperador japonês era quase inexistente. Quem controlava o país era o shogun, uma espécie de general, que tinha sob seu controle um grande número de vassalos e soldados, o que, por sua vez, tornava-o politicamente mais poderoso que o próprio imperador.

Os japoneses foram designados para Ningpo na província de Chekiang como seu porto de entrada na China. A partir daí uma parte substancial de sua embaixada - às vezes mais de trezentas pessoas - seguiriam para a capital Ming, Pequim. Lá eles apresentavam seu tributo, de acordo com uma lista prescrita de mercadorias, que incluía enxofre e outros produtos artesanais de origem japonesa, como espadas, armaduras, leques dourados e telas pintadas; o enviado principal era recebido em audiência pelo imperador Ming e a embaixada, por fim, recebia presentes para o "Rei do Japão" (isto é, o shogun), incluindo seda, porcelana e outros objetos de arte preciosos, além de grandes somas de dinheiro em cobre (ELISONAS, 2008).

O governo Ming fazia compras oficiais das cargas dos navios japoneses e também permitiu que os comerciantes nipônicos negociassem com corretores chineses licenciados. Os navios foram enviados não apenas pelo próprio xogunato, mas também por instituições religiosas e notáveis da região. Na frota de nove embarcações que aportou na China em 1453, por exemplo, havia navios fretados pela poderosa família Ouchi de Yamaguchi, no oeste de Honshu; a igualmente importante família Otomo de Bungo, no norte de Kyushu; o grande mosteiro zen Tenryuji de Kyoto; e do templo xintoísta e budista da província de Yamato. O autor José Yamashiro (1979) diz que nessa época, o crescente volume de importações do Japão alarmou as autoridades chinesas, porque em algum momento o governo Ming começou a limitar o tamanho das missões subsequentes a três navios. Por quase um século e meio - de 1404, quando a primeira missão oficial partiu para a China, até 1549, quando a décima sétima e última volta ao Japão - esse arranjo forneceu a estrutura para relações pacíficas (se não totalmente livres de incidentes) entre os dois países (YAMASHIRO, 1979).

Deve-se enfatizar que o comércio de registro era a única forma de comércio permitida aos japoneses pelas autoridades chinesas. De fato, era o único canal legal para a troca direta de mercadorias entre o Japão e a China. O império Ming, em 1371, emitiu repetidos decretos que proibiam os chineses de viajar para o exterior para fins privados e, com isso, restringiam rigidamente as oportunidades de comércio exterior. A negação do livre acesso ao mar destinava-se originalmente a proteger a segurança do império recém-fundado contra rebeldes não pacificados, que tinham suas bases no litoral da China. Com o tempo, no entanto, tornou-se o shibo (comércio oficial) [113] de um estado cujas instituições governamentais foram projetadas para promover e explorar a agricultura, não

[113] MSL - Shi-zong capítulo 111.14b (In. WADE, 1994, p.2090-2091).

o comércio, e cuja ideologia pública, o confucionismo, desconfiava e até condenava o motivo de lucro por trás do comércio. O regime Ming procurou impedir que seu povo se aventurasse no exterior; restringiu e regulamentou a entrada de estrangeiros na China; empreendeu essas medidas em nome da segurança, pureza ideológica e controle do comércio. Assim, construiu o modelo de uma política isolacionista para o leste asiático. À sua maneira, o Japão estava destinado a seguir esse modelo: os meios e motivos do que os chineses do período Ming chamavam de hai-chin, ou proibições marítimas, eram análogos aos das diretivas sankoku do período Tokugawa.

Além disso, as proibições de comércio marítimo eram ineficazes na costa chinesa. Em seu viés anticomercial, o regime falhou em reagir positivamente ao fato de que o crescimento das indústrias de artesanato e processamento em locais perto ou no litoral do sul da China - desde as manufaturas de seda e algodão de Soochow e do delta do Yangtze até o ferro e a produção industrial de Cantão - haviam estimulado atividades mercantis que iam além do comércio marítimo em larga escala. Os comerciantes ignoraram a proibição do governo e a nobreza do litoral investiu no comércio. Os próprios funcionários encarregados de fazer cumprir as proibições marítimas muitas vezes aparecem como coniventes com o trânsito[114]. Como resultado, no final do século XV, o comércio dirigido ao exterior por comerciantes chineses excedia de longe o volume de mercadorias transportadas de e para a China nas partes inferiores das várias "missões oficiais de tributo". Os esforços do governo para fazer cumprir suas leis apenas incentivaram os contrabandistas a se armarem, transformando comerciantes em bandidos.

Também no lado japonês, os esforços para regular o comércio com a China foram condenados por serem considerados uma quebra de autoridade. Aqui, o bom funcionamento do comércio de registro postulava sobre uma ordem hierárquica que deveria ser mantida, se não diretamente pelo "rei do Japão", por seus adjuntos e agentes provinciais. Porém, como discutido no primeiro capítulo, no início do século XVI, a casa Ashikaga perdeu sua força sobre o poder central por causa dos conflitos internos que varreram o Japão desde a Guerra Onin de 1467-1477. Sendo assim, o controle sobre o comércio oficial com a China deixa de ser de monopólio de uma única família e passa ser um ponto de discórdia entre dois de seus principais vassalos, as famílias Hosokawa e Ouchi.

---

[114] MSL - Wu-zong capítulo 33.3b (In. WADE, 1994, p.1926-1927).

Em 1523 a briga das duas partes chega, finalmente, a China. As duas famílias resolveram enviar suas embaixadas a Ningpo ao mesmo tempo. Lá, os agentes Hosokawa subornaram o superintendente de navios mercantes e obtiveram precedência para sua missão, enfurecendo a delegação dos Ouchi[115]. Os homens Ouchi manifestaram sua raiva matando o principal enviado do lado Hosokawa, o sacerdote Ranko Zuisa, gerando grande revolta e tumulto pelas ruas de Ningpo. Após ter queimado e saqueado a caminho do porto, a delegação Ouchi partiu levando consigo um oficial chinês e matando o comandante da guarnição[116].

Após esse tumulto, que expôs a corrupção das autoridades chinesas não menos do que a propensão dos viajantes japoneses à violência, as autoridades Ming reforçaram ainda mais os procedimentos que regiam o comércio de registro. No evento, apenas mais duas missões, as expedidas pelos Ouchi em 1540 e 1549, foram aceitas pelos chineses, embora os japoneses tenham enviado várias outras[117]. Nesse momento também há a questão de que as condições políticas no Japão, discutidas no primeiro capítulo, haviam se tornado tão caóticas que os autores Elisonas (2008) e Yamashiro (1979) acreditam que é seguro dizer que a China tinha bons motivos para questionar a legitimidade das embaixadas que chegavam daquele país.

Aqueles que não obtinham permissões comerciais recorriam a transações ilícitas ou à pirataria. A esta altura, invadir a costa chinesa havia se tornado uma ocupação bastante lucrativa para muitos no sudoeste do Japão, que se comportavam como piratas ou comerciantes conforme a ocasião exigia. Proibir o comércio legal com o exterior apenas agravou a situação e, como David Robinson (2001) observa, "era deixar o comércio cair nas mãos de contrabandistas e pessoas influentes que negociavam com os japoneses e outros comerciantes estrangeiros" (ROBINSON, p.67). Além disso, todo o cenário das relações comerciais e diplomáticas entre o Japão e a China estava sendo transformado dramaticamente com o surgimento dos portugueses e os ataques dos piratas conhecidos como wako, ou "bandidos japoneses", nas águas do leste asiático.

Os portugueses, desde o início e até mesmo depois da fixação oficial em Macau em 1550, tiveram diversos conflitos com o governo chinês, mas isso nunca os desencorajou de continuar insistindo naquele mercado visivelmente lucrativo. Isso fica bem claro no capítulo anterior, quando vemos que mesmo com todas as políticas de

---

[115] MSL - Shi-zong capítulo 31.5b-6a (In. WADE, 1994, p.1989-1992).
[116] Ibid., p. 1989.
[117] Ibid., p.1991.

proibição contra o comércio marítimo exterior e, sobretudo, com o estrangeiro europeu, os lusitanos não se intimidaram e aos poucos foram encontrando maneiras de se manter em contato com as feiras chinesas, através dos comerciantes chineses que iam negociar suas mercadorias em outros portos do Sudeste Asiático.

Assim, uma década após a expulsão da região de Guangzhou, os portugueses ainda eram vistos navegando e negociando no Mar da China, principalmente porque era interessante para os próprios comerciantes chineses que eles se mantivessem próximos. Em novembro de 1529, a Corte aprovou o pedido do grande coordenador de Liang-Guang, Lin Fu, para reabrir Guangzhou ao comércio exterior[118]. Na petição, Lin Fu argumentou do ponto de vista institucional que, embora fosse apropriado expulsar o Folangji, por sua presença não ter sido autorizada, deve ser concedida permissão a países como Annam, Chenla, Sião, Champa, Java, Pahang e Malaca para prestar homenagem como haviam feito antes. Além disso, a restauração do sistema de supervisão do Comércio e Navegação Marítima (shibo tijusi / shibo si) beneficiaria a economia e ajudaria a aumentar a receita necessária para as despesas militares e administrativas das províncias. Também garantiria o fornecimento de produtos desses países que eram muito procurados. Ele reclamou que cortar Guangzhou do comércio exterior apenas incentivava atividades comerciais ilícitas em outros lugares ao longo da costa e destacou Zhangzhou em Fujian como um porto onde o comércio de contrabando estava florescendo e era abertamente tolerado pelas autoridades locais. Lin pediu que Guangzhou fosse reaberto ao comércio exterior e que o comércio ilegal em outros lugares fosse suprimido imediatamente[119].

Lin Fu excluiu os portugueses da petição porque sabia que depois das acusações de pirataria seria difícil obter a permissão da Corte para negociar com eles, mas após um ano da reabertura de Cantão para o comércio de tributo, os portugueses conseguiram obter alguns benefícios comerciais regulamentados, embora sua presença ainda fosse proibida pelo estado Ming. Uma prática adotada pelos portugueses após 1533 era acompanhar missões de tributo enviadas por seus aliados malaios, como Pahang e Pattani[120].

Durante o período de 1521 a 1549, os portugueses frequentemente conduziam seu comércio em conluio com oficiais locais que recebiam grandes propinas[121]. Sem dúvida,

---

[118] MSL - Shi-zong capítulo 106. 5a (In. WADE, 1994, p.2008-2009).
[119] "Memorial de Lin Fu" Yan Congjian [Shuyu zhouzi lu], p. 322–324.
[120] Ibid., p. 324.
[121] CRUZ, Gaspar da [Frei] (1996). Capitulo XV, p. 92.

os portugueses conquistaram a simpatia e o apoio dos chineses de todas as classes que estavam ansiosos por fazer negócios com eles. Contrabandistas locais, comerciantes e até pequenos oficiais forneceram aos portugueses informações sobre as condições comerciais e os movimentos das patrulhas governamentais (BOXER,1953). Marinheiros expatriados e pescadores locais atuaram como pilotos dos navios e juncos portugueses. Além disso, como observa Charles Boxer (1953), esse comércio de contrabando ao longo da costa de Fujian e Zhejiang nunca poderia ter alcançado tais proporções se não tivesse sido ativamente encorajado e apoiado pelos nobres locais.

Sobre as redes de contrabando, o autor Chin-keong Ng (1983) destaca dois grupos de pessoas: os da costa e o marítimo. O primeiro incluía "membros da elite local, como burocratas aposentados, corretores oficiais, famílias ricas e até o oficial da província". Desempenhavam o papel de "abrigar os estrangeiros", fornecendo depósitos para o contrabando e gerenciando a distribuição das mercadorias. O último grupo é mais diversificado: poderiam ser "parentes de famílias locais poderosas, pequenos comerciantes, vagabundos/miseráveis ou até criminosos. Eles formavam unidades armadas, arriscando suas vidas no mar e transportando o contrabando sob a severa penalidade da lei Ming". Essas pessoas eram mais propensas a recorrer à pirataria quando eram perseguidas pelas autoridades ou sob outras circunstâncias desesperadoras (CHIN-KEONG NG, p.50-51).

Famílias importantes ao longo da costa da China também foram fundamentais para o aumento do comércio ilegal por causa da "sua capacidade de fornecer capital e mão-de-obra" e "proteger empreendimentos marítimos ilícitos da interferência do governo"(CHIN-KEONG NG p.227). Como já mostrei no primeiro capítulo, a lei de proibição do mar nunca foi efetivamente aplicada contra "os ricos e os poderosos" da sociedade local. Quando seus navios eram apreendidos pelas guardas costeiras como comércio ilegal, eles simplesmente iam às autoridades locais e declaravam que os marinheiros eram servos seus que haviam sido incumbidos de enviar grãos e tecidos para outras províncias. Os oficiais liberavam os homens e as cargas sem hesitação. O autor Ng Chin-keong em seu texto *Trade and society: The Amoy network on the China coast, 1683—1735)* (1983), ao discutir sobre a relação da população litorânea com as leis de proibição comercial aponta casos em que os guardas costeiros foram sujeitos de falsas acusações feitas por parte da elite em retaliação por colocarem seus seguidores na prisão. Segundo ele, muito oficiais morreram na prisão sob essas circunstâncias e, por isso, tinham medo de ofender as famílias poderosas e sofrer o mesmo destino.

Assistidos por seus colaboradores que operavam nas redes de contrabando, os portugueses passavam o inverno em várias ilhas e ancoradouros abrigados, porém ocultos, ao longo das costas de Fujian e Zhejiang. Dependendo das circunstâncias, eles negociavam como comerciantes ou como piratas. A linha desenhada nas atividades do comércio ou da pirataria era verdadeiramente tênue e frágil. Como mostra, por exemplo, David Robison (2001) sobre a pirataria costeira:

> [Não] era um empreendimento nacionalista competitivo, mas um sistema construído sobre laços e lealdades pessoais dentro de coletividades concorrentes. Muitas vezes, chineses, japoneses, malaios etc. se uniam na mesma banda, um núcleo cosmopolita no qual vários outros, como cativos, refugiados, marinheiros naufragados ou abandonados podiam ser introduzidos (ROBINSON, 2001, p.36).

Há uma escassez de informações detalhadas sobre a vida desses piratas e suas relações com os mercados no oriente. Os contos das viagens de Fernão Mendes Pinto oferecem vislumbres dos aventureiros portugueses itinerantes ao longo da costa da China na época. Charles Boxer (1959) e Donald Ferguson (2017) dizem que a autenticidade dos relatos de Pinto permanece controversa. Ferguson, por exemplo, observa que o trabalho não é inteiramente uma invenção, mas muitos dos incidentes relacionados são pura ficção. No entanto, como Pinto era um observador contemporâneo e participante de muitos dos episódios que ele descreve, Ferguson sugere que podemos confiar em sua "visão geral da vida dos aventureiros portugueses daquela época no Extremo Oriente" (FERGUSON, 2017, p.47). O autor certamente testemunhou eventos semelhantes em algum lugar, e suas aventuras, “por mais maravilhosas que sejam, devem ser consideradas como tendo geralmente um pequeno substrato da verdade e baseando-se, se não no que viu ou fez, no que ouviu dos outros. Tomado com tanta luz, ele nos dá uma visão pitoresca da vida daqueles tempos[...] ” (FERGUSON, p. 68-69).

A história de Pinto contém uma referência a um corsário português “ousado e sem princípios” chamado Antonio de Faria[122], que percorreu toda a costa até Ningpo no início dos anos 1540, capturando embarcações e armando-as com prisioneiros portugueses que ele libertou ou com marinheiros mercenários a seu serviço. Ao mesmo tempo, ele tinha 4 navios e mais de 600 homens sob seu comando, dos quais apenas cerca de 50 eram portugueses. Por acaso, ele selou um relacionamento cordial com um chefe pirata chinês, Quiay Panjao, que tinha 30 portugueses a seu serviço. O conhecimento de Quiay Panjao

[122] PINTO, Fernão Mendes. Peregrinação, Capítulo 33, p.92 (1983).

com o povo da costa, que lhe permitiu adquirir todos os suprimentos e mercadorias que os portugueses exigiam para seus navios, ajudou muito Antonio de Faria (FERGUSON, 2017).

A situação costeira era fluida. A maioria dos chamados Wakou (piratas japoneses) eram de fato chineses, com os genuínos 'wo' ou japoneses desempenhando um papel secundário [123]. A situação se tornou ainda mais complexa quando contrabandistas portugueses e piratas japoneses cooperaram entre si ao longo da costa da China, algo que prevaleceu especialmente após 1543, quando os portugueses estenderam seu comércio ao Japão. Esta rede comercial mais ampla levou a um aumento das atividades portuguesas ao longo da costa da China, que coincidiu com um aumento nas atividades da pirataria japonesa (BOXER, 1953).

Ferguson (2017) aponta que as brigas entre diferentes grupos comerciais eram frequentes e levavam a invasões, saques e assassinatos. Conflitos, disputas e distúrbios na sociedade costeira "aumentaram gradualmente o nível geral de violência e instabilidade" e a presença de navios, armas e homens portugueses apenas agravou a situação turbulenta. As várias bandas envolvidas em atividades clandestinas geralmente cometiam atos de barbárie ao lidar com seus oponentes. Em uma ocasião, segundo Pinto, António de Faria manteve negociações sem sucesso com um mandarim para a libertação de alguns prisioneiros portugueses. Depois invadiu a cidade com 300 homens, incluindo 70 portugueses, e matou todos sem piedade. António de Faria permitiu que seus homens levassem o que queriam e depois incendiou a cidade[124]. Os autores colocam em dúvida a confiabilidade dessa história, mas eventos desse tipo também são descritos em fontes chinesas contemporâneas[125]. Como Zhu Wan, governador de Zhejian e, ao mesmo tempo, encarregado dos assuntos militares costeiros de Min-Zhe, observou em 1548, os chineses e estrangeiros residentes na costa de Zhejiang não apenas negociavam, mas também invadiam e saqueavam as regiões vizinhas[126].

Entretanto, em um primeiro momento pode parecer que o governo Ming era uma instância passiva e puramente corrupta com relação ao comércio marginal, sobretudo, quando este trazia tantos conflitos para o seu litoral. A verdade é que, conforme indicado

---

[123] O próprio Ming ShiLu (anais da Dinastia Ming) cita a presença de chineses nas embarcações acusadas de pirataria. Alguns relatos salientam até a ausência de japoneses. Para mais: MSL - Wu-zhong capítulo 91.10a-b.
[124] PINTO, Fernão Mendes. Peregrinação – Capítulo 156, p. 438 (1983).
[125] MSL – Wu-zhong capítulo 55: 10a (In. WADE, 1994, p. 1982).
[126] Ming jingshi wenbian [Ensaios coletados sobre a arte de governar da dinastia Ming] 205.13b.

anteriormente, a permissividade excessiva por parte dos chefes das províncias e, por assim dizer, do poder central em Pequim, estava na questão de que os estrangeiros, comerciantes ou contrabandistas, traziam para sua costa algo de extremo valor e do qual a China na época precisava desesperadamente: a prata.

2. A questão monetária chinesa e o comércio com Macau

2.1 O sistema monetário Ming e a prata

Antes de entrarmos diretamente nas atividades comerciais correntes entre Macau e o Mar da China, é importante compreender o papel que a expansão do comércio marítimo entre Macau, China e Japão teve para o desenvolvimento do sistema monetário chinês. A obtenção de seda de boa qualidade não era uma tarefa fácil para aqueles que não tivessem o necessário para comprá-la. Charles Boxer em seu livro *The Great ship from Amacon: annals of Macao and the old Japan trade, 1555-1640* (1959) cita de forma breve o exemplo de um comerciante holandês que escreve aos seus dizendo que "não deixaram de encontrar mercadorias na China [...], mas não conseguimos produzir o dinheiro para pagá-las" (BOXER, 1959, p.45), mostrando que era a prata o que os chineses realmente queriam dos comerciantes estrangeiros durante o final do século XVI e início do XVII. É possível perceber o desdenho que os chineses tinham com os produtos manufaturados que vinham do estrangeiro e muitas vezes exigiam que o pagamento fosse feito em espécie. A fim de ficarem mais claras as reais necessidades da China em permitir, por exemplo, que suas cidades costeiras infringissem constantemente as proibições de comércio, precisamos revisar algumas circunstâncias especiais do estabelecimento do sistema monetário Ming no final do século XIV.

Um dos desenvolvimentos mais importantes que afetou o sistema monetário Ming ocorreu quase duas décadas antes da dinastia ser fundada em 1368. Em meio aos crescentes problemas econômicos em muitas partes da China durante a década de 1340 e o reflexo de alguns outros vindos da Eurásia[127], a dinastia Yuan controlada pelos mongóis

[127] Entre as muitas dificuldades que surgiram na economia da Eurásia nessa época, estava uma série de fortes flutuações monetárias que afetaram adversamente a atividade comercial na Europa Ocidental, Oriente Médio, Sul da Ásia e Leste Asiático durante a década de 1340. Apesar das causas subjacentes dessas flutuações ainda não estarem totalmente compreendidas, alguns autores sugerem que pelo menos algumas delas estavam provavelmente relacionadas com a eclosão da chamada "Peste Negra" em algum lugar da Ásia Central nos anos imediatamente anteriores a 1546. A Peste Negra não só interrompeu o comércio internacional na Eurásia nesta época, mas também pode ter afetado seriamente a mineração de metais

(1279-1368) anunciou uma grande reforma monetária, na qual um novo tipo de papel-moeda seria impresso e distribuído pelo governo. Os tesouros dos Yuan careciam de reservas suficientes naquela época, no entanto, essas novas notas não eram conversíveis nem em metais preciosos, moedas de cobre ou tecido de seda como algumas das emitidas pelos mongóis anteriormente. Dado esse fato e também aos desastres naturais, levantes militares e surtos de doenças epidêmicas que estavam assolando muitas partes da China na época, não é de surpreender que essas novas notas não tenham mantido seu valor arbitrariamente atribuído. Na verdade, em meados da década de 1350, elas haviam se tornado virtualmente inúteis, encorajando assim o acúmulo de moedas de cobre de boa qualidade e ouro e prata não cunhados. Como será discutido a seguir, o valor da prata aumentou de maneira especialmente rápida nessa época. Nos anos seguintes, o sistema de crédito tornou-se cada vez mais difícil de se obter na China e a atividade comercial desacelerou causando o enfraquecimento da dinastia Yuan, que no final da década de 1360 cai, dando espaço uma nova era. Foi em meio a uma forte contração monetária em tudo, exceto moedas de cobre[128] de baixa qualidade e notas de papel emitidas pelo governo que ninguém queria, que o governo Ming assumiu o controle da China.

Os problemas monetários associados ao colapso da Mongólia tiveram um impacto significativo sobre a disposição do povo chinês em aceitar papel-moeda emitido pelo governo durante os primeiros anos da dinastia Ming. Quando a administração do imperador T'ai-tsu (1368-1398), ainda financeiramente fraca, imprimiu suas próprias anotações em papel em meados da década de 1370, por exemplo, as anotações foram recebidas com decidida falta de entusiasmo. Como seus últimos antecessores Yuan, essas notas Ming não podiam ser convertidas em ouro, prata ou tecido e, segundo o autor Boxer (1953) o seu valor diminuiu rapidamente.

Apesar do fracasso deste elemento-chave em sua política monetária, o início do governo Ming continuou a emitir grandes quantidades de papel-moeda, algumas das quais foram usadas como presentes para a nobreza, como subsídios e pagamentos de salários a funcionários do governo e como presentes para missões diplomáticas e comerciais no estrangeiro. Como as notas estavam caindo de valor durante o início do período Ming e

---

preciosos no Turquestão, Ferghana e Bukhara. Para mais ver o volume 1 da série The Cambridge Economic History of India. Ed. Tapan Rayachaudhuri e Irfan Habib (1982), p. 93-101.

[128] Como em muitas outras sociedades pré-modernas, a deterioração das condições econômicas e políticas no final da China imperial geralmente levava à cunhagem de moedas inferiores. O final do período Yuan não foi exceção, pois tanto os falsificadores quanto os rebeldes antigovernamentais produziram quantidades substanciais dessas moedas. Ver Ray Huang (1974).

porque não tinham nenhum valor monetário fora da China, provavelmente foram gastas o mais rápido possível, fazendo com que caíssem ainda mais em valor (ATWELL,1977). William Atwell (1977), salienta que o maior esforço do governo Ming no início foi o de tentar deter esse declínio, incluindo proibições periódicas no uso de moedas de cobre e outros metais preciosos em transações comerciais, porém não tiveram sucesso. Sendo assim, embora as notas de papel emitidas pelo governo continuassem a circular de forma limitada durante grande parte do restante da dinastia, elas não desempenharam um papel significativo na vida econômica da maioria dos chineses. No início do século XV, se não antes, a China havia entrado em uma nova era monetária na qual a prata não cunhada era negociada a peso[129] e as moedas feitas de cobre, tanto legais quanto falsas, eram as dominantes no mercado.

Dada esta situação, a atitude inicial do governo Ming em relação à mineração de ouro e à cunhagem de moedas de cobre é colocada como um tanto intrigante por alguns autores. Atwell (2008), por sua vez, coloca que quando o sistema monetário Yuan entrou em colapso em meados do século XIV, o valor da prata na China aumentou drasticamente[130]. O autor diz que entre 1346 e 1375, por exemplo, a proporção ouro-prata do país parece ter diminuído de 1:10 para cerca de 1:4 (ver Tabela 1), tornando a prata muito mais valiosa na China do que em qualquer outro lugar na Eurásia (ATWELL, 1977; WILLS, 2008).

---

[129] Por razões que não são completamente claras, mas que refletem o controle imperfeito do Estado sobre vários aspectos-chave da vida econômica, os governos pré-modernos na China raramente cunhavam moedas de ouro e prata, exceto para fins essencialmente cerimoniais. A unidade básica da prata não cunhada, muito preferida como meio de troca durante o final do período imperial, era um Hang ou "tael" (aproximadamente 0,037 kg). A prata circulava em "lingotes" de pesos e finuras variadas, portanto, necessitando do uso frequente de analisadores de caixas (ch'icn-p'u), "lojas de prata" (yin-p'u) ou " lojas de artesanato em prata "(jin-chiangp'u) para garantir a qualidade do metal apresentado como pagamento. Ver Lien-sheng Yang, Money and credit in China: A short history, 2nd (Cambridge, Mass., 1971), p. 79; e Joe Cribb, “A historical survey of the precious metal currencies of China" Numismatic Chronicle, 7th Ser., 19 (1979), p. 185-209.

[130] Embora o momento preciso para o aumento do valor da prata na China de meados do século XIV ainda não tenha sido determinado, pode ser significativo que aumentos semelhantes, embora um pouco menores, tenham sido datados em Florença dos anos 1345-47 e no Cairo entre os anos 1339 e 1347. Atwell, acredita que essas flutuações monetárias na Itália e no Egito tiveram suas origens em eventos ainda desconhecidos em algum lugar no "Extremo Oriente ou Oriente Médio". Uma explicação tradicional para o aumento do valor da prata no final da China Yuan é que os mongóis levaram grandes quantidades do metal de volta para a Mongólia quando fugiram de sua capital em Ta-tu em 1368. Somado a isso estava também a escassez internacional de prata, além do entesouramento causado por fatores econômicos e as incertezas políticas internas são, para William Atwell, explicações mais plausíveis para o aumento do valor da prata na China.

ANO	UNIDADES DE PRATA PARA UMA DE OURO
1282	7:5
1287	10:0
1309	10:0
1346	10:0
1375	4:0
1385	5:0
1386	6:0
1397	5:0
1407	5:0
1413	7:5
1426	4:0
1431	6:0

Fonte: William Atwell, Ming China and the Emerging World Economy. In: Mote & Twitchett (org.) The Cambridge History of China. London, 2008. P.376-416.

Nem o aumento dramático do valor da prata nessa época se limitou à sua relação com o ouro. Por exemplo, a pesquisa de William Atwell (1977) indica que durante os primeiros anos do governo Ming, uma unidade de prata comprou talvez o dobro de arroz e quase três vezes mais seda do que havia acontecido durante grande parte dos períodos das dinastias Sung (920-1279) e Yuan (1271-1368). Nessas circunstâncias, era de se esperar que o Ming T'ai-tsu encorajasse imediatamente o uso do ouro e, em particular, a mineração de prata para reforçar a posição econômica de seu novo governo (HUANG, 1974). Determinado a implementar seu próprio sistema de papel-moeda e aparentemente preocupado com a exploração de trabalhadores em mineração de grande escala, T'ai-tsu permitiu somente uma mina oficial durante seu reinado de trinta anos (1368-1398), Contudo, parece ser possível que a produção de prata na China durante o final do século XIV nunca tenha excedido 100.000 hang (aproximadamente 3.750 quilogramas) anuais. Em alguns anos durante esse período, a produção total pode ter ficado muito abaixo disso. Atwell (1977) ainda diz que uma vez que o governo Ming não teve sucesso em persuadir o povo chinês a usar suas notas de papel, talvez as consequências mais importantes dessa política restritiva de mineração foram reduzir o crescimento monetário e manter o valor da prata na China extraordinariamente alto para os padrões mundiais.

Nem o primeiro governo Ming obteve muito sucesso com sua cunhagem de cobre. Embora T'ai-tsu tivesse cunhado moedas de cobre antes mesmo de ascender ao trono Ming em 1368, Martin Heijidra (2008) diz que a escassez de cobre bruto e o desejo do imperador de ver seu novo papel-moeda aceito significava que nem ele nem seus conselheiros prestaram atenção suficiente aos detalhes financeiros e técnicos da produção de uma moeda metálica sólida e de baixo valor sob estrita supervisão do governo. As autoridades Ming ficavam tão preocupadas que as moedas oficialmente cunhadas competissem com as notas de papel emitidas pelo governo que pararam totalmente a produção delas e, como foi observado antes, até ordenavam proibições temporárias do uso dessas moedas em transações comerciais. Nenhuma dessas políticas foi bem-sucedida, mas tiveram um impacto significativo na quantidade e na qualidade das moedas de cobre em circulação. Por exemplo, acredita-se que o maior número de moedas emitidas pelo governo Ming em qualquer ano durante o final do século XIV tenha sido pouco mais de 220 milhões de moedas em 1372.

O autor Ray Huang (2008) diz que, durante alguns anos na dinastia Sung do Norte (960-1127), o estado chinês achou necessário produzir entre dois e três bilhões de moedas de cobre anualmente. Assim, para ele as falhas do governo Ming nesta área - falhas que nunca foram corrigidas pelos sucessores de T'ai-tsu - significaram que moedas de cobre de boa qualidade estavam em falta em muitas áreas do país ao longo da dinastia. No entanto, como as moedas de cobre eram extremamente necessárias para transações domésticas de nível inferior em algumas regiões e para o comércio internacional com o Japão e o sudeste da Ásia, essa escassez levou à contínua circulação de moedas de dinastias anteriores e à falsificação generalizada. Ao mesmo tempo, a necessidade de uma moeda de alto valor para transações comerciais em grande escala nos mercados doméstico e internacional trouxe uma maior dependência da prata não cunhada como meio de troca[131].

A disponibilidade de prata como meio de troca teve um impulso significativo com a usurpação do trono Ming pelo imperador Cheng-tsu (r. 1403-24) em 1402. Não apenas Cheng-tsu encorajou ativamente o governo controlado e o comércio exterior, o que provavelmente resultou no aumento das importações de prata de outras partes da Eurásia,

[131] Embora o ouro não cunhado circulasse em pequenas quantidades durante o período Ming, ele servia principalmente como reserva de valor, não como meio de troca. Para mais informações sobre as taxas cobradas pelo governo Ming ver: Ray Huang, Taxation and governmental finance in sixteenth-century Ming China (Cambridge, 1974).

mas também reverteu a política restritiva de T'ai-tsu sobre a mineração de ouro e abriu, ou reabriu, minas em muitas partes do império. Como os números da Tabela 2 sugerem, essa nova política resultou em um aumento significativo, embora temporário, nas quantidades de prata coletadas anualmente pelo governo central Ming com o que a documentação chama de “impostos de mineração”.

Receitas do governo Ming da mineração doméstica de prata, 1401-1520		
Década	Quilogramas	Média Anual
1401—10	48,719+	5,413+
1411—20	108,960	10,896
1421—30	74,760+	7,476+
1431-40	47,920+	5,324+
1441-50	10,866	1,811
1451-60	13,630	2,272
1461-70	23,051 +	2,305 +
1471—80	22,097+	2,210+
1481—90	30,090	3.009
1491—1500	19,896	1,900
1501—10	2,195	1,220
1511-20	12,345	1, 235

Fonte: Ray Huang. Taxation and govermental finance. In. Mote & Twitchett (org.), The Cambridge History of China, Vol.7. p.511-584.; William Atwell, Ming China and the Emerging World Economy. In: Mote & Twitchett (org.) The Cambridge History of China. London, 2008. P.376-416.

Embora os totais na Tabela 2 representem apenas as receitas oficiais da mineração e não a produção total, William Atwell (1977; 2008) acredita que o governo Ming levou cerca de 30% de todo o ouro produzido nas minas oficiais. A extensão da mineração "ilegal" não é conhecida, mas para os autores citados acima, parece provável que durante as primeiras três décadas do século XV, quantidades substanciais de prata extraídas na China não iam diretamente para as mãos do governo. Liang Fang-chung ainda acrescenta que, dadas as condições econômicas geralmente favoráveis no país naquela época e pelo alto valor da prata, também parece razoável acreditar que grande parte desse metal recém-extraído tenha chegado à circulação geral. Um sinal de que esse era o caso foi a decisão do governo Ming que em 1436 permitiu que as pessoas em partes de Nan-Chihli e nas províncias de Chekiang, Kiangsi, Hukwang, Fuchien, Cantão e Kwangsi comutassem

alguns de seus pagamentos de impostos para prata (ATWELL, 1977). Essa decisão foi importante porque significava que a comutação de impostos em pagamentos de prata tornou-se uma alternativa oficialmente sancionada que poderia ser usada quando houvesse prata suficiente circulando em uma determinada área para permiti-lo.

As comutações fiscais anunciadas em 1436 não significavam que os problemas monetários da dinastia Ming tivessem sido resolvidos. Ao contrário, como os números da Tabela 2 sugerem, começando na década de 1430, e talvez até antes, a crescente dependência da China da prata não cunhada como meio de troca pode ter sido acompanhada por um declínio significativo na produção doméstica de prata. Dado o valor especial do sistema monetário Ming, tal desenvolvimento naturalmente teria um impacto sério e muito negativo na taxa de crescimento da oferta de moeda. Nem foi a situação monetária da dinastia ajudada pela contínua incapacidade do governo de produzir um suprimento adequado de moedas de cobre[132], pela exportação contínua de tais moedas para o Japão e sudeste da Ásia[133], ou pelo acúmulo de metais preciosos que provavelmente ocorreu durante o graves problemas econômicos e políticos dos reinados de Cheng-t'ung, Ching-t'ai e T'ien-shun (1436-1464). A gravidade da contração monetária na China durante meados do século XV talvez seja indicada pelo o fato de que, apesar do início de importações substanciais de cobre bruto do Japão, Ray Huang (1974) diz que até mesmo os falsificadores ativos e engenhosos do império Ming tinham dificuldade em produzir moedas aceitáveis nesta época.

As condições econômicas e políticas na China melhoraram um pouco durante o final do século XV e início do século XVI, uma situação que provavelmente foi acompanhada pela diminuição da acumulação de metais preciosos e pelo aumento das importações de prata do exterior[134]. Mesmo assim, a economia Ming continuou a operar

---

[132] Huang cita que aparentemente o governo não produziu nenhum tipo de moeda entre 1430 e o final do século XV. (Taxation and governamental finance, 1974).

[133] Para uma discussão recente sobre essas exportações, ver Tetsuo Kamiki e Kozo Yamamura, "Silver mines and Sung coins — A monetary history of medieval and modern Japan in international perspective." In Precious metals in the later medieval and early modern worlds, ed. J. F. Richards (Durham, North Carolina, 1983), pp. 336-346.

[134] Como será discutido abaixo, a produção de prata na Europa aumentou substancialmente durante o final do século XV e início do século XVI. Parte dessa grande produção logo seria usada no comércio internacional entre a Europa, o Oriente Médio e a Ásia. Não é possível determinar quanto da prata europeia acabou na China, já que praticamente toda ela teria sido derretida e fundida em lingotes. No entanto, William Atwell (2008) e Ray Huang (1974) apontam que pelo menos um grosso de prata veneziano do século XV foi descoberto em uma tumba em Cantão, que data do final dos anos 1480 ou início dos anos 1490.

sob severas restrições monetárias. O papel-moeda permaneceu inaceitável para o público chinês, as tentativas do governo de reformar sua cunhagem de cobre foram em grande parte malsucedidas e a produção doméstica de ouro era baixa e pode até ter diminuído. Dado o rápido crescimento populacional que se acredita ter ocorrido na China após cerca de 1500, era de se esperar que o país em breve experimentasse um crescimento monetário dolorosamente lento ou, por causa do desgaste causado pelo comércio de metais preciosos, até mesmo uma contração monetária (ATWELL, 2005). Essas possibilidades foram evitadas pela falsificação contínua de moedas de cobre e, mais importante, pelo que Atwell (2005) e Pomeranz (2000) chamam de "revolução" na história monetária mundial.

Em resumo os autores apontam duas fases dessa “revolução” que ajudaram no desenvolvimento da economia da China; a primeira foi o rápido crescimento da produção de ouro na Europa Central em meados do século XV, “injetando sangue na atividade econômica da Europa” que voltava mais uma vez para buscar os produtos de luxo do oriente (ATWELL, 2005). Na década de 1490, grandes quantidades de prata europeia estavam mais uma vez fluindo pelas regiões de comércio do Mediterrâneo e do Oriente Médio para pagar por pimenta, especiarias, sedas, algodão e pelo menos algumas das porcelanas chinesas do final do século XV. Charles Boxer (2011) observa que foi justamente nas últimas décadas do século XV que uma segunda grande onda de porcelana chinesa azul e branca atingiu o Oriente Próximo. Como vimos, essa onda logo se espalhou pela Itália, Portugal e outras áreas da Europa Ocidental.

Segundo ponto: o aumento da produção de prata na Europa durante o final do século XV e início do século XVI foi importante para a economia chinesa porque ajudou a financiar as grandes "viagens de exploração" que levaram à descoberta das riquezas minerais do Novo Mundo (BOXER, 2011). Inicialmente atraídos para o continente americano pela perspectiva de encontrar ouro, nas décadas de 1530 e 1540 os espanhóis estavam conseguindo moedas de prata em grandes quantidades. O mais importante dessa produção de prata ocorreu em Zacatecas, Guanajuato e San Luís Potosí na Nova Espanha (moderno México) e em Potosí e outras áreas no distrito de Charcas do Alto Peru (atual Bolívia). A prata dessas minas entrou em circulação internacional quase imediatamente, mas só depois que o processo de amálgama de mercúrio para refino foi disseminado por toda a América espanhola, depois de cerca de 1550, a produção atingiu as alturas que transformariam a história monetária mundial (MACLEOD, 2001). Em Potosí, no Alto Peru, o mercúrio foi usado pela primeira vez no início de 1570 e logo transformou-se em uma técnica de fácil extração do metal, possibilitando a produção de grandes quantidades

em um espaço curto de tempo. Em 1571 a produção média anual era de 41,048 kg, mas depois da introdução do processo de amálgama da prata com o mercúrio a média de produção foi para 124,050 kg no quinquênio entre 1576-1580, chegando até 208,359 kg no início do século XVII. Nos fins do século XVI a prata de Potosí, e de outras minas do Novo Mundo, fluía para a China ao longo de três rotas comerciais principais, a mais importante das quais ia de Acapulco, na costa oeste do México moderno, a Manila nas ilhas Filipinas (MACLEOD, 2001).

De particular importância aqui é o fato de que parte da prata do Novo Mundo que chegou à Espanha durante esses anos foi enviada para Portugal, de onde saia em direção a Índia, Sudeste Asiático e China para comprar pimenta, especiarias, seda crua, seda têxtil, ouro e porcelana. Tanto Atwell quanto Boxer concordam em dizer que, apesar de não estar disponível uma informação estatística fiável sobre o comércio direto sino-português durante este período, estima-se que, já na década de 1530, talvez 40.000 a 60.000 peças de porcelana chinesa chegavam a Lisboa todos os anos da Ásia (ATWELL, 2008; BOXER, 1959). Boxer ainda acrescenta dizendo que, na década de 1540, a elite lisboeta teria vestido sedas chinesas, bebido chá chinês e feito pedidos especiais de porcelana Ming com motivos portugueses.

Embora as quantidades de prata enviadas para a China em navios portugueses durante o início do século XVI fossem relativamente pequenas, aumentaram drasticamente à medida que a produção de prata do Novo Mundo começou a disparar depois de cerca de 1550. No final do século XVI, os portugueses provavelmente transportavam entre 6.000 e 30.000 quilogramas de prata anualmente para Macau (BOXER, 1959). Em 1601, por exemplo, apenas um dos três navios portugueses com destino a Macau vindos do Sudeste Asiático perdeu-se no Mar do Sul da China com uma carga de especiarias e cerca de 10.000 quilogramas em moedas de prata portuguesas. “Dois anos depois, uma nau com destino a Lisboa apreendida pelos holandeses carregava 1.200 fardos de seda crua chinesa e talvez 200.000 peças de porcelana Ming (BOXER,1959). O que para Charles Boxer não traz surpresa quando encontramos relatos de pacientes de um hospital português em Goa que comiam suas refeições servidas em pratos chineses ou que a porcelana Ming era um artefato comum entre os portugueses residentes do Brasil ou que havia pelos menos 6 lojas em uma única rua em Lisboa especializadas na venda da porcelana chinesa.

Entretanto, para além da prata euro-americana, a China também tinha no vizinho Japão uma rica fonte de abastecimento do metal, o problema estava só na questão política

com os wakous. O forte aumento na produção de prata japonesa durante o final do século XVI e início do século XVII, segundo Momose Hiromu (1935), é parcialmente atribuível à unificação gradual do país pelos líderes militares Oda Nobunaga (1534-1582), Toyotomi Hideyoshi (1536-1598) e Tokugawa Ieyasu (1542-1616), os dois últimos foram particularmente sensíveis aos benefícios econômicos e políticos da mineração de ouro. O autor ainda observa que ainda mais importante do que o movimento em direção à unificação política, foram os avanços tecnológicos na fundição e no refino dos metais preciosos que foram introduzidos no país pelos estrangeiros durante o século XVI.

Por volta de 1600, os mineiros japoneses parecem estar familiarizados com a maioria das técnicas metalúrgicas importantes então empregadas por seus colegas em outras partes do mundo. Embora não existam dados confiáveis sobre a produção geral do ouro japonês durante este período, Tetsuo Kamiki e Kozo Yamamura (1983) estimam que entre 1560 e 1600, as exportações de prata do país foram em média de 33.750 a 48.750 quilos por ano. Uma estimativa talvez alta, mas não é impossível. Apesar da interferência do governo Ming, alarmado com a força militar japonesa no pós- unificação, Kobata diz que comerciantes japoneses e chineses exportavam grandes quantidades de prata do Japão para a China neste período. A eles se juntaram nesta atividade os portugueses, que se tornaram importantes intermediários no comércio sino-japonês durante meados do século XVI. Na década de 1580, os portugueses provavelmente exportavam mais de 15.000 quilos de prata do Japão todos os anos, um total que se acredita ter aumentado substancialmente no final do século (BOXER, 1959; 2011).

As exportações de prata japonesa continuaram a se expandir após o estabelecimento do Shogunato Tokugawa em 1603. O historiador Kobata Atsushi (1978), acredita que, em alguns anos durante o início do século XVII, entre as exportações combinadas de prata japonesa para os chineses, os navios portugueses e holandeses podem ter atingido entre 150,000 e 187,500 quilogramas. Esta estimativa foi aceita com pequenas modificações por outros especialistas como Iwao Seiichi (1976), Kamiki, & Yamamura (1983). Embora as restrições do governo Ming ao comércio Sino-Japonês significassem que grande parte desta prata primeiro teve que ir para Macau, Taiwan ou outro porto no Sudeste da Ásia, a maior parte acabou na China, onde comerciantes chineses o trocavam avidamente por seda crua, tecidos de seda e algodão, porcelana, ouro e outros bens para o mercado doméstico japonês em rápida expansão (BOXER, 1959). Alguma indicação da taxa de crescimento desse mercado pode ser obtida do fato de que entre o final do século XVI e o início da década de 1630, as importações japonesas de

seda crua, a maioria das quais Kobata Atsushi (1978) aponta como sendo da China, aumentaram de cerca de 60.000-90.000 kg por ano para talvez até 280.000 kg. Tais números ajudam a explicar a seguinte declaração do Padre João Rodrigues, jesuíta português que viveu e trabalhou no Japão de 1577 até sua expulsão pelas autoridades de Tokugawa em 1610:

> O uso da seda nos tempos antigos, e mesmo até a época em que fomos ao Japão, era raro e devido à sua escassez, as pessoas comuns não a usavam, nem mesmo a pequena nobreza e os senhores, mas raramente [...]. Mas desde a época de [Hideyoshi, 1582-1598], tem havido uma paz geral em todo o reino e o comércio aumentou tanto que todo o país usa mantos de seda; até mesmo os camponeses e suas esposas têm faixas de seda e os que estão em melhor situação usam mantos de seda.[135]

Um comerciante espanhol familiarizado com as condições econômicas do Japão no início do século XVII corrobora o relato de Rodrigues: "o povo [japonês] passou a se vestir com mais luxo do que nunca e a seda crua importada da China e de Manila agora não é suficiente para atender à demanda (...)". Como foi sugerido anteriormente, um fator na intensa demanda dos chineses por prata estrangeira durante o final do período Ming foi a natureza especial do sistema monetário da dinastia. Como a produção de prata na China era inadequada para satisfazer as necessidades domésticas, o valor da prata no país permaneceu muito alto para os padrões mundiais até o século XVII (ATWELL, 1977). Os mercadores chineses ficaram, portanto, encantados em encontrar comerciantes estrangeiros dispostos a trocar prata por produtos chineses. Fernão Mendes Pinto chega a observar que naquela altura os chineses aceitavam apenas prata por seus produtos, "pois eles não gostam de ouro, nem de nenhuma outra mercadoria em troca, nem as levam para a China"[136].

Parece haver um certo consenso entre os autores sobre o impacto significativo que as importações do Novo Mundo e da prata japonesa tiveram na economia no final da China Ming (ATWELL, 2005). A evidência estatística desse impacto pode ser encontrada no aumento acentuado das receitas registradas pelo governo central Ming após 1570[137],

---

[135] Carta de João Rodrigues para o Colégio dos Jesuítas em Macau. In.: OKA Mihoko. A memorandum by Tçuzu Rodrigues: The office of Procurator and Trade by the Jesuits in Japan. Bulletin of Portuguese/Japanese Studies, n° 13, Nova de Lisboa University, Portugal, dez/2006, pp. 81-102.

[136] PINTO, Fernão Mendes. Peregrinação – Capítulo 15, p.47 (1983).

[137] Entre 1570 e 1577, as receitas anuais do T'ai-ts'ang, que era a principal agência de recebimento de impostos do governo central Ming para impostos coletados em prata, supostamente aumentaram de 86.500

em aumentos semelhantes nas coleções de prata por governos locais ao longo da costa sudeste[138] e nas mudanças dramáticas que ocorreram nas proporções bi-metálicas da China durante o final do século XVI e início do século XVII. Por exemplo, embora o poder de compra de prata na China para seda, porcelana e muitos outros produtos permaneceu muito alto para os padrões mundiais, Ray Huang (1974) diz que entre 1568 e 1644 a proporção prata-ouro aumentou na região de 6% para talvez 10%. Enquanto que entre 1577 e o início de 1620, a proporção de prata da China diminuiu de 22 % para 11% (HUANG, 1974). Em ambos os casos, essas mudanças refletem, pelo menos em parte, sobre as importações de prata, discutidas acima, e as exportações de ouro não cunhado e moedas de cobre, fatores importantes para o crescimento do comércio Ming com o Japão e o sudeste da Ásia. De particular importância aqui é o fato de que essas mudanças nas proporções bi-metálicas foram paralelas a mudanças semelhantes no Novo Mundo, Europa, Sul da Ásia e Japão, fornecendo assim mais evidências da integração gradual do império Ming no que Sanjay Subrahmanyam (1995) chama de uma economia mundial emergente.

À medida que o ritmo dessa integração aumentou, a China Ming experimentou um aumento acentuado na especialização e comercialização agrícola, rápido crescimento nas indústrias de seda, algodão e porcelana, uma expansão significativa no comércio inter-regional, e a ampla implementação do denominado "Método de chicote único" de tributação, pelo qual a maioria dos impostos fundiários, obrigações de serviço de trabalho e impostos extras eram comutados em pagamentos em prata (HEIDJRA, 2008; ATWELL, 2008). O impacto desses desenvolvimentos foi particularmente notável na região economicamente avançada do baixo Yangtze (rio). William Atwell (2008) diz que a

---

kg de prata para 163.478 kg (números aproximados). Esse aumento ocorreu, deve-se notar, logo após o governo Ming ter relaxado algumas de suas restrições ao comércio marítimo (1567) e o comércio sino-japonês ter recebido um impulso com a fundação de Nagasaki (1570). Em 1577, a quantidade de prata que entrava no T'ai-ts'ang era quase o dobro do total mais alto registrado na década de 1560 e, até o final da dinastia, as receitas de prata provavelmente nunca estiveram abaixo de 100.000 quilos por ano. Embora outros fatores tenham contribuído para isso, parece claro que o aumento acentuado nas receitas de prata do governo durante este período estava diretamente relacionado a um aumento sem precedentes no comércio exterior e nas importações de prata. Para mais, ver Ray Huang (1974).

[138] Durante o final do século XVI, Yueh-kang, no condado de Hai-ch'eng, em Fukien, tornou-se um dos principais portos da China, com uma rede comercial que se estendia do Japão ao sudeste da Ásia. Entre cerca de 1570 e 1594, a prata arrecadada como taxas para certas licenças e direitos alfandegários em Hai-ch'eng aumentou de aproximadamente 113 quilos anuais para mais de 1.088 quilos. Agora é geralmente aceito que esse aumento foi devido quase inteiramente à expansão do comércio exterior de Yueh-kang durante esses anos e é, portanto, um indicativo do aumento da prata japonesa e hispano-americana no mercado em Fukien e, finalmente, na economia chinesa. Ver Ray Huang, Taxation and governmental finance, p. 235.

demanda interna e externa por produtos de algodão disparou no final do século XVI, fazendo com que cada vez mais pessoas nos arredores de Sung-chiang se voltassem para a tecelagem e o comércio em tempo integral. Como foi o caso em Soochow[139], a população de Sung-chiang cresceu dramaticamente durante o final do século XVI e início do século XVII e até mesmo as pequenas cidades comerciais na zona rural próximas a costa, tornaram-se centros prósperos de tingimento e dimensionamento (HEIDJRA,2008).

Finalmente, como Ng Chin-keong (1983) e William Atwell (1977, 2005) e outros demonstraram, a expansão do comércio com a Ásia, Europa e o Novo Mundo teve um impacto profundo nas áreas da China que estavam diretamente envolvidas no comércio marítimo. Como um orgulhoso nativo da região costeira do sul da Província de Fukien escreveu no início do século XVII:

> Durante o reinado do imperador Wanli [r. 1567-72], as leis que restringiam o comércio com estrangeiros foram abolidas. Portanto, mercadores de todo o país migraram para a costa [sudeste], onde construíram embarcações à vela e se dispersaram pelas rotas comerciais marítimas do leste e oeste [....] A quantidade de dinheiro que eles negociavam era de 100 mil taeis de prata anualmente. Público e privado tornaram-se mutuamente dependentes, e [a costa sudeste] tornou-se o Tesouro do Sul do imperador.[140]

Em 1639, outro nativo da costa de Fuchien expôs suas razões para apoiar o envolvimento contínuo da China no comércio marítimo: 1) a seda e tecidos de seda da China eram frequentemente vendidos pelo dobro do preço doméstico nas Filipinas e no sudeste da Ásia; 2) a porcelana e outros produtos chineses também eram altamente valorizados no exterior; e 3) um grande número de artesãos desempregados da China encontraram trabalho nas Filipinas. Este escritor explicou que os espanhóis não tentaram negociar por bens e serviços, mas sim pagaram por elas com "moedas de prata" (jin ch'ien). Não foi dito na nota se acreditava que quando essas moedas foram importadas para a China, tiveram um impacto positivo na economia Ming em geral e na economia de Fukien em particular (ATWELL, 2008).

Embora a prata estrangeira trouxesse certos benefícios para a China, também criava alguns problemas. Por exemplo, Atwell (1977) fala que apesar das importações de ouro terem falhado em resolver completamente a escassez crônica de metais preciosos na

---

[139] Cidade da costa chinesa que se desenvolveu bastante durante o auge do comércio marítimo com o estrangeiro.
[140] MSL - Shen-zong capítulo 493.3a-b (In. WADE, 1994, p.2431).

dinastia Ming, durante o final do século XVI e início do século XVII, contribuíram para o crescimento urbano rápido, para a especulação empresarial desenfreada e, em certas partes do país, pelo menos, a subida significativa dos preços dos produtos para o mercado externo[141]. A estabilidade econômica que se seguiu foi exacerbada pelo fato de que, durante esse período, alguns comerciantes e produtores chineses passaram a depender excessivamente da expansão contínua da economia monetária. Por causa do estado de depressão da indústria de mineração doméstica e por causa dos problemas que continuaram a atormentar a produção de moedas de cobre na China, a economia monetária em si passou a depender em grande parte das importações de prata para aumentar o fornecimento de dinheiro a um ritmo que mantivesse a confiança de empresários e consumidores.

Por isso a mediação portuguesa e a sua fixação em Macau foi tão importante para a dinastia Ming durante o período estudado. Porque eram os portugueses, e os espanhóis de Manila, que movimentavam a entrada de prata e a saída dos produtos manufaturados chineses tão desejados, tanto na Europa quanto no vizinho Japão.

2.2 Troca da seda pela prata

Quando os portugueses chegaram no Japão encontraram uma região sedenta por produtos vindos do continente e aberta às trocas comerciais, provocando neles o desejo de participarem desses negócios, sobretudo no trato da prata. Em suas cartas Luís Fróis, jesuíta que foi superior da Companhia de Jesus do Japão, em 1578, nos transmite uma imagem de fragilidade quanto às embarcações japonesas e a de pouca experiência no mar, quanto às tripulações[142]. Porém, tal visão não corresponderia à realidade, uma vez que os japoneses frequentemente contatavam os povos vizinhos, apesar de usarem modestas embarcações em comparação com as Ibéricas. Como já vimos, os japoneses e chineses não se comunicavam diretamente, oficial e legalmente, em grande parte devido aos

---

[141] Como a China ficou submonetizada durante o final da era Ming, o país não parece ter experimentado a dramática inflação de preços que afetou certas partes da Europa, o Novo Mundo e o Oriente Médio durante o final do século XVI e início do século XVII. No entanto, em áreas onde a prata estrangeira circulava com relativa liberdade, como a costa sudeste, o delta do Yangtze e o corredor do Grande Canal, há evidências de inflação de preços significativa em certas épocas durante o final do século XVI e início do século XVII. Ver Rawski, *Agricultural change and the peasant economy of South China,* p. 2 5; Albert Chan, "The decline and fall of the Ming dynasty, A study of internal factors" (Diss., Harvard University, 1953), pp. 97-98,116-17; James Geiss, "Peking under the Ming, 1368-1644" (Diss., Princeton University, 1979), pp. 144 ff; Peterson, *hitter gourd,* PP- 7O-73.

[142] Luís Fróis. História do Japam: 1565-1578. Vol. 2. Capitulo 12, p.129-132 (Lisboa, 1976)

ataques dos wakos às costas sínicas. Essa situação, associada à visão de superioridade do dos chineses, levaram à proibição dos contatos, incluindo os comerciais. Daí que, nessa conjuntura, os portugueses viessem a assumir um papel de intermediários mercantis.

Contudo, os contatos pessoais entre os mercadores lusos e os nipônicos esperaram trinta anos para acontecer, não havendo uma explicação lógica para a demora, uma vez que os comerciantes japoneses se deslocavam até os mais diversos portos localizados no Mar da China, ainda que o fizessem com pouca frequência. Tais viagens, ou até o ouvir falar dos japoneses, teriam possibilitado o encontro entre os agentes em questão, muito mais cedo.

O debate em torno do assunto não gera uma interpretação fácil pois, na opinião do historiador William Atwell (2005), é de salientar que a exploração da prata em grandes quantidades no Japão já começa a partir da década de quarenta do século XVI, nas províncias de Tajima (Minas de Ikuno) e na ilha de Sado. Desta forma, torna-se aceitável pensar que até aí não houve interesse dos portugueses em abrir uma rota regular para as ilhas japonesas, havendo, de resto, a falta de informação sobre a potencialidade econômica do arquipélago e também os constantes ataques de piratas, oriundos dessa região. Uma outra explicação pertinente, e que pode constituir uma possível justificação para o contato tardio, é a falta de conhecimento do regime de ventos e das correntes marítimas, bem como do relevo marinho, por parte dos portugueses[143].

Diante de tal problemática, é interessante pensar que os lusitanos e os japoneses já se conheciam, dado que os primeiros se encontravam no Sudeste Asiático desde 1511, período da conquista de Malaca. Ou seja, era uma questão de tempo para que os portugueses transpusessem as dificuldades de navegação em mar desconhecido e, por fim, atingissem o Japão. Decerto, o não terem informações das riquezas do arquipélago em questão é a justificativa mais usada pelos autores especializados, dado que a exploração do minério de prata apenas começou nos anos quarenta dos 1500. Fernão Mendes Pinto também aborda os primeiros contatos com o arquipélago japonês, colocando-se no evento, fazendo referências à prata existente "(...) Cõ grãde soma de caixões cheyos de prata pêra fazer fazenda (...)"[144].

No mapa a seguir, encontram-se as ilhas do Japão, com Nagasaki no extremo sul do arquipélago, primeiro local em que as embarcações aportavam quando se dirigiram à região. Num pequeno espaço à parte, do referido mapa, encontra-se o arquipélago Ryukyu,

---

[143] Luís Fróis. Historia do Japam: 1565-1578. Vol. 2. Introdução, p.21-22 (Lisboa, 1976).
[144] PINTO, Fernão Mendes. Peregrinação – Capítulo 71, p.198 (1983).

importante pelo papel desempenhado pelos seus moradores/comerciantes, os Léquios[145], durante todo o período analisado e por todo o Sudeste Asiático. Nas fontes da época, essa gente já tinha uma imagem de riqueza e de competência mercantil junto da comunidade de Malaca. Por exemplo, Fernão Mendes Pinto refere que as ilhas Léquias eram ricas em cobre, produto bastante requisitado pela China, Japão e ilhas no Mar da China. Ele também menciona a existência de mantimentos, principalmente arroz e trigo, mel, açúcar e gengibre, para além de ferro, chumbo, estanho, salitre, enxofre, madeira, prata, pérolas, âmbar, incenso, sedas, entre muitas outras mercadorias[146].

Figura 8 – Sul do Japão

Já foi dito que a interdição entre o Japão e a China, era frequentemente desrespeitada, dando credibilidade ao testemunho de Fernão Mendes Pinto que diz, no meado do século XVI, não haver um porto ou enseada que não tivesse dezenas de juncos chineses. Chega mesmo a afirmar que da China ao Japão teriam ido cerca de duas mil embarcações, na veniaga passada[147]. A seda era muito barata, mas os chineses também

[145] Ibid,. p. 198.
[146] PINTO, Fernão Mendes. Peregrinação – Capítulo 75, p.215 (1983).
[147] PINTO, Fernão Mendes. Peregrinação – Capítulo 121, p.354 (1983).

transportavam outras mercadorias de valor para os nipônicos. Uma delas era uma tinta chamada alvaiade, cosmético que as japonesas usavam para maquiar a face. Charles Boxer ainda diz que os mercadores chineses eram ávidos compradores desta tinta que encontravam em Bornéu e levavam para o continente para tratar e depois vender para o Japão (BOXER, 2011). Na China, a tinta era usada no teatro e na ópera, os artistas a utilizavam para melhor caracterização de suas personagens e também para a maquiagem feminina, em ocasiões especiais[148]. Ou seja, a necessidade das trocas e dos lucros emergentes das mesmas falava mais alto que qualquer proibição oficial. Daí que seja fácil entender que o contrabando e o trato não oficial florescessem naquela vasta região, plenamente justificados pela riqueza e bem-estar que traziam às comunidades ribeirinhas envolvidas. A prata, sendo um metal muito requisitado pela China, era algo que os japoneses possuíam em grandes quantidades, chegando o senhor de Bungo - uma das províncias do Japão - a distribuí-la para os pobres[149]. Por sua vez, o Japão revelava-se um comprador ansioso da seda chinesa[150].

Uma informação interessante, citada com grande importância por Frei Gaspar da Cruz, é que a comunicação entre chineses e japoneses era feita através da escrita sínica, considerada língua franca[151]. Haveria assim um bom domínio dos caracteres chineses, possibilitando a boa compreensão no ato de compra e venda. Isso também se dava pela questão que hoje nos é parecida com o uso do inglês no trato internacional, a China, tanto para a época como para a região, era uma potência comercial e exigia que os países que quisessem entrar em suas feiras soubessem ao menos o básico do mandarim para serem bem-sucedidos.

A partir de 1569, Nagasaki tornou-se o maior centro comercial luso-nipônico. Por ali navegavam os comerciantes lusitanos na busca de produtos, designadamente a já citada prata em troca da seda chinesa, levando consigo artefatos europeus e indianos, como obras de arte, armas de fogo, drogas, produtos aromáticos, peças de algodão, lã, ou até cabeleiras femininas oriundas da China, muito apreciadas pelas japonesas[152]. A viagem Goa-Nagasaki, levada a efeito pelos lusos, em 1607, chegou à quantia de oitenta a cem mil cruzados, sendo a mais lucrativa de todas as rotas percorridas pelos portugueses no

[148] CRUZ, Gaspar da [Frei] (1996). Capitulo V, p.42.
[149] Luís Fróis. História do Japam: 1565-1578. Vol.2. Capítulo 64, p.83 (Lisboa, 1981).
[150] PINTO, Fernão Mendes. Peregrinação – Capítulo 121, p. 354 (1983).
[151] CRUZ, Gaspar da [Frei] (1996). Capítulo XIV, p.89.
[152] Luís Fróis. História do Japam: 1565-1578. Vol. 2. Capítulo 56, p.4 (Lisboa, 1981).

período[153]. A viagem entre Macau e a cidade japonesa levava cerca de vinte dias, um curto espaço de tempo que se tornava apelativo para os comerciantes portugueses.

Charles Boxer (2011) diz que o equipamento bélico dos portugueses também serviu como fator para convencer os japoneses quanto à presença estrangeira, dado que desconheciam a tecnologia das armas trazidas por aqueles europeus. Por outras palavras, a chegada e presença lusa foi útil e interessante para aquele povo. No início, iam vários barcos portugueses até o referido arquipélago, mas, com o passar dos anos, a rota foi entregue apenas ao barco negro -assim designado devido à sua cor -embarcação que fazia a rota entre Goa e Nagasaki, através de Malaca e Macau (BOXER, 2011). A imagem a seguir mostra as principais rotas comerciais que saiam da Nagasaki para o Sudeste Asiático:

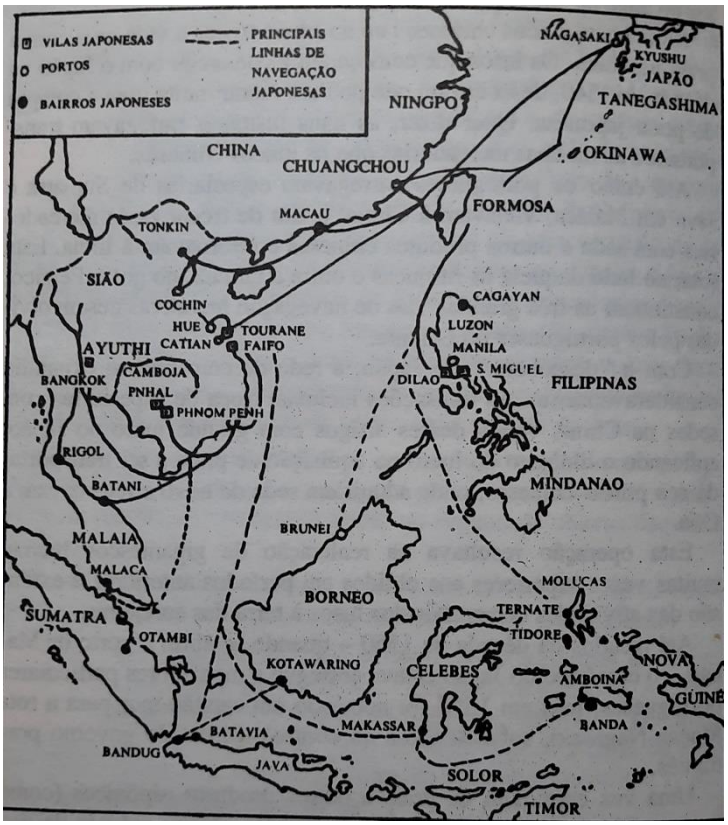

Figura 9 – Rotas usadas pelos portugueses[154]

Dada a importância desse comércio para Portugal, Filipe II, em 14 de abril de 1595, publicou uma lei que proibia outra embarcação de ir ao Japão para negociar seda.

[153] Luís Fróis. História do Japam: 1565-1578. Vol. 2. Capítulo 57, p14 (Lisboa, 1981).
[154] Imagem tirada de YAMASHIRO, José. Choque Luso no Japão dos séculos XVI e XVII. São Paulo: IBRASA, 1989, p.98.

Ou seja, a Coroa, percebendo o lucro que estava subjacente a essa rota, tratou de a controlar para evitar que a mesma caísse nas mãos dos soldados da fortuna (MONTEIRO, 2011).

Monteiro (2011) diz que a entrega anual dessa viagem era muito importante para os contemplados, chegando a haver benesses, como no ano de 1611, em que a viagem foi doada à Rainha Margarida de Áustria, esposa de Filipe II de Portugal, para edificar o Mosteiro de Sta. Isabel das freiras Agostinhas Descalças, ainda que o assunto só chegasse à ordem em 1617[155]. Portanto, podia ser doada a instituições de assistência como o hospital de Goa ou às próprias fortalezas para o seu reparo. A autora ainda acrescenta que houve o momento de o rei solicitar ao "vice-rei de Goa que fizesse subir o preço aos vinte e cinco mil xerafins, porque tinha a informação que dariam tal quantia por ela" (MONTEIRO, 2011, p.244). E mais, que se arrecadasse a pimenta, drogas e outras mercadorias em boas condições de transporte para serem enviadas para a corte[156]. Na maioria das vezes, a viagem foi atribuída ou vendida a elementos da nobreza mercantil. Apesar das constantes queixas da elite macaense, relativas ao decréscimo do lucro auferido, devido à irregularidade havida nos anos trinta, o certo é que, em 1636, três anos antes da expulsão dos portugueses, o vice-rei da Índia informava o monarca que o comércio com o Japão e com Manila tinha sido "muito rendoso"[157]. Numa carta do capitão-geral de Macau, datada em 29 de dezembro de 1637 para o vice-rei informava-se que "nesse ano e destes navios de Jappão tirarão pª a Cidade oitenta mil taeis"[158].

Esse comércio floresceu e desenvolveu-se entre a fundação da cidade de Macau até 1640. Tal florescimento manteve uma relação direta com os acontecimentos político-culturais havidos no Japão, na época indicada, os quais convém analisar para se compreender as razões da expulsão lusa do trato nipônico, fato que tanto condicionou a vivência e comportamento da comunidade macaense na segunda metade do século XVII.

---

[155] Carta do rei D. Felipe II ao vice-rei de Goa. A.N.T.T. In.: Livro das Monções, liv. 21, fl. 237.
[156] Cartas emanadas por Pedro da Silva a D. Felipe II, e outros documentos. A.N.T.T. In.: Livro das Monções, liv. 41, fl 106.
[157] Cartas emanadas por Pedro da Silva a D. Felipe II, e outros documentos. A.N.T.T. In.: Livro das Monções, liv. 35, fl 27-28.
[158] Cartas emanadas por Pedro da Silva a D. Felipe II, e outros documentos. A.N.T.T. In.: Livro das Monções, liv. 41, fl 185-186.

3. A expulsão dos jesuítas do Japão e o futuro do trato comercial no Mar da China

No século XVI, os ventos que sopravam no Japão trouxeram mudanças que culminaram com o surgimento do xogunato de Tokugawa, que, no fim, conseguira obter um país pacificado e um poder central forte e respeitado. A partir de então o projeto, iniciado por Hideyoshi e finalizado por Tokugawa, foi de controlar de forma mais rígida os barcos japoneses. A ideia era centralizar o comércio, pondo-o nas mãos do governo. Tal intenção provocou uma reação por parte dos daimyos que, sentindo estarem perdendo o poder com a centralização, tentaram compensar através do comércio ilícito (WILLS, 2008). Estes senhores feudais, a quem o imperador dava uma terra com grandes dimensões, para nela exercerem uma jurisdição com independência praticamente total, mantendo o feudo com tropas de samurais, agora se viam obrigados a submeter-se a uma política de centralização do poder real, que teve início em cerca de 1600, sob a pena de morte.

O contato com os portugueses possibilitou o aparecimento de uma comunidade cristã japonesa que, não só escapou às influências dos impérios coloniais europeus, como contrariou a liderança política nipônica que rejeitava qualquer estabelecimento do Cristianismo no arquipélago. A atividade missionária, que se assumia como uma das características da prática portuguesa no ultramar, insistia em associar o componente mercantil ao religioso. A "aliança" funcionava, de forma geral, bastante fluida, dando origem a um esquema que, em terreno japonês, funcionou, até um certo momento, de forma operacional (COUTINHO, 1999). Os missionários agiam como uma "guarda avançada", porque estabeleciam contatos e evangelizavam gentes que rapidamente atuavam como aliados dos interesses lusitanos (leia-se de Macau), neste caso específico, os económicos[159] - atitude que os clérigos usaram também em outras regiões do Sudeste Asiático. O excelente trabalho levado a cabo pelos missionários ainda se estendia à preocupação em recolher o máximo de informações de um povo e de uma terra que os deslumbrava por aspectos muito particulares, designadamente, pela noção de honra ou o nível de civismo existente entre a população, tão diferente daquilo a que eles, missionários, estavam habituados a contemplar e a viver (MONTEIRO, 2011).

Contudo, o seu trabalho não agradava ao poder político japonês que se sentia posto em causa pelo Cristianismo e pelo crescente prestígio da Companhia de Jesus no Japão.

---

[159] Luís Fróis. História do Japam: 1578-1582. Vol. 2. Capítulo 3, p17 (Lisboa, 1976).

Segundo Fróis, em 1587, a nau de Macau não se deslocou ao arquipélago devido a confrontos e revoltas locais. O missionário coloca que, nessa época, já existiam cento e treze membros da Companhia na região japonesa, o que atesta a sua força[160].

Mesmo a língua nipônica foi alvo de apurados estudos e aprendizagem, pois era difícil a compreensão total dos diversos fenômenos sociais, políticos, culturais, e outros, mediante a utilização constante de intérpretes cuja tradução poderia ser condicionada pela intenção ou visão do próprio tradutor. Daí que aparecessem publicações como o *Vocabulário da lingoa de Iapam com a declaração em português*, trazido à luz em 1603, em Nagasaki, e a *Arte da Lingoa de Iapam*, impressa na mesma cidade, em 1604, sob a responsabilidade de um missionário do padre João Rodrigues.

No seguimento, o jesuíta Alessandro Valignano que, em 1580, ocupava o cargo de Visitador da Companhia de Jesus, propôs que uma embaixada japonesa visitasse a Europa com o intuito de ser recebida por responsáveis políticos e religiosos. A mesma foi constituída por príncipes, oriundos dos reinos de Bungo, Arryma e Omura, encontrando-se em Goa em 1582 e seguido viagem no ano seguinte para a Europa (MONTEIRO, 2011). A empresa teve um êxito assinalável, cumprindo-se vários objetivos inicialmente propostos, tais como dar a conhecer o trabalho levado a cabo pelos missionários em tão remotas paragens ou angariar apoios para a continuação desse trabalho de evangelização. A embaixada serviu, igualmente, para impressionar os japoneses, pois calculava-se que os diplomatas viessem a contar no arquipélago do Japão aquilo que haviam tido a oportunidade de ver e ouvir, mormente a importância da Companhia de Jesus na Europa. Afinal, os jesuítas tinham conseguido evangelizar mil e quinhentos japoneses apenas em 1581, ação indicadora da sua vitalidade e empenho apostólico[161].

Dos contatos havidos com os portugueses e da decorrente troca de influências econômicas, técnicas, científicas e culturais, salientam-se algumas consequências que, de fato, alteraram o cotidiano da vida no arquipelágo. Do rol das consequências, relate-se ainda a intensificação do comércio e experiências significativas; a difusão do Cristianismo, com todos os seus efeitos em termos de crença religiosa e do conjunto de valores morais e humanos com reflexos na sociabilidade dos povos; além dos avanços técnicos absorvidos pela comunidade local. Nesses últimos, encontram-se a introdução das armas de fogo, conhecimentos no campo de Astronomia – domínio particularmente prezado pelos jesuítas – o enriquecimento vocabular da língua japonesa com os

---

[160] Ibid., p.18.
[161] Luís Fróis. História do Japam: 1565-1578. Vol. 3. Capítulo 28, p. 238 (Lisboa, 1981).

estrangeirismos portugueses, a construção naval, a cartografia e a medicina[162], como foi a ação de Luís de Almeida (1525-1583), com formação médica. Segundo Luís de Fróis, qualquer japonês podia assumir-se como médico para ganhar a vida, mesmo sem formação para tal[163]. Não era o caso de Almeida que viajou até ao Extremo Oriente para se estabelecer no Japão onde, para além de adquirir a confiança dos necessitados, através da fundação de um hospital na cidade de Funai[164] –Bungo – igualmente se juntou à Companhia de Jesus. Segundo Diego Yuuki (1990), a atitude de Almeida deu origem a uma nova concepção da prática da Medicina no Japão, sobretudo com a introdução de técnicas cirúrgicas europeias (ainda que incipientes nessa época), contribuindo, desta forma, para alterar a visão de conformismo perante a doença, atitude típica dos japoneses (YUUKI, 1990). Tais realidades possibilitaram um autêntico intercâmbio cultural entre os dois povos, provocando em cada um deles um verdadeiro espanto pelos hábitos tão diferentes entre si.

Embora as autoridades japonesas tivessem consciência da importância da *veniaga* para o Japão, pois trouxe prosperidade a cidades como Osaka, Sakai, Fushimi, Yamada, Nara e Nagasaki, viam com apreensão a crescente importância do Cristianismo que provocava as tais alterações culturais junto das comunidades contatadas pelos portugueses. O fato causava uma onda de inquietação e de insegurança, pois desconheciam os propósitos daqueles europeus e sentiam-se intimidados pela sua capacidade bélica.

Assim, em 1587, Hideyoshi, senhor do Japão, publicou um decreto expulsando os missionários do arquipélago[165]. O decreto era preocupante para a cidade de Macau, pois, por aproximação, a entrada dos mercadores iria ser proibida também. A expulsão não foi alvo de devida atenção por parte dos mercadores e até de autoridades portuguesas que continuaram a dar cobertura aos padres nos seus navios. Na obra de Luís Fróis consta a decisão do Senhor de Tenca[166], na qual se especifica que, devido ao Cristianismo, os japoneses destruíam os templos e não respeitavam as leis emanadas pelas autoridades japonesas. A ordem continua proibindo os missionários de voltar ao Japão, sem, contudo, interditar a entrada de mercadores lusos[167].

---

[162] Luís Fróis. História do Japam: 1565-1578. Vol. 2. Capítulo 59, p. 38 (Lisboa, 1976).
[163] Ibid., p.38.
[164] Luís Fróis. História do Japam: 1565-1578. Vol. 2. Capítulo 60, p. 44 (Lisboa, 1981).
[165] Luís Fróis. História do Japam: 1583-1587. Vol. 4. Capítulo 57, p. 36 (Lisboa, 1976).
[166] O político mais importante do Japão, no caso um shogun.
[167] Luís Fróis. História do Japam: 1583-1587. Vol. 4. Capítulo 59, p. 46 (Lisboa, 1976).

Na realidade, não foi apenas a ameaça missionária que levou à quebra do trato com o arquipélago. As causas revelaram-se múltiplas, sobretudo as transformações políticas locais ocorridas na segunda metade do século XVI que levaram ao fim da guerra civil, a consequente unificação política levada a cabo por Tokugawa, o estabelecimento dos holandeses em Hirado e a ingerência de Manila no envio dos missionários. Luís Fróis relata grandes atrocidades cometidas contra os cristãos no ano de 1586[168]. Os holandeses, nutrindo grandes inimizades para com os espanhóis na Europa, não faziam grande distinção de o soberano espanhol ser apenas o mesmo monarca para os dois países ibéricos, atacando de igual forma os interesses específicos das duas nações. Para salvaguardar os seus proveitos econômicos no trato com o Japão, persuadiram os governantes japoneses de perigos que acarretaria a viagem entre Macau e Nagasaki.

Para além da intriga política holandesa, juntava-se a indiferença do governo espanhol das Filipinas, cujo comércio da prata com o Japão competia com os interesses lusitanos já estabelecidos naquela rota. Se as causas indicadas agiram como mais distantes, os acontecimentos havidos em 1612 e 1613 que envolveram cristãos influentes, bem como a revolta de Shimbara, em 1637 e 1638, funcionaram como causas mais próximas[169]. Monteiro nos diz que estes fatos ficaram registrados graças ao trabalho de Duarte Correa, um português de Alenquer, casado em Macau, que escreveu ao padre António Francisco Cardim, da Companhia de Jesus em Macau, em Outubro de 1638. O homem estava no Japão no momento dos trágicos acontecimentos e, segundo o seu testemunho, foi preso e torturado (BOXER, 1990).

De acordo com os feitos, em 1614, foi promulgado um édito que atingia diretamente os mercadores lusitanos, acusando-os de pregar leis contrárias aos interesses nipônicos, retirando nessa acusação a distinção entre o missionário e o mercador, ao contrário do édito emitido uns anos antes. A ordem, mais uma vez, não mereceu a conveniente atenção das autoridades portuguesas, provavelmente por não ter sido rígida a sua aplicação no terreno. Sucederam-se, entretanto, acontecimentos pontuais que indicavam haver uma relutância crescente por parte das autoridades japonesas em aceitar o comércio com os portugueses. Por exemplo, em 1625, foi determinado em Hirado que todos os chefes de família comparecessem junto de um dos templos para jurarem não haver cristãos dentro das suas casas; em 1626, foi exigido uma lista detalhada de todos

---

[168] Luís Fróis. História do Japam: 1588-1593. Vol. 5. Capítulo 12, p. 22 (Lisboa, 1984).
[169] Duarte Correa – "Relaçam do alevantamento de Ximabára, & de feu notável cerco, & de varias mortes de nossos Portuguezes pola Fè". (In. MONTEIRO, 2011, p.249).

que estavam embarcando nos navios portugueses, a fim de ser controlado o regresso de todos a Macau; em 1627, foi igualmente exigido que se transportassem para Macau cinco cristãos e seus familiares, havendo como represália a ameaça do confisco das mercadorias a bordo do navio (BOXER, 1990).

Em 1637, com a revolta de Shimbara, os cristãos adquiriram uma péssima imagem junto das autoridades japonesas. Os participantes neste acontecimento professavam o Cristianismo e daí foi criada a imagem de ser uma disputa religiosa. O verdadeiro motivo estava na insatisfação com os pesados impostos que os habitantes de Arrima eram obrigados a pagar. A revolta tomou grandes proporções pelo número de pessoas que envolveu, revoltosos (trinta e cinco mil) e não revoltosos (duzentos mil) (ELISONAS, 2008). Inclusivamente, uma nau holandesa que se encontrava em Firando foi "convidada" a participar da luta pelo domínio da situação, atacando a fortaleza onde se encontravam os refugiados[170]. Duarte Correa explica como a revolta de Shimbara foi a motivação histórica da proibição do comércio com Macau, a partir de 1640, com o concomitante massacre da embaixada portuguesa que partiu de Macau para as terras nipônicas.

Para além de todas as contingências referidas, também se impunham as resistências dos missionários jesuítas à entrada de outros missionários no Japão. A documentação mostra que a Companhia de Jesus tinha um excelente conhecimento dos hábitos e costumes nipônicos. Para além desses interesses, existiam as conveniências mercantis dos comerciantes lusitanos e japoneses envolvidos no trato. Os mesmos foram construindo esquemas de controle úteis para o seu trabalho, transformando-o de uma forma que fosse fácil e eficaz para ambos.

O próprio sistema de *pancada* – sistema vulgar no Mar da China, que consistia na venda pelo volume da carga, desde peças pequenas a outras de maior porte[171] -, foi uma forma de controlar o trato desenvolvido pelos europeus – portugueses, holandeses e espanhóis – pois evitava que populações ribeirinhas se deixassem seduzir pelo lucro, em detrimento dos interesses políticos do xogunato. Também permitia controlar o preço, evitando situações especulativas sobre produtos pretendidos. Outro processo era o sistema de *respondência*, pelo qual os japoneses cediam prata aos portugueses para estes a aplicarem em determinadas quantidades de seda, a ser levada para o arquipélago. Tal prática deu origem a situações interessantes, porque nem sempre os prazos eram

[170] Duarte Correa – "Relaçam do alevantamento de Ximabára, & de feu notável cerco, & de várias mortes de nossos Portuguezes pola Fè" (In. MONTEIRO, 2011, p.250).
[171] Cartas emanadas por D. Filipe II a Goa. A.N.T.T. In.: Livro das Monções, liv. 3, fl 155-162.

cumpridos, ficando os comerciantes portugueses, que tinham levado a prata, com significativas dívidas.

Na década de trinta, a Câmara de Macau responsabilizou-se pelas dívidas em questão para evitar mais confrontos e proibições, o que traduz, no nosso entender, a existência de uma preocupação real com o desgaste nas relações com as autoridades nipônicas. O relatório do vice-rei dizia que "a Câmara da cidade de Machao se obrigou a pagar as dividas que as pessoas particulares devião aos jappoes, afirmando me que passão de duzentos mil xes(...)[172]. O mesmo desgaste já se adivinhava como algo bastante nocivo para a comunidade de Macau, de acordo com as atas de reuniões do Leal Senado, das quais, para facilitar a compreensão, saliento esta transcrita a seguir:

> "Termo q. se fés, fobre fe mandar hum Patacho de avizo ao Reino. Anno de 1638-
>
> Aos onze dias do mês de Março de 1638 annos, nesta Cidade do nome de Deos na China, estando na caza da Camara della juntos, os Juizes ordinários, Luiz Tavares Carneiro, Gaspar Barboza Pereira,eos Vereadores, Pero Cordeiro, e Francisco de Abreu, e o Procurador da Cid. e Domingos Dias Velho, e bem afsim o M.toR. Do P.eFr. Pedro de Saõ Joaõ Gouvernador deste Bispado, Comifsario da Bulla da Santa Cruzada e Vigario do Convento de S. Domingos, e o Capitaõ Geral Domingos da Camara de Noronha, e o Ouvidor de S. Mag. e Domingos Maciel de Aguiar,e os Prelados das Relligioens, a faber, o R.doP.eFr. Bento de Xpõ, Comifsario, e Guardiaõ do Convento de S. Francisco; e o R. do P.eFr. Joze de Mendonça Prior do Conv.to de Santo Agostinho, com o povo junto, propôs o Vereador do meyo Pero Cordeiro, dizendo, em como fuas Paternid.es, e mercês, lhes constava, e era notório do mizeravel estado, em que estecomerfio com Japaõ estava; que pellas novas, que delle tinhaõ vindo este prez.teanno, fe entendia nos naõ queriaõ já em Japaõ; antes conforme o mão tratamento, fem rezoens, e injustiças que no d.º Japaõ nos faziaõ, afim no tratamento das pefsoas, como damercancia, fe podia prezumir nos davaõ a entender naõ tornafsemos lâ; e juntam.teo estado em q. os Chinas naturaes estavaõ, fe' poderem fazer com elles comercio: e bem afim, como esta Cid.evay cada vez em tanto crecimento de moradores, e m.topovo meudo, os quaes naõ tem outro remédio de que fe hajaõ de fustentar, fenaõ do dito Japaõ, o qual faltando, ficarâesta Cid.e, e povo perecendo, que como de taõ preceguida do enemigo de Europa, como bem tem mostrado, e de prez.emostra, tomando-lhe o comercio do dito Japaõ, aonde acodem com tanta quantid.ede fazendas, fô por nos botarem delle fora, e por nòs mais creminarem, com os ditos Japoens, e o mesmo com os mais Reys nofsos vezinhos, e bem afim era taõ bem prez.ea todos, como os Inglezes pertendiaõ com todas as veras, e cõ dadivas, e ardiz

[172] Relatório anual 30/10/1635. A.N.T.T. In.: Livro das Monções, liv. 34, fl 34-40.

afentarem contrato, e amizade com os Chinas, q. como taõ cobiçozos, e enterceiros, naõ faltaõ alguns q. os favoreçaõ como já fizeraõ, visto taõ bem, que o Snr V. Rey naõ podia por sy acudir a isto, como fe vio o anno pafsado, que naõ dando licença a os ditos Ingleses pª virem a esta Cid.e, fem ella vieraõ com quatro Naos, e ainda nos ameaçaraõ, haviaõ de vir todos os annos com mais Naós; e como de tudo isto, e do grande perigo em que fica encorrendo esta Cid.e, muito em particular pertende esta Cid.eavizar a S. Mag.e, o intenta fazer por hu' navio, despachando-o desta Cid.eao Reyno por q.topella via da India era couza muito dilatada, e couza de tanta importância, e concideraçaõ, em que vay tanto ao ferviço das duas Mag.es, Divina, e humana, e do bem comum deste povo, pello que fuas Paternid.es, e mercês, vifsem o q. lhes parecia, cociderando a grande ruína e deferviço de Sua Mag.e, e de todos feus estados podem rezultar; alem do bem comum desta Cid.e, e das christandades:Ao que depois de bem considerado, e praticado, responderaõ os ditos Prelados, Capitaõ Geral, Ouvidor de S. Mag.e, e mais povo, que lhes parecia m.toacertado, e m.tode serviço de Deos, e de S. Mag.e, e m.toem prol de feus estados, visto as rezoens propostas, e outras de muita consideraçaõ; e de como afsim o afentaraõ, e detreminaraõ, fiz este termo, em que afinaraõ os ditos officiaes, e o d.º P.eGouvernador, Capitaõ Geral, Ouv.orde S. Mag.e, e mais Prelados, e povo; Eu Simaõ Vaz de Payva, alferes e Escrivaõ da Camara desta Cidade, que o escrevi.

(Seguem-se mais 53 assinaturas)[173]

Podemos concluir que o lucro obtido pela cidade de Macau compensava o risco que corriam com as perseguições sofridas. É interessante até de observar que houve um momento que o Leal Senado de Macau cogitou a possibilidade de desligar as missões comerciais que iam em direção ao arquipélago japonês das missões religiosas, mas o projeto parece que não foi pra frente porque apesar de haver uma nota sobre a proposta, não existe nenhuma outra que mostre que foi posto em prática[174]. A propósito do rendimento adquirido, a autora Anabela Monteiro (2011) cita os escritos de António Bocarro, datados de 1635, segundo o qual, no passado, a viagem chegava a render cento e dez mil taéis (prata), quantia considerada bastante lucrativa. Daí que não seja de estranhar a atitude da Câmara de Macau, ao assumir dívidas de comerciantes em território nipônico, como foi dito antes. O próprio Felipe III de Portugal, em missiva datada de 16 de fevereiro de 1625, tendo conhecimento das perseguições, ordenou ao vice-rei da Índia, Conde da Vidigueira, que auxiliasse os missionários do Japão[175] e que fizesse todos os

[173] Arquivos de Macau vol. 1, nº5, p.235-237.
[174] Arquivos de Macau vol. 1, nº 5: "Termo fobre fe mandar a Manilla avizo, para que naõ pasfem Relligiozos a Japaõ" (1638) p.239-240; "Mudança do Comercio extrangeiro para Macau" (1640), p.253.
[175] Carta de D. Felipe II ao vice-rei de Goa. 16/02/1625. A.N.T.T. In.: Livro das Monções, liv. 23, fl. 47.

esforços para a continuidade da comunidade cristã naquele território[176]. Num contexto mais alargado e que serve para perceber a importância do Japão para Macau, basta dizer que, em intervenção direta, estariam na ordem dos duzentos os mercadores da cidade envolvidos nessa viagem[177].

Concomitantemente a esta situação, os holandeses iam fazendo um discreto trabalho de infiltração. Em 1600, aportaram em Bungo e se estabeleceram em Hirado. A sua chegada foi observada pelas autoridades nipônicas que apreciaram o bom equipamento bélico, os seus barcos e, sobretudo, o fato de não professarem a religião dos portugueses e apenas estarem interessados no trato comercial. Eis, portanto, que para as autoridades nipônicas havia um substituto para os mercadores ibéricos e daí que se desenhasse a dispensabilidade dos primeiros europeus no arquipélago. Os holandeses também se fixaram em Formosa (Taiwan), com o intuito de estabelecerem uma ponte mercantil entre a China e o Japão.

Nesta conjuntura, os holandeses, segundo Sanjay Subrahmanyam (1995), utilizaram três estratégias para se apropriarem da rota de Nagasaki: A primeira foi dar lugar a tal campanha, já referida, de desconfiança dos mercadores de Macau junto das autoridades nipônicas, realçando inconveniências da presença daqueles dentro do arquipélago; a segunda foi estabelecer um quartel na ilha dos Pescadores, situada entre a Formosa e a China, zona por onde normalmente passava o barco negro a caminho do Japão; a terceira foi desencadear uma série de ataques armados para conquistar Macau.

Assim, a teia política de domínio de comércio começou a complicar-se, pois existiam vários interesses em jogo: a necessidade portuguesa do trato com o Japão; as intenções das províncias do Sul da China em comercializar; as ambições holandesas em projetarem-se nesse mundo mercantil, localizado no Mar da China, cientes da riqueza e prosperidade que poderiam alcançar; e, por fim, os próprios interesses nipônicos que se tornaram alvo de disputa por diversos povos, em tentativas de ir ao encontro do que os japoneses necessitavam (SUBRAHMANYAM, 1995).

E, para agravar a situação, a coroa portuguesa não podia controlar a entrada de missionários oriundos de Manila em território nipônico. Aparentemente, o poder de Manila não teve consciência de que a rota entre Macau-Nagasaki se encontrava muito fragilizada, continuando a enviar missionários espanhóis para o Japão. A esta altura, as

---

[176] Carta do Senado de Macau ao vice-rei de Goa. 7/03/1626. A.N.T.T. In.: Livro das Monções, liv. 22, fl. 122.
[177] Ibid,. fl.123.

autoridades japonesas tinham conhecimento de que os dois países eram governados pelo mesmo monarca, o que, na sua perspectiva, significava serem o mesmo povo. Portanto, nessa óptica, tanto os portugueses quanto espanhóis formavam um grupo só alvo dos sucessivos avisos e dos éditos emanados oficialmente que proibiam a entrada de religiosos no arquipélago.

A gota de água que desequilibrou definitivamente a situação foi a já referida revolta de Shimabara, no seguimento dos acontecimentos verificados uns anos antes. A responsabilidade do acontecimento recaiu, diretamente, sobre os missionários, muitos deles já de nacionalidade japonesa, levando as perseguições para o seu nível mais alto na história do cristianismo no arquipélago japonês.

Em 1639, os navios lusos, sob o comando de Vasco de Almeida, foram impedidos de desembarcar a sua carga. O próprio Senado de Macau ficou apreensivo com o aviso e, em reunião com os juízes e procurador da cidade, foi tomada a decisão de não permitir que os mercadores partissem em direção ao Japão. As autoridades nipônicas deixavam claro que não lhes interessava mais o comércio com os portugueses e a comunidade de Macau percebia que a situação era muito séria, temendo o possível fim do trato com os nipônicos[178]. A confirmação da razão de ser desses receios chegou nesse mesmo ano, quando foi proclamado o édito japonês que proibia o trato dos portugueses com o Japão[179].

A situação foi, de imediato, comunicada ao vice-rei da Índia por carta datada de 1639 pelo Leal Senado. A explicação é detalhada, indicando que, dos navios enviados, um se perdeu e o outro chegou destroçado, por causa de um temporal. Os tripulantes foram obrigados a desembarcar, tendo sido notificados da sentença de não poderem voltar, "*(...) sem tão bem quererem receber as fazendas, que nos ditos navios hião de seus moradores e naturaes com ser contia de perto de quinhentos mil teis dizendo que nem o que era seu querião receber de nós!(...)"*[180].

No entanto, a interpretação do vice-rei António Teles de Menezes, em carta enviada ao rei, tendeu a responsabilizar os holandeses, agentes que teriam agido através de intrigas para prejudicar a gente lusa, ainda que reconhecesse que houve insistência em

---

[178] Termo que se fizeraõ os officiaes da Cid.e, fobre naõ pafsaraõ a Japaõ as pefsoas que foraõ o anno pafsado, nem forasteiro nenhum. 1939. In ARESTA, António e OLIVEIRA, Celina Veiga de – O Senado, fontes documentais para a História do Leal Senado de Macau. Macau: Leal Senado de Macau, 1998, pp. 74 e 75.

[179] Proibição de entrada de navios no Japão. A.N.T.T., Livros das Monções, Liv. 47, fls. 125.

[180] Carta do Senado para o vice-rei, datada de 10 de Novembro de 1639. A.N.T.T., Livros das Monções, Liv. 47, fls. 124 e 125.

passar religiosos tanto de Macau, como de Manila[181]. O conteúdo é interessante, porque o vice-rei ainda não tinha conhecimento da queda da dinastia filipina e da ascensão da Casa de Bragança ao trono e fazia referência que as intrigas dos holandeses também haviam prejudicado o comércio espanhol no Japão, intervenção que os portugueses de Macau sempre repudiaram.

Ciente que o fim desse comércio iria diminuir em muito os lucros de Macau, a reação da comunidade macaense foi a de organizar e dotar de prata uma embaixada ao Japão, na tentativa de demover a decisão já tomada[182]. Esta embaixada teve lugar em 1640. No entanto, do lado japonês não houve consideração diplomática e os membros do séquito oficial e da tripulação foram quase todos executados, sobrando apenas treze pessoas com a missão de levarem a mensagem até Macau. Aliás, segundo José Yamashiro (1979), o documento japonês dizia que não admitiriam embaixadas ou barcos desgarrados por tempestades. Caso se aproximassem dos portos nipônicos nessas condições, os membros seriam mortos. O documento refere que já haviam sido avisados anteriormente e não deixava qualquer margem para dúvidas quanto a futuros contatos.

Com a perda dessa rota, associada à queda de Malaca (em 1641), ainda se tentou, em 1647, uma nova embaixada levada por D. Gonçalo Siqueira de Sousa, como enviado ao Japão pelo monarca português, D. João IV[183]. Talvez pelo facto de se ter apresentado como embaixada real, os seus membros não tiveram o infeliz destino tido pelos seus compatriotas, em 1640. Contudo, ficou esclarecido que os portugueses não eram bem-vindos ao Japão, terminando os contatos entre as comunidades mercantis do arquipélago nipônico e Macau. Yamashiro (1979) cita que houve uma exceção em 1685, quando um barco japonês naufragou junto às costas dessa cidade, com um carregamento de mercadorias a bordo. Em reunião de homens-bons da cidade foi analisada a situação e decidido que os moradores iriam devolver os náufragos, bem como parte da mercadoria. O envolvimento de toda a comunidade residente em Macau foi extraordinário, com a esperança de recuperar a rota que tanta riqueza tinha dado à cidade. Mais uma vez, os esforços foram insuficientes, pois a política japonesa continuou a mesma. A rota da seda/prata Macau-Nagasaki havia encontrado seu fim de forma definitiva em 1640.

---

[181] Carta do vice-rei ao monarca, datada de 31 de Janeiro de 1641. A.N.T.T., Livros das Monções, Liv. 47, fls. 117 e 118.

[182] Termo que se fes, fobre a prata que hão de levar os Embaixadores p.ª, 1640. A.H.M., Arquivos de Macau, 56, vol. II, pp. 131 e 132.

[183] Anno de 1647. Relação pafsada a Embaixada, que o Serenifsimo Rey de Portugal mandou ao Rey do Jappaõ. B.A., 49-V-13, fls. 561- 572. (A citação deste documento se encontra em MONTEIRO, Annabela, 2011, p.257).

Assim, perante o encerramento dessa rota tão lucrativa e da consequente perda de Malaca para os holandeses, as alternativas geográficas para a prática do trato emergiram, de imediato, na mesa de reunião do Senado, com uma força que até então não tinham. Essas rotas secundárias seguiriam um pouco por todo o Mar da China: Sião, Bornéu, Timor, Samatra, Sunda, Camboja, Cochinchina, Macassar e, também, Filipinas.

Assim, os barcos passaram a ser fretados, para bem do comum, para reforçar as deslocações às áreas acima citadas. Havia de organizar essas rotas, mesmo reanimando algumas delas, para garantir a sobrevivência. O Senado, inclusivamente, negociou com os donos das embarcações para o seu uso reverter em benefício da cidade[184]. Perante os potenciais perigos de perda de carga, e desejando minimizá-los, a elite fazia contratos de frete entre o proprietário de uma embarcação e os principais investidores em mercadorias fretadas (BOXER, 2011).

Assim, serviam-se de expedientes como as respondências, empréstimos feitos pelas instituições locais como a Santa Casa da Misericórdia ou até a Sé e por particulares com suficientes recursos monetários (BOXER, 2011). Charles Boxer diz que os comerciantes, ou até os habitantes de Macau que contraíssem esses pedidos de empréstimos, pagariam entre vinte a vinte e cinco por cento de juros, no final. No entanto, para ele, o dispêndio era vantajoso, pois em grupo nunca perdiam todo o investimento, fato que, se ocorresse de forma individual, poderia levá-los à falência. Estas estratégias já existiam anteriormente, mas, após 1641, adquiriram um significado decisivo para a sobrevivência da localidade e seus moradores.

No caso de Malaca, o deslocamento dos mercadores de Macau após a perda do porto manteve-se, devido ao fato de estar sob a ação de Francisco Vieira de Figueiredo. O porto foi tomado pelos holandeses em 1668. Depois dessa data, a navegação que se realizava entre as Filipinas e Macassar, que passava por Malaca, que tanto ajudava os portugueses de Macau, cessou por completo (SUBRAHMANYAM, 1995). Mais uma vez, os acontecimentos não estavam a favor dos macaenses que já lutavam, com angústia, pela sobrevivência da cidade.

Sanjay Subrahmanyam (1995) diz que o caso específico de Manila era delicado, pois, como havia a guerra de independência entre Portugal e Espanha, muitas vezes os mercadores utilizavam os barcos do sultão de Macassar como cobertura do seu negócio. Isso, apesar de os mercadores lusos quererem, desesperadamente, controlar o negócio

[184] Termos dos Conselhos Gerais do Leal Senado, 1630-1685, documento datado de 12 de Novembro de 1640. A.H.M., Leal Senado, LS/529.

com Manila para atingir dois objetivos: primeiro, evitar que fossem os espanhóis fazer o trato diretamente com a China ou com outras partes do Mar da China e, segundo, impedir que outros povos se deslocassem para Manila. A gente lusa ainda tentou uma reorientação das viagens idas da Nova Espanha para as Filipinas, tentando que o porto final fosse Macau, como já foi referido. O projeto morreu antes mesmo de nascer, pois não teve adeptos, nem entre a Coroa, nem entre os mercadores espanhóis.

Em 1635, a elite de Macau convenceu os agentes financiadores de Cantão – que funcionavam como intermediários entre os portugueses e os chineses, estabelecendo o preço, a quantidade e a qualidade desejada - a desistirem de enviar os seus barcos a Manila (BOXER,1959). Na realidade, queriam ter as mercadorias à consignação ou serem eles próprios a venderem os produtos nas Filipinas. Como não obtiveram o que queriam, atacaram os navios dos ditos agentes. Mesmo os espanhóis que se deslocavam a Macau só poderiam comprar os produtos chineses das mãos dos portugueses que, obviamente, arrecadavam proventos como intermediários (BOXER, 2011).

A rota para as Filipinas, contrariada pelas autoridades do poder central desde o início da dinastia filipina, realizava-se de forma mais ou menos camuflada. Contudo, após 1640, com a restauração da independência de Portugal, houve um corte entre as duas cidades quanto a contatos e comércios, salvo a possível utilização de embarcações, não identificadas, ou seja, navegando sem ser debaixo da bandeira portuguesa (SUBRAHMANYAM, 1995; THOMAZ, 1994). De qualquer forma, para efeitos práticos, a elite macaense perdeu o Japão, Malaca e as Filipinas, no espaço cronológico de dois anos.

Outra questão estava na presença holandesa que dificultava muito o trato comercial por toda a região marítima frequentada pela elite macaense, situação que foi agravada pela interdição chinesa no comércio com o estrangeiro na sua costa, a que Macau esteve sujeita durante dezessete anos (a partir de 1662). Ou seja, se um dos problemas foi ligar-se a rotas alternativas, outro foi escapar aos perigos de ataques inimigos.

Durante as décadas que se seguiram, a luta pela sobrevivência do estabelecimento foi muito forte. O certo é que, com quedas brutais de rendas, a comunidade luso-descendente sobrevivia mais por iniciativa dos comerciantes macaenses ali instalados, à margem do império português, do que por dinamização e/ou proteção das autoridades

portuguesas do Estado da Índia[185]. Os macaenses souberam usar de soluções alternativas para manutenir sua permanência no Mar da China, mesmo que nunca mais voltassem a degustar dos louros obtidos durante a era dourada do comércio na cidade.

[185] Durante a segunda metade do século XVII, muitas cartas foram enviadas do Senado de Macau para o vice-reinado em Goa e para o monarca em Portugal, mas as respostas ou não eram enviadas ou chegavam com um atraso de 5 a 10 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1514 e 1650, o povo e o governo da China foram afetados, e profundamente envolvidos, pelos primeiros estágios do desenvolvimento do que se chamou de "sistema mundial moderno" que, ao ir se estabelecendo por meio das rotas marítimas que passaram a ligar todos os continentes, exceto a Antártica e a Austrália, promoveu o intercâmbio de mercadorias, doenças, pessoas e suas ideias em dimensões ainda não vistas. As leis Ming e as instituições formalizadas de relações exteriores ofereceram pouca orientação aos funcionários chineses e tiveram pouco efeito sobre as relações comerciais sino-europeias após os primeiros encontros com os portugueses; mas as respostas oficiais reais foram eficazes e razoavelmente flexíveis, principalmente porque durante todo o período da estadia dos lusitanos na região, nunca lhes foi concedida a autorização de participar do sistema de tributos Ming. Possuíam permissão para comercializar na costa chinesa, mas não eram considerados súditos oficiais da Dinastia Ming.

Certas características de longa data da abordagem chinesa com relação às relações exteriores foram mantidas no sistema tributário nos fins da dinastia Ming. Eram elas: a atitude defensiva, concentração na supremacia cerimonial do imperador, regulamentação burocrática unilateral e limitação de contatos com os estrangeiros. O sistema de tributos Ming reuniu essas características de forma sistematizada e burocratizada de maneira única. Seja como for, está claro que um determinante muito importante das primeiras políticas Ming em relação às relações internacionais marítimas foi a reação da Corte à ameaça dos "piratas japoneses", muitos dos quais eram na verdade chineses de origem envolvidos no comércio ilegal com o Japão. O comércio marítimo privado foi totalmente proibido aos chineses e o trato com estrangeiros nos portos da China foi limitado ao comércio em conexão com as embaixadas de tributos, cujo tamanho e frequência também foram regulamentados. Este comércio estabelecido com os povos tributários da China, no Sudeste Asiático, oficialmente aprovado, mas em violação das regras básicas do sistema de tributos chinês, forneceu a matriz para o florescimento comercial do Sul da China, dentro da qual os portugueses se inseriram profundamente.

Desta forma, é importante dizer que a rápida fixação dos lusitanos no Sudeste Asiático e a consequente ascensão da cidade de Macau em moldes portugueses só são melhor compreendidas à luz dos interesses econômicos e comerciais das três partes aqui estudadas. O comércio que os ibéricos, sobretudo os portugueses, empreendiam na costa chinesa ajudou no desenvolvimento da economia local e, consequentemente, da

organização social e institucional, mesclando matrizes político-administrativas portuguesas e chinesas. De fato, muito da atividade comercial que os portugueses traziam para os portos sínicos não era “oficial” aos olhos do governo Ming; todavia, autoridades chinesas tendiam a fazer vistas grossas a essas irregularidades, pois a esta altura a China precisava desesperadamente da prata trazida pelo estrangeiro.

No que diz respeito aos conflitos com os japoneses, podemos dizer que a interferência lusitana no comércio regional não mudou em muita coisa a relação entre os dois países asiáticos. O máximo que os ibéricos conseguiram foi suprir as necessidades das duas partes durante os períodos nos quais a batalha diplomática atingiu seus pontos mais violentos. O sucesso da rota Macau-Nagasaki dependia desses embates, que atingiram seu ápice em meados da década de 1590, com os samuriais de Toyotomi Hideyoshi invadindo o sul da Coréia e a vizinha China repudiando tal ato, fechando, mais uma vez, seus portos para os comerciantes do arquipélago. A partir de então todo o trato feito com os nipônicos foi tido como ilegal e tanto a pirataria, quanto o contrabando, tomaram grande parte das relações no sul da China. Entretanto, a dinastia Ming ainda precisava da prata vinda do Japão e por isso Macau era tão importante para a economia chinesa. Ela era o único espaço dentro do território chinês que comercializava diretamente com os japoneses e trazia para os cofres sínicos grandes quantidades do metal.

Quando os portugueses foram finalmente expulsos do arquipélago japonês e este se fechou completamente ao comércio com o estrangeiro, tanto a cidade de Macau quanto a China passaram por momentos difíceis. A esta altura as autoridades Ming, apesar de terem conseguido salvaguardar com êxito sua orla marítima, pecava nas fronteiras do Norte, perdendo, no início do século XVII, esta região para os Manchus. Além das invasões de outros povos, o Império do Meio também sofria com enchentes, secas e pragas que rapidamente diminuíram seus campos de grãos, causando sérios problemas de abastecimento. Isso tudo, somado ao fim da rota Macau-Nagasaki e o consequente declínio na importação de prata por parte dos ibéricos, foi um dos fatores que fizeram com que a economia no final da Dinastia Ming padecesse rapidamente.

Por causa da contração econômica, grande parte da população ficou dependente de agiotas, dos ricos proprietários de terras e da minoria que controlava a produção de grãos na China. Apesar dos esforços extenuantes de funcionários do governo e alguns líderes locais para estabilizar os preços, os custos dos alimentos dispararam, os impostos e aluguéis não foram pagos, os mutuários não pagaram os empréstimos, o desemprego urbano e rural aumentou, as comunidades ficaram despovoadas, as ilegalidades de todos

os tipos se intensificaram e inúmeras pessoas morreram de fome e das doenças que a acompanhavam. Os resultados foram desastrosos para todos e em 1644 a Dinastia Ming caiu.

No meio disso tudo, a capacidade dos lusitanos de se adaptarem às novas situações possibilitou a emergência de um novo grupo social na região da China que lhes foi cedida como potentado, onde prevaleceu a miscigenação com os povos locais e uma grande tolerância que permitiu a abertura para outros povos e culturas. A cidade de Macau nunca foi um território efetivamente dominado e ocupado pelos portugueses. A administração era dividia com o governo chinês que cobrava anualmente o "foro do chão", mas foi incorporado ao Império Português pela Coroa lusa, adaptando-se aos modelos de ocupação mercantilista e colonialista empreendidos pelos lusitanos em seus domínios de além-mar. Distante dos órgãos oficiais sediados em Goa ou no Reino e com a pressão constante por parte do mandarinato local, a sobrevivência da cidade ficou a cargo de recursos oficiais e mesmo informais levados a cabo pelos próprios habitantes da cidade.

O mérito da comunidade liderada pelo Leal Senado de Macau foi o de tentar criar um núcleo mercantil forte que a legitimasse na região do Mar da China e lhe permitisse o monopólio comercial da região, conciliando seus interesses, os da coroa portuguesa, os do governo chinês e os dos senhores feudais no Japão. Essa conexão, em alguns momentos improvisada, noutros bem pensada e articulada, enfatizava a heterogeneidade comercial e política de um "império essencialmente em rede" que se construía através da fixação de seus súditos além de suas fronteiras e das relações que estes iam fazendo no caminho, integrando, gradualmente espaços e gentes que oferecessem os bens necessários para a manutenção desta mesma rede.

De certo que as relações entre os portugueses o os povos no Sudeste Asiático, sobretudo chineses, não terminaram na altura que este estudo se encerra, elas ainda permaneceram, entre altos e baixos, por séculos. Até a devolução oficial de Macau ao governo chinês no ano de 1999, os portugueses participaram de outras redes comerciais já em uso região. Assim, mesmo sem alcançar o mesmo êxito econômico de antes, os macaenses conseguiram sobreviver por mais de quatro séculos na região, fazendo do potentado português no sul da China o mais longo de todo o Império Português e, talvez por isso, um dos mais importantes nos estudos sobre as influências e, principalmente, permanências dos costumes europeus, sobretudo, os portugueses, na Ásia.

GLOSSÁRIO

ASHIKAGA BAKUFU: O segundo governo guerreiro estabelecido por Ashikaga Takauji que governou entre 1338 e 1573 a partir de sua sede no distrito de Muromachi em Kyoto após 1378; veja também o período Muromachi.

BAKUFU: Literalmente, "governo de tenda". O governo da classe guerreira liderada por um shogun.

DAMIYO: “dai” significa grande e “myo” terra. Daimyo é um termo usado para referenciar “senhor de terras” no Japão pré-moderno; lordes militares regionais que controlavam uma região.

KAMAKURA BAKUFU: O primeiro governo guerreiro, estabelecido por Minamoto Yoritomo em Kamakura, que governou de 1192 a 1333; veja também o período Kamakura.

KANGO BOEKI: O comércio entre o Japão e a dinastia Ming (1368-1644) da China, desde o início do século XV até meados do século XVI.

KOKU: Unidade de medida cúbica equivalente a dez a ou cem sho.

SENGOKU, ERA: O período dos estados beligerantes que durou do início da Guerra Onin em 1467 a 1568, quando Oda Nobunaga entrou em Kyoto para afirmar a hegemonia nacional.

NAMBAM: Literalmente, "bárbaro do sul". Termo usado para descrever missionários, mercadores e marinheiros estrangeiros que visitaram ou trabalharam no Japão nos séculos XVI e XVII, bem como os costumes e produtos europeus que eles introduziram.

RYO: Uma unidade de peso usada nos séculos XIII a XVI para pesar objetos de valor como ouro e prata. No final do século XVI, uma unidade monetária equivalente à moeda de ouro padrão do bakufu Tokugawa.

SHIBO: título dado ao comércio oficial na Dinastia Ming.

SHO: Unidade de medida cúbica. Ao medir o arroz no período medieval (como o termo é usado neste volume), 1 sho de arroz mudou em quantidade real de aproximadamente 0,4 sho para 1 sho padrão no período Tokugawa, de aproximadamente 0,722 litros para 1.805 litros. Como o recipiente quadrado de madeira para medir o arroz diferia ao longo do tempo, por região e até por shoen no período medieval, as quantidades indicadas por koku, sho e to em vários capítulos não podem ser convertidas para a medida ocidental ou mesmo para a medida Tokugawa com qualquer grau de precisão.

SHOEN: Propriedades privadas que começaram a ser criadas no século VIII com a privatização de terras públicas. Em seu apogeu, o século XII, esse sistema de propriedade de terras tornou-se a instituição política e econômica mais importante. Essas propriedades eram distribuídas por meio de reivindicação de terras, terras recebidas por instituições

religiosas como presentes do imperador ou dos mais altos funcionários do governo civil e, mais frequentemente, doação de terras para os nobres mais graduados. Gradualmente estas propriedades foram sendo transformadas em feudos controlados pela classe guerreira no período Kamakura e desapareceram totalmente no final do século XVI.

SHOGUN: título militar concedido pelo Imperador ao general que comandava o exército no Japão feudal.

SHOGUNATO: governo militar estabelecido no Japão em 1603 e durou até 1868. Nesse período o poder do Imperador foi posto em segundo plano e o controle do país ficou com os shoguns da família Tokugawa.

SHUGO: título atribuído pelo shogun aos demais funcionários que seriam responsáveis por supervisionar uma ou mais províncias do Japão. Administrador provincial; governador militar.

SHUGO DAIMYO: Governadores militares (shugo) do período Muromachi que conseguiram obter o controle de uma região aumentando suas propriedades e atraindo guerreiros locais como seus vassalos diretos.

TAEL: termo oriundo do malaio tahil, referente a peso de moeda usado no Extremo-Oriente.

WAKO: Piratas japoneses que pilharam as costas do Leste Asiático do século XIII ao século XVII.

REFERÊNCIAS

FONTES

1. Livros:

FRÓIS, Luís. Historia do Japam: 1º v., 1549-1564. Ed. Anot. Por José Wicki, S.J. Biblioteca Nacional de Portugal, 1976.

_____. Historia do Japam: 2º v., 1565-1578. Ed. Anot. Por José Wicki, S.J. Biblioteca Nacional de Portugal, 1981.

_____. Historia do Japam: 3º v., 1578-1582. Ed. Anot. Por José Wicki, S.J. Biblioteca Nacional de Portugal, 1982.

_____. Historia do Japam: 4º v., 1583-1587. Ed. Anot. Por José Wicki, S.J. Biblioteca Nacional de Portugal, 1983.

_____. Historia do Japam: 5º v., 1588-1593. Ed. Anot. Por José Wicki, S.J. Biblioteca Nacional de Portugal, 1984.

CRUZ, Gaspar da [Frei]. **Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China (1569)**. Macau: Museu Marítimo de Macau, Dezembro de 1996. 1ª Edição.

LU, David John. **Japan**: A documentary History. Routledge; 2ª edição. Vol. 1. New York, 1996.

Ming Shi-Lu (História Oficial da Dinastia Ming). In**.:** WADE, Geoffrey (1994).

MOURA, Carlos Francisco. **Tristão Vaz da Veiga**: capitão-mor da primeira viagem em Macau-Nagasaqui. Macau: Imprensa Nacional, 1971.

PINTO, Fernão Mendes. **Peregrinação**. Editora Sá da Costa. São Paulo. 2008.

- Biblioteca Nacional de Portugal

ALVAREZ, Antonio. *Carta do Padre Luís Froes da Companhia de Iesus, em a qual da relação das grandes, alterações & mudanças que ouve nos reynos de Iapão. Ajuntouse também outra do padre Organtino da mesma Companhia.* Publicado em 1589, Lisboa.

LYRA, Manoel. *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus escreverão dos Reynos de Japão e China aos da mesma Companhia da Índia e Europa do ano de 1549 até 1580*. Tomo II. Publicado em 1598, Évora.

2.Legislação

Governo dos Outros – ICS (http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/)

- Do capitam moor do mar. Capítulo LV, Livro I. In.: **Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V**. Real Imprensa da Universidade de Coimbra. Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal. Parte I. Da Legislação Antiga. 1792.

- Da jurisdição, que é dada aos capitães dos Lugares d'África. Capítulo XXVII, Livro II. In.: **Ordenaçoens do Senhor Rey D. Manuel**. Real Imprensa da Universidade de Coimbra. Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal. Parte I. Da Legislação Antiga. 1797.

- Da jurisdição dos capitães dos lugares de África. Capítulo XLVII, Livro II. In.: ALMEIDA, Candido Mendes de, (ed). **Codigo Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal**: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870.

- Lei de 21 de julho de 1582. Dá novo Regimento ao Desembargo do Paço. Aditamentos de Reformação da Justiça, Livro I. In.: ALMEIDA, Candido Mendes de, (ed). **Codigo Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal**: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870.

- Boletim do Conselho Ultramarino – Legislação Antiga, Volume I – 1446 a 1754. Imprensa Nacional: Lisboa, 1867**.**

Legislação em que há disposições relativas ao ultramar, e que se acha impressa na coleção publicada em 1570 por Francisco Correa.
Provisão que os que se converterem à nossa Santa Fé nas partes da Índia, China, Japão, e Molucas, sejam escusos de pagar dízimos por tempo de 15 anos – 1570
Provisão que os Portugueses naão possam resgatar nem cativar japonês algum: e que os que forem ao Japão comprem e vendam por um mesmo peso e balança. – 1570
Alvará de 21.02.1617. Aplica o rendimento das terras de Salsete para as despesas da Ribeira de Goa e ordenados do Arcebispo e Crangnor e o Bispo do Japão.
Sentença do Senhor Rei D. Manuel relativa ao comércio das especiarias - 1511
Alvará de 08.04.1621. Manda fazer pauta anual da avaliação do anil e canela, em benefício do comércio da Índia.

- SILVA, José Justino de Andrade e. **Collecção Chronológica da Legislação Portugueza**: desde a última Compilação das Ordenações. Imprensa de J. J. A. Silva: Lisboa, 1856.

Decreto de 06.06.1628. Missões do Japão, e providências correlativas – 1628
Alvará de 21.02.1617. Aplica o rendimento das terras de Salsete para as despesas da Ribeira de Goa e ordenados do Arcebispo de Cranganor e Bispo do Japão
Decreto de 01.02.1625. Junta para examinar o comércio legítimo e fiscalizar o contrabando.

Alvará de 22.03.1621. Proíbe aos Vice-Reis, Governadores e Relação da Índia, conceder perdões pelas culpas de contrabando de pimenta e outros géneros, e revoga os já concedidos.
Alvará de 08.04.1621. Manda fazer pauta anual da avaliação do anil e canela, em benefício do comércio da Índia
Provisão de 05.03. 1625. Companhia do Comércio da Índia
Carta Régia de 28.11.1606. Sobre a Execução da Lei que proíbe todo o Comércio de Estrangeiros no Ultramar.
Alvará de 04.01.1605. Proíbe aos Holandeses, Zelandeses e mais rebeldes, o Comércio neste Reino.
Alvará de 12.12.1642. Franqueza do comércio e navegação da Índia
Carta Régia de 22.02.1616. Proteção Real à Misericórdia de Nagasaki
Decreto 06.06.1628. Missões do Japão, e providencias correlativas
Alvará de 15.01.1639. Privilégios da Misericórdia de Macau.
Alvará de 23.11.1643. Confirma o Compromisso da Misericórdia de Macau, e a toma debaixo da protecção Real.

3.Digitais:

- Biblioteca Digital Mundial

Zhang Zhaoyuan. Discussão Ilustrada sobre Defesas Costeiras (1601-1620).

Wu Hsiang-hsiang. Mingchao kaiguo wenxian records [Registros documentais da Dinastia Ming em seu período de fundação]. Vol. 3.

Zhang Xie. Tong xi yang kao [Uma investigação sobre os assuntos dos oceanos oriental e ocidental] (1574-1640).

Xu Guangqi. Nongzheng quanshu [Um registro completo da agricultura];

Gu Yanwu Tian. Tianxia junguo libin shu [Problemas e desafios em várias regiões da China] Vol. 26; Siku shanben congshu [A biblioteca completa dos quatro tesouros].

Ch'en Wen-shih, Ming hongwu jiajing jian [A política de proibição no mar durante os reinados de Hongwu a Jiajing].

Li Chengxun. Kanchu wokou shiqing yi shen guowei shu [Investigação dos incidentes dos Wokou para fortalecer o prestígio nacional] (1599-1665).

Zhu Wan. Piyu zaji [Coleção de escritos diversos] Vol. 1, 2 e 3 (1587); Yueshi haifang shu [Inspecionando a defesa costeira]; Ming Jingshi Webian [Ensaios coletados sobre estatística do Ming Dinastia] Vol 14.

Siku quanshu cunmu congshu [Uma coleção de livros listados na biblioteca completa dos quatro tesouros].

Feng Zhang. Tong fanbo yi [Em permitir visitas de navios comerciais estrangeiros].

Shen Yiguan. Lun wo gongshi buke xu shu [Comércio de tributo não deve abrir para o Japão].

Tang Shu. Fu Hu Meilin lunchu Wang Zhi shu [Resposta a Hu Meilin (Hu Zongxian) sobre o caso de Wang Zhi].

Xu Fuyuan. Shu tong haijin shu [Levantando a Proibição do Mar] (1535-1604).

- Arquivo de Macau

Arquivo do Leal Senado de Macau vol. 1, nº5 (1638).

4.Manuscritos:

- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Foral, Regalias e Privilégios Concedidos à Cidade de Macau, na China, 1596-1756. Divisão de Documentação Escrita, Secção do Poder Executivo. Códice 247.

- A.N.T.T.:

Cartas emanadas por D. Filipe II a D. Martinho Afonso de Castro, e outros documentos 1605-1607 – Livro das Monções, liv.1.
Cartas emanadas por D. Filipe II aos condes da Feira e de Linhares, e outros documentos 1607-1608 – Livro das Monções, liv.2.
Cartas emanadas por D. Filipe II a D. Lourenço de Távora, e outros documentos 1609-1611 – Livro das Monções, liv.3 e 4.
Cartas emanadas por D. Filipe II a D. Jerónimo de Azevedo e para príncipes da Ásia, e outros documentos 1612-1616 – Livro das Monções, liv.5, 6 e 8.
Cartas e outros documentos relativos ao governo do Estado da Índia 1613-1614 – Livro das Monções, liv.7.
Cartas emanadas por D. Filipe III a D. João Coutinho, e outros documentos 1616-1620 – Livro das Monções, liv.10.
Cartas emanadas por Fernando de Albuquerque a D. Filipe II e deste para ele, e outros documentos 1620/1622 – Livro das Monções, liv.15.
Cartas emanadas por D. Filipe III a D. Francisco da Gama, e outros documentos 1622-1626 – Livro das Monções, liv.16 - 23.
Cartas emanadas por D. Francisco Mascarenhas a D. Filipe III, e outros documentos 1626-1628 – Livro das Monções, liv.24 e 25.
Cartas emanadas por D. Filipe III a D. Miguel de Noronha, e outros documentos 1628-1630 – Livro das Monções, liv.26 e 27.
Cartas emanadas por D. Filipe III aos Condes de Linhares e da Vidigueira, e outros documentos 1631-1636 – Livro das Monções, liv.28 - 34.
Cartas emanandas por Pedro da Silva a D. Felipe III, e outros documentos 1635-1641 – Livro das Monções, liv. 32 – 43.
Cartas emanadas pelo Conde Aveiras para D. Filipe III, e outros documentos 1640-1641 – Livro das Monções, liv.47.
Cartas emanadas do Conde de Aveiras para D. João IV, e outros documentos 1640-1644 – Livro das Monções, liv.48.
Cartas emanadas de D. João IV a João da Silva Telo de Meneses, e outros documentos 1641-1644 – Livro das Monções, liv.49 e 50.

Cartas emanadas por D. João IV a Filipe de Mascarenhas, e outros documentos 1644-1650 – Livro das Monções, liv.55 - 58.
Cópia da carta ânua de Japão para nosso padre geral em Roma – 1580. Armário Jesuítico, liv. 28, f. 120.
Cópia da carta ânua do Japão – 15.02.1582. Armário Jesuítico, liv. 28, f. 175.Cópia da carta que o padre Pedro Gomes escreveu de Macau acerca do seu naufrágio que fez indo da China – 13.12.1582. Armário Jesuítico, liv. 28, f. 171v.
Traslado da carta que o padre visitador Alexandre Valheliano escreveu da China com algumas novas do Japão ao reitor do colégio de Malaca – 09.02.1579. Armário Jesuítico, liv. 28, f. 98.
Cópia da carta do padre Gaspar Coelho – 1575. Armário Jesuítico, liv. 28, f. 20.
Cópia da carta do padre Francisco Cabral – 1574. Armário Jesuítico, liv. 28, f. 24.
Cópia da carta do padre Francisco Cabral – 1575. Armário Jesuítico, liv. 28, f. 21.

BIBLIOGRAFIA

AKIRA, Imatani. Muromachi local governmente: shugo and kokujin. In.: TWITCHETT, D. & MOTE, F.W. **The Cambridge History of Japan**. London: Cambridge University Press, 2008. p. 231-259.

ATWELL, William. Ming China and the emerging world economy, 1470-1650. In.: TWITCHETT, D. & MOTE, F.W. **The Cambridge History of China**. London: Cambridge University Press, 2008. p.376-416.
_____. **Notes on silver, foreign trade and the late Ming economy**. Johns Hokins University Press, Vol. 3, Nº 8, December 1977. P.1-33.
_____. Another look at silver imports into China, ca. 1635-1644. **Journal of World History**, Vol. 16, No.4. University of Hawaii Press. Dec. 2005. P. 467-489.

BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (org.). **A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Edições 70. Lisboa, 2010.

BLUE, A. D. Piracy on the China Coast. Hong Kong: Journal of the Hong Kong Branch of the Royal Asiatic Society, nº 5. 1965.

BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. Edições 70. São Paulo, 2011.
_____. **Macau na Época da Restauração**. Lisboa: Fundação Oriente, 1993, Vol. II.
_____. **Estudos para a História de Macau, séculos XVI a XVIII**. Lisboa: Fundação Oriente, 1991, vol. I.
_____. **Relações raciais no império colonial português 1415-1825**. Porto: Afrontamento, 1977.
_____**.Portuguese society in the tropics:** the Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800. Madison: Milwaukee ; Univiversity of Wisconsin, 1965.

_____.**South China in the sixteenth Century**: being the Narratives of Galeote Pereira, Fr. Gaspar da Cruz, O.P., Fr. Martin de Rada, O.E.S.A., 1550–1575. London: Hakluyt Society, 1953.

_____.**Portuguese merchants and missionaries in feudal japan, 1543-1640**. Aldershot, England: Variorum, Ashgate Publishing Limited, 1990.

_____.**The Great ship from Amacon:** annals of Macao and the old Japan trade, 1555-1640. Lisboa, PO: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1959.

_____.**Macao as a religious and commercial entreport in the 16th and 17th centuries.** Tokyo: The Tõhõ Gakkai, 1974.

_____. **A Igreja militante e a expansão ibérica**: 1440-1770. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2007.

CALADO, M. & MENDES, M.C. & TOUSSANT, M. Macau – da fundação aos anos 70: evolução sócio-económica, urbana e arquitetônica. **Revista da Cultura**. Macau: Instituto Cultural de Macau. Dossiê: Macau Patrimônio I - 4 séculos de história urbano-arquitetónica. Vol. 34. 2002. p. 74-145.

CHANG, T'ien-tse. **Sino-Portuguese Trade from 1514 to 1644**. Leiden: E.J. Brill, London, 1969.

CHAUNU, Pierre. **Expansão européia do século XIII ao XV**. São Paulo: Pioneira, 1978.
_____. **Conquista e exploração dos novos mundos: século XVI**. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1984.

COATES,Timothy J. ***Degredados e órfãs: colonização dirigida pela Coroa no império português, 1550-1755***. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CURTIN, P.D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuições à história em geral. In.: KI-KERBO, J. **História geral da África. Vol. I: Metodologia e pré-história da África**. 2.ed. ver. – Brasília: UNESCO, 2010. p.37-58.

CURTO, D. R., DOMINGOS, N., JERÓNIMO, M. B. A Europa e a Ásia*:* histórias e historiografias comparadas. Lisboa: **História da Historiografia**, vol. 15 (2014), p.148-167.

DISNEY. A. R. **História de Portugal e do Império Português**. Lisboa: Guerra e Paz Editores. 2010, vol. 1.

ELISONAS, Jurgis. Christianity and the daimyo. In.: TWITCHETT, D. & MOTE, F.W. **The Cambridge History of Japan**. London: Cambridge University Press, 2008. p. 301-372.

FERGUSON, Donald. **Letters From Portuguese Captives In Canton, Written In 1534 & 1536**: With An Introduction On Portuguese Intercourse With China In The First Half Of The Sixteenth Century. Andesite Press, London. 2017.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (orgs.) **Na trama das redes**: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANCO, R.J. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas da Misericórdia na América portuguesa. **Estudos Históricos**. Vol.27, no.53, Rio de Janeiro, Jan./Jun., 2014. p. 5-25.

GARCIA, Elisa. Conquista, sexo y esclavitud en la cuenca del río de la Plata: Asunción y São Vicente a mediados del siglo XVI », Americania. **Revista de Estudios latino-americanos** (Sevilha). Vol. 2, 2015, p.39-73.

GEISS, James. The Chia-ching reign, 1522-1566. In.: TWITCHETT, D. & MOTE, F.W. **The Cambridge History of China**. London: Cambridge University Press, 2008. p. 440-510.

HALL, John Whitney. The Muromachi bakufu. In.: TWITCHETT, D. & MOTE, F.W. **The Cambridge History of Japan**. London: Cambridge University Press, 2008. p. 175-230.

HEIJDRA, Martin. The socio-economic development of rural China during the Ming. In.: TWITCHETT, D. & MOTE, F.W. **The Cambridge History of China**. London: Cambridge University Press, 2008. p. 417-578.

HESPANHA, António Manuel. **Panorama da história institucional e jurídica da Macau**. Macau: Fundação Macau, 1995.
_____. Filhos da Terra: Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa. Tinta da China, Lisboa, 2019.

HUANG, Ray. The Ming Fiscal administration. In.: TWITCHETT, D. & MOTE, F.W. **The Cambridge History of China**. London: Cambridge University Press, 2008. p.106-168.
_____. Fiscal administration during the Ming dynasty." **Chinese government in Ming times: seven studies**, ed. Charles O. Hucker. New York and London: Columbia University Press, 1970, pp. 415-49.
_____. **Taxation and governmental finance in sixteenth-century Ming China.** Cambridge: Cambridge University Press, London, 1974.

KUNG, J. Autarky and the Rise and Fall of Piracy in Ming China. **The Journal of Economic History**, vol. 74 (2014), p.509-34.

HUCKER, Charles O. Ming government. In.: TWITCHETT, D. & MOTE, F.W. **The Cambridge History of China**. London: Cambridge University Press, 2008. p. 9-103.

LANGLOIS, John D. Ming Law. In.: TWITCHETT, D. & MOTE, F.W. **The Cambridge History of China**. London: Cambridge University Press, 2008. p. 172-220.

LINDIN, Olof G. **Tanegashima: the arrival of Europe in Japan**. Denmark: Nordic Institute of Asian Studies. 2002.

Lo, Jung-pang, The Emergence of China as a Sea Power during the Late Sung and Early Yüan Period, **Far Eastern Quarterly** vol.14, n.4. p 497–519.

LOPEZ-VERA, Jonathan. **A History of the Samurai**: Legendary Warriors of Japan. Tuttle Publishing. Espanha, 2020.

Lu, David John. **Japan**: A documentary History. Routledge; 2ª edição. Vol. 1. New York, 1996.

MACLEOD, Murdo J. España y América: el comercio atlântico, 1492-1720. In.: BETHELL, Leslie (org.). **Historia da América Latina**. Vol.2: América Latina colonial: Eruopa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII. Barcelona, 1990. p.45-84.

MANCKE, Elizabeth. Polity formation and Atlantic political narratives. In.: CANNY, N. & MORGAN, P. **The Oxford Handbook of the Atlantic World, 1450-1850**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p.382-399.

MARCOCCI, Giuseppe. Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada. Teorias e modelos de discriminação no império português (ca 1450 1650). **Revista Tempo**. Vol.16, n.30, 2011, p41-70.

MESQUITELA, Gonçalo. **História de Macau**. Vol. II, Tomo II. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1997.

MONTEIRO, Anabela Nunes. **Macau e a presença portuguesa seiscentista no Mar da China** – Interesses e estratégias de sobrevivência. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011.

MURTEIRA, André. **A navegação portuguesa na Ásia e na rota do Cabo e o corso neerlandês, 1595-1625**. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa. 2016.

NAOHIRO, Asao. The sixteenth-century unification. In.: TWITCHETT, D. & MOTE, F.W. **The Cambridge History of Japan**. London: Cambridge University Press, 2008. p. 40-95.

Ng, Chin-keong. **Boundaries and beyond**: China's maritime southeast in late imperial Times. Singapore: NUS Press, 2017.

_____. **Trade and society**: The Amoy network on the China coast, 1683—1735. Singapore: Singapore University Press, 1983.

NG, Siu Yu. A administração de Macau ao longo de sua história. **Revista Administração**, nº 34, vol. IX. Universidade de Cantão. 1996-4º. P. 1015-128.

OLIVEIRA, Francisco R. de. Cartografia antiga da cidade de Macau, c. 1600-1700: Confronto entre modelos de representação europeus e chineses. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. X, no. 218 (53). Ago de 2006. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-53.htm. Acesso em: 12 de fev. 2019.

OSAMU, Wakita. The social and economic consequences of unification. In.: TWITCHETT, D. & MOTE, F.W. **The Cambridge History of Japan**. London: Cambridge University Press, 2008. p. 96-127.

PELÚCIA, Alexandra. **Corsários e piratas portugueses: aventureiros nos mares da Ásia**. Lisboa: A Esfera de Livros. 2010.
___. Entre a honra e o proveito: Nobres à margen do Estado português da Índia na primeira metade do século XVI. In.: **Anais de História de Além-Mar**, vol. III. Lisboa: CHAM, 2002. p. 165-176.

PENALVA, Elsa. **Mulheres em Macau: donas honradas, mulheres livres e escravas (séculos XVI e XVII)**. Lisboa: CHAM/CCCM, 2011.

PINTO, Paulo J. de S. Manila, Macao and Chinese networks in South China Sea: adaptive strategies of cooperation and survival (sixteenth-to-seventeenth centuries). In.: **Anais de História de Além-Mar**, vol. XV. Lisboa: CHAM, 2014. p. 80-100.

POMERANZ, Kenneth. **The Great Divergence**: China, Europe and the Making of the Modern World Economy. Princeton University Press, New Jersey. 2000.

RAMOS, Fábio Pestana. O ataque de piratas ingleses e holandeses às embarcações da carreira da índia entre 1497 e 1653: a desarticulação do império português no oriente. In.: **TodaVia**, Londrina, v.1, n.2, p. 13-24, set. 1999.

REGO, Antônio da Silva. **A presença de Portugal em Macau**. Lisboa: Ag. Geral das Colónias, 1946.

ROBINSON, David M. **Bandits, eunuchs and the son of heaven**: rebellion and the economy of violence in mid-Ming China. University of Hawaii Press. Hawaii, 2001.

RODRIGUES, Antônio Edmilson; FALCON, Francisco. **A formação do Mundo moderno - A construção do ocidente dos séculos XIV ao XVIII**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (org.). **História da expansão portuguesa**. v. 3: O Brasil na balança do Império (1697-1808). Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

_____. **The Portuguese empire, 1415-1808: A world on the move**. London: JHUP; 2nd Paperback Edition edition, 1998.

SÁ, Michele E. B. Primeiras relações comerciais entre Portugal e Japão (1543-1639): convergência de interesses, choque de culturas. In.: **Canoas**, n.13. Jan/Jun. 2006. Universidade Federal do Rio de Janeiro. p.49-55.

SANTOS, Catariana Madeira. **Goa é a chave de toda a Índia**: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1579). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

SEABRA, L.; MANSO, M. de. D. B. Escravatura, concubinagem e casamento em Macau: séculos XVI-XVIII. **Afro-Ásia**, Vol. 49. 2014. P. 105-133.

SEABRA, Leonor. Traços da presença feminina em Macau. **Campus Social**, n3-4. 2006. P. 197-208.
_____. **A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX)**: Irmandade, poder e caridade na idade do comércio. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2006.

SOUZA, Ivo Carneiro. Cativas e bichas, meninas e moças: a subalternidade e a formação do mercado matrimonial de Macau (1590-1725). **Campus Social**, n. 3-4. 2006. P. 151-171.
_____. A Misericórdia de Macau: caridade, poder e mercado nupcial. **Review of Culture**. Vol. 14. Macau: Instituto Cultural de Macau. Dossiê: The Holy Houses of Mercy in Asia, 2005. p. 27-41.

SUBRAHMANYAN, Sanjay. **O império asiático português**: 1500-1700. Uma história política e económica. São Paulo: DIFEL, 1995.
_____. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 30, nº 60, p.219-240. Jan-Ab 2017.

TEIXEIRA, Manuel. **The Japanese in Macau**. Macao: Instituto Cultural de Macau, 1990.

THOMAZ, Luis Filipe. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994.
_____. Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI. Lisboa: **IICT, Separata do II Seminário internacional de história indo-portuguesa**, 1985. p.515-540.

XAVIER, Angela Barreto & ZUPANOV, Ines. Ser brâmane na Goa da época moderna. **Revista de História**: São Paulo, 172, 2015, p.15-41.

WADE, Geoffrey.**The Ming Shi-lu (veritable records of the Ming Dynasty) as a source for Southeast Asian history, 14th to 17th centuries**. (Thesis). Hong Kong: University of Hong Kong. 1994.

WILLS, John E. Relations with maritime Europewans, 1514-1662. In.: TWITCHETT, D. & MOTE, F.W. **The Cambridge History of China**. London: Cambridge University Press, 2008. p. 333-373.

YAMASHIRO, José. **Choque Luso no Japão dos séculos XVI-XVII**. São Paulo: BRASA, 1989.